



Tocar, perceber, conhecer: Memória e identidade coletiva no Museu do Instituto Benjamin Constant.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Mestrado em Memória Social e Documento

**Tocar, perceber, conhecer: Memória e identidade coletiva no
Museu do Instituto Benjamin Constant.**

Débora de Almeida Rodrigues

Dissertação apresentada
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre
em Memória Social e
Documento, do Centro de
Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora:
Prof.^a Dra. Icléia Thiesen

Rio de Janeiro

2005

R696 Rodrigues, Débora de Almeida.
Tocar, perceber, conhecer: memória e identidade coletiva
no museu do Instituto Benjamin Constant / Débora de Almeida
Rodrigues, 2004.
141f.

Orientador: Icléia Thiesen.
Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

1. Instituto Benjamin Constant. 2. Memória – Aspectos sociais.
3. Desenvolvimento institucional – Museus. 4. Museus e defici-
entes visuais – Aspectos sociais. 5. Museus e deficientes visuais –
Aspectos educacionais. I. Thiesen, Icléia. II. Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro (2003). Curso de Mestrado em Memó-
ria Social e Documento. III. Título.

CDD – 302.0981

Débora de Almeida Rodrigues

**Tocar, perceber, conhecer: Memória e identidade coletiva no
Museu do Instituto Benjamin Constant.**

Banca Examinadora:

Aprovada em: _____/_____/_____

Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen (UNIRIO)
Doutora de Ciência da Informação

Prof.^o Dr. Marco Aurélio Santana (UNIRIO)
Doutor em Sociologia

Prof.^a Dr.^a Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (IBICT)
Doutora em Comunicação e Cultura

Dr. José Mauro Matheus Loureiro (UNIRIO)
Dr. em Ciência da Informação
Suplente

Esta dissertação é dedicada à Comunidade do Instituto Benjamin Constant composta por funcionários e ex-funcionários, alunos e ex-alunos, que, ao longo de 150 anos se dedica a Educação dos portadores de deficiência visual no Brasil.

“A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades são soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas a exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho... uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente.”

(BENJAMIN, W. Rua de Mão Única. 1987, p. 239)

“(...) Os sistemas de informação via de regra preocupam-se apenas com os canais formais de comunicação, desconhecendo os caminhos que no caso os cientistas percorrem na geração e busca de informação e que variam de acordo com os múltiplos fatores. Os chamados sistemas de recuperação da informação, no seu sentido mais amplo, ou seja, não apenas aqueles desenvolvidos especificamente para pesquisadores, deveriam ser planejados levando em conta esse modelo, no sentido de cumprir sua função – recuperar informação para a comunidade. Portanto, o profissional de informação deve estar consciente do seu papel atuante no fluxo da informação, em busca de caminhos que viabilizem o planejamento de serviços de informação e a respectiva avaliação de sua eficácia, empreendendo estudos de usuários, seus hábitos, atitudes e necessidades de informação. Há que estar equipado para acompanhar o crescimento da literatura e inserir-se nos processos de comunicação científica, que envolvem produção, comunicação e assimilação do conhecimento, levando em conta ainda a interdisciplinaridade da ciência e os modos de produção científica. Em última análise, ouvir e fazer ouvir as demandas da sociedade com a qual está comprometido. Sabe-se que a memória é seletiva por natureza. No entanto, é preciso saber também o porquê do binômio memória-esquecimento ou memória-silêncio, já que há muitas razões para lembrar e outras tantas para esquecer.”

(THIESEN, I. Memória Institucional do IBGE; em busca de um referencial teórico. 1992, p. 20)

“Quem construiu a Tebas de Sete Portas?

Nos livros estão nomes de reis.

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída.

Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas

Da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A Grande Roma está cheia de Arcos do Triunfo.

Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares? A decantada

Bizâncio

Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo na lendária

Atlântida

Os que se afogavam gritaram por seus escravos

Na noite em que o mar a tragou.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os Gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou, quando sua Armada naufragou. Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhou o banquete?

A cada dez anos um Grande homem.

Quem pagava a conta?

Tantas histórias.

Tantas questões.”

(BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. 1990, p. 167).

Agradecimentos

- Agradeço a Deus por ter me concedido saúde física e mental para me dedicar inteiramente ao desenvolvimento desta pesquisa;
- A CAPES pelo apoio financeiro, indispensável à realização desta dissertação;
- A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com a transmissão de seus conhecimentos, de modo especial aos Mestres em Memória Social e Documento;
- Ao professor Edgard Leite pelo incentivo na escolha do objeto de pesquisa;
- A amiga Claudia Mergulhão pelo carinho nas horas difíceis;
- À Comunidade do Instituto Benjamin Constant pela confiança depositada em mim, e pelo conhecimento que adquiri no seio desta Instituição que hoje me serve de base;
- In memória ao professor Edson Ribeiro Lemos que muito trabalhou pela educação dos deficientes visuais, sobretudo, pela contribuição a esse trabalho acadêmico na qualidade de entrevistado;
- Aos professores Dr. Marco Aurélio Santana e Dr.^a Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, pelos comentários e sugestões na banca de qualificação, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho;
- De modo especial à Prof.^a Icléia Thiesen que, na qualidade de orientadora, conduziu os parâmetros desta pesquisa com sensibilidade e seriedade profissional. Para mim uma estrela-guia que conduz os meus passos, fornecendo-me a serenidade necessária ao desenvolvimento teórico-prático deste trabalho;
- À minha mãe que acreditou em mim e está do meu lado em todos os momentos como um anjo da guarda, e, sobretudo, agradeço a plenitude do seu amor.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Ferramentas Teórico-metodológicas	5
3. Do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant: história e memória	12
3.1. O IBC entre o isolamento e a integração social	21
3.1.1. As Instituições Totais e a Educação Especial	24
3.2. A Etnografia de um espaço em mudança: memórias em construção	41
4. Narrativas Comunitárias do Instituto Benjamin Constant: Identidades e Memórias	51
4.1. O Lugar como Construtor de Identidades	51
4.2. A articulação de uma Memória	66
5. Os 150 anos do Instituto Benjamin Constant e a institucionalização de um Museu: Qual Museu?	95
5.1. Quando Conhecer não é Ver	104
5.2. A Arte de ver com as mãos e a construção de uma Identidade	110
5.3. O Museu do IBC: institucionalizando o toque, a percepção e o Conhecimento	122
6. “A cegueira é colorida”	128
7. Referências bibliográficas e outras fontes documentais	136
8. Anexos	141

Resumo

Este trabalho tem como objeto o processo de institucionalização e consolidação do Museu do Instituto Benjamin Constant, Instituição existente há 150 anos, destinada à Educação dos portadores de deficiência visual no Brasil. Qual o papel deste Museu na construção da Memória Coletiva desta comunidade e na inclusão da pessoa portadora de deficiência? Tendo em vista tais aspectos, este estudo poderá contribuir para enriquecer as discussões no que se refere à consolidação do 1º Museu Tiflológico do país. O estudo tem por objetivo analisar as perspectivas museológicas acerca da exposição dos artefatos materiais, tendo como meta discutir as necessidades sensoriais desta comunidade, bem como caracterizar alguns elementos de sua identidade coletiva. Para a realização deste objetivo são produzidas e analisadas entrevistas de História Oral temática, assim como documentos museológicos e arquivísticos que integram o patrimônio do IBC. São caracterizados tanto o perfil dos educandos, quanto o papel do Museu no processo pedagógico de inclusão em curso, hoje em discussão nas instituições educacionais.

Abstract

The Touch: Memory and Collective Identify at the Museum of Benjamin Constant Institute.

The object of the work in progress is the process of institutionalization and consolidation of the Museum of B. C. Institute, a 150-year-old institution intended for those having an eyesight handicap in Brazil. What is the role of this museum in the building of the collective a memory of this community and in the inclusion of the eyesight handicapped? This study may enrich the discussions on the consolidation of the first national eyesight handicapped museum. It aims to discuss from a museological perspective the sensorial needs of this community as well as characterize some elements of its collective identity. In order to achieve this objective, interviews of thematic oral history together with museum and files documents, constituents of the patrimony of B.C. Institute, have been examined. Both the profile of the student and the role of the museum in the pedagogical process of inclusion are currently under discussion at educational institutions.

1- Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo analisar e discutir o processo de Institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant, Instituição há 150 anos destinada à Educação dos portadores de deficiência visual no Brasil.

Permito-me falar um pouco de minha experiência neste Instituto, para, então, explicar as razões que me levam, neste momento, a desenvolver o referido tema.

Sendo eu portadora de deficiência visual, ingressei neste Instituto no ano de 1984, como aluna da 1º fase do 1º grau, permanecendo integrada nesta comunidade durante oito anos. Foram para mim anos de intensa aprendizagem porque pude adquirir conhecimentos juntamente a meus pares.

Quando iniciei meus primeiros passos no IBC, recém saída de uma escola de ensino regular não especializada, não compreendia porque estava mudando de colégio, uma vez que me encontrava bem adaptada. Minha família fora informada das possíveis dificuldades que eu encontraria para acompanhar as aulas. Penso que, ainda nesta época, a chamada Educação Especial se restringia ao IBC. Optaram por me matricular neste Instituto.

Logo no início vivi um momento de estranheza, pois achava que todas as pessoas enxergavam como eu, porém, passados alguns dias, comecei a perceber as diferenças e a compreender qual era a minha deficiência. Passei a conviver com os meus pares. Foi também meu primeiro contato com o Sistema de leitura Braille. Minha adaptação ao Braille foi imediata. Pensei então: já posso voltar para a escola regular! Os educadores da época falavam que era mais prudente no término do 1º grau. Ao terminar o 1º grau ingressei, por concurso, no Colégio Pedro II.

Hoje os educadores discutem acerca da inclusão da pessoa portadora de deficiência nas escolas não especializadas. Como e qual é o melhor momento de se promover a inclusão? Paralelamente, uma discussão se faz em torno do papel do IBC no contexto da Educação Inclusiva.

Como Museóloga pensei em estudar a consolidação do Museu deste Instituto, cuja comunidade há anos vem reunindo artefatos materiais relativos a várias gerações que, neste momento, buscam se representar.

Julguei oportuno discutir a função deste Museu para a Memória Coletiva da Comunidade do IBC no momento em que a Instituição vive a redefinição de seus objetivos enquanto Instituição Especializada. O que há de Institucional no processo de consolidação deste Museu? Até que ponto esse Museu se constituirá num mecanismo de inclusão para a pessoa portadora de deficiência visual, estando ele circunscrito no espaço do IBC?

Percebo que a Comunidade deseja que o presente estudo acerca da Memória deste grupo possa, no futuro próximo, se constituir no primeiro museu para cegos no Brasil.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é caracterizar e analisar o processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant. Busco, em específico, discutir as perspectivas da Comunidade com relação a esse Museu e seu conteúdo. Analisar o papel aglutinador do Museu na Comunidade enquanto lugar de memória, bem como dimensionar o papel difusor do Museu do Instituto Benjamin Constant no contexto dos projetos de educação especial no Brasil. Contribuir para o estabelecimento de linhas mestras do processo de musealização dos objetos do Museu, tendo em vista sua relevância para a reconstrução da memória coletiva do grupo, bem como para a obtenção de resultados pedagógicos condizentes com os anseios da comunidade e seu entorno.

A relevância desta pesquisa pode ser evidenciada sob vários aspectos. Ao completar 150 anos de atividades, o IBC vem buscando caminhos e critérios que norteiem a institucionalização de um museu. Qual museu? Qual o sentido a ser proposto na exposição do acervo? Qual o público esperado? Em virtude da carência de recursos humanos especializados, tais critérios ainda não foram definidos. Este trabalho poderá, como dissemos, fornecer subsídios a esta discussão.

Os objetos materiais que de alguma forma estamos em contato diário nos fornecem uma imagem de estabilidade. É como se fosse uma sociedade silenciosa e imóvel, estranha às nossas mudanças. O fato é que os bens materiais que nos cercam têm muito significado. Se

não “falam” os compreendemos. São imóveis apenas aparentemente, já que as preferências e os hábitos sociais se transformam.

Perguntamo-nos: por que nos apegamos aos objetos? Porque desejamos musealizá-los para que continuem a nos fazer companhia? Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Cada objeto, assim como o lugar que ocupa no espaço lembra-nos uma maneira de ser comum a muitos homens e, quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes.

Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós e para aqueles que nos rodeiam. Somos aquilo que nos lembramos. A verdade é que a nossa maneira de recordar revela por trás de si uma longa história.

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos, psicológicos ou sociais são resultados de sistemas dinâmicos de organização e existem na medida em que os sistemas os mantêm ou os reconstituem. Neste sentido, pretendo discutir a função do Museu para a construção da Memória Social. Por que sentimos necessidade de eleger um espaço de memória?

Penso que a memória coletiva se desenvolve num quadro espacial (Halbwachs: 1990), onde nossas impressões se sucedem. Sabe-se que a memória coletiva é o passado vivido pelo grupo conjuntamente, não sendo a soma das memórias individuais. Percebe-se, contudo, que a mesma vem sendo tomada como instrumento e objeto de poder pelos grupos sociais dominantes.

Na medida em que os Museus destacam-se enquanto agências de preservação e difusão do Patrimônio Cultural, estão sendo colocadas em prática novas idéias e tecnologias ligadas ao aperfeiçoamento da atividade museológica, em diversos níveis, que abrangem desde discussões sobre conceitos e perfil dos museus e da prática museológica, passando pela valorização da formação do museólogo, até o uso de instrumental científico voltado para atividades específicas, como a preservação e documentação dos acervos.

Vivemos, até certo ponto, uma crise de identidade institucional e profissional que, de alguma forma, coloca em jogo as certezas simplistas e vagas sobre a necessidade e a utilidade dos museus; a ruptura nos modelos clássicos e nas suas formas de ação, provocada por demandas sociais e transformações culturais cada vez mais severas, coloca os profissionais da museologia ante a necessidade de rever seus critérios e crenças, e de buscar novas maneiras de compreender e de avaliar o seu trabalho, bem como a sua interação com o meio social.

Neste sentido, busco desenvolver um trabalho que se enquadre dentro desta ótica da Museologia atual, algo como um microscópio num laboratório ou um telescópio num observatório, que nos possibilite a percepção das micro-estruturas e a dinâmica dos fenômenos museológicos, além de sua aparência superficial, nos permitindo uma visão ampliada do universo social que navegamos, que são como satélites artificiais, emitindo mensagens nem sempre captadas na “Terra da realidade brasileira” e, que às vezes se perdem em ondas magnéticas-culturais que vão refletir outras realidades.

O Imperial instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant foi fundado em 17 de setembro de 1854 pelo Imperador D. Pedro II, atendendo às reivindicações de José Álvares de Azevedo (cego) que foi estudar em Paris e trouxe para o Brasil toda tecnologia para a fundação de uma Escola para Cegos.¹

Constituiu-se na 1ª iniciativa na área da Educação de cegos no Brasil e na América Latina. Há 150 anos a serviço da Educação Especial, hoje o Instituto Benjamin Constant vem buscando abrir novos veículos de comunicação com a sociedade. Cresce no seio da Instituição a preocupação com a preservação de sua memória, através dos registros orais e escritos do Patrimônio Cultural na Comunidade dos deficientes visuais.

O Instituto Benjamin Constant deseja consolidar e ampliar a atividade Museológica, dispondo de um Museu em suas dependências, atendendo às necessidades da Escola e contribuindo para a formação da sociedade como um todo.

¹ Gerson, Brasil. *História das Ruas do Rio: e de sua Liderança na História Política do Brasil*. Fixação do Texto, Introdução e Notas. Alexei Bueno, 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. Ver também Dossiê documentos históricos IBC: Requerimento encaminhado ao Ministro Luiz Pedrosa do Couto Ferraz, em 1852. Este documento integra um conjunto organizado, contendo 357 páginas, doravante denominado dossiê.

Percebe-se na Instituição uma busca de sua própria identidade. Seus usuários reivindicam o tombamento de suas instalações, bem como a pesquisa dos registros documentais escritos que constituem parte integrante de sua trajetória.

No momento em que se discute o papel do IBC, seu espaço, sua memória e sua história, é importante refletir sobre a institucionalização de um Museu em gestação.

O Capítulo I deste trabalho, “Do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant: História e Memória”, tem como objetivo discutir os aspectos da memória desta comunidade no contexto institucional do séc. XIX ao XXI, analisando, os parâmetros da Educação Especial ao longo de 150 anos refletindo a organização do lugar como elemento construtor de identidade.

As Narrativas Comunitárias do Instituto Benjamin Constant, Segundo Capítulo, tem por objetivo analisar as experiências dos agentes sociais do Instituto enquanto articuladores de uma Memória.

O Terceiro Capítulo, intitulado “Os 150 anos do Instituto Benjamin Constant e a Institucionalização de um Museu – Qual Museu?”, aborda a questão da ausência de visão. Posteriormente, introduz a questão das Instituições Museológicas e, de modo específico, discute as particularidades do Museu do Instituto Benjamin Constant tema central desta pesquisa, apresentando, por fim, um “projeto” estrutural e filosófico para a consolidação do 1º Museu tiflológico do Brasil.

2- Ferramentas Teórico–Metodológicas

No decorrer do trabalho buscarei subsídios para discussões na linha de pensamento adotada por Maurice Halbwachs, em seu livro “A Memória Coletiva”, segundo o qual não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Isso porque o espaço é uma realidade durável. O nosso passado se conserva através dos bens materiais que nos cercam.

É sobre o espaço, aquele que de alguma forma ocupamos e ao qual temos acesso, que nossa imaginação é a cada momento capaz de reconstituir fatos. Isso significa que estamos em relação com algum lugar, com uma parte do espaço.

Analisarei as relações entre a comunidade e o espaço museológico, buscando auxílio acadêmico nas seguintes áreas do conhecimento; História, Antropologia Social, Sociologia Urbana, além de conhecimentos teóricos e práticos da área museológica.

É necessário registrarmos a memória dos grupos para que possamos aprender com eles, e, transformar, através do conhecimento, a realidade que nos cerca. Proponho analisar o que os deficientes visuais desejam musealizar, ou seja, como eles vêem o papel de um Museu, funcionando dentro das instalações do Instituto Benjamin Constant, enquanto escola de 1º grau. O que é de fato importante para a identidade deste grupo? O tombamento das instalações do IBC?

Faz-se oportuno a realização de uma pesquisa de campo, com os usuários deste Educandário, utilizando as ferramentas da história oral temática, com o objetivo de discutir dentre outros aspectos, o processo de Institucionalização do Museu do IBC. Proponho ainda, a análise de registros documentais escritos, iconográficos e monumentais que satisfaçam ao tema, inseridos no espaço desta Instituição.

A pesquisa de campo, utilizando-se da metodologia da história oral, consistirá num estudo sistematizado acerca da memória dos usuários do IBC, com uso de entrevistas como instrumento de coleta de dados, a serem explorados no decorrer do trabalho e, tendo como referencial teórico os autores citados nesta bibliografia.

Como definir o público alvo para a entrevista? Para essa definição me pareceu procedente dividir os entrevistados em dois grupos: um de ex-alunos, funcionários e ex-funcionários do IBC e outro de especialistas da área Museológica e Pedagógica.

Para definir o teor do tema a ser abordado nas entrevistas li e analisei depoimento da professora Maria da Glória Almeida de Souza constante no livro *Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro – Urca: entrevistas*, de autoria da professora Icléia Thiesen Magalhães Costa. Para exprimir a sua relação com o bairro Glorinha refere-se à Urca como o

caminho de sua redenção, fazendo menção ao Instituto Benjamin Constant circunscrito neste bairro considerado como sua retomada à cidadania.

“O Instituto para mim foi a minha retomada na estrada da escola, na estrada da cidadania, na estrada da identidade como pessoa realmente”.²

Buscarei analisar o papel deste Museu na preservação da memória desta comunidade, discutindo, dentre outros aspectos a pertinência do seu acervo para esse processo, bem como do papel social desempenhado por este Museu no contexto da sociedade. Nesse sentido um roteiro de entrevista com funcionários, ex-funcionários e ex-alunos (Anexo I) foi elaborado, como um norteador das questões a serem abordadas de maneira flexível e aberta. Um segundo roteiro (Anexo II) visa ouvir as idéias de especialistas das áreas museológica e pedagógica sobre as expectativas em relação a um museu dessa natureza.

Foram realizadas 18 entrevistas. Três com especialistas das áreas Museológica e Pedagógica que tinham já realizado algum trabalho direta ou indiretamente ligado ao IBC³. As demais foram realizadas no seio da comunidade deste Instituto, englobando indivíduos de várias gerações de ex-alunos, funcionários ativos e inativos, cuja faixa etária está compreendida entre 15 e 78 anos.

O tempo mínimo de permanência neste Instituto por essas pessoas foi de 8 anos, o que caracteriza um vínculo muito grande com o Instituto. A história de vida desses indivíduos muitas vezes se confunde com a história do próprio Instituto, razão pela qual tive muita dificuldade de desvincular esses elementos que tornaram o trabalho de campo fascinante. Optei por incorporar esses elementos.

A história oral como metodologia de pesquisa tem como objeto de estudo as narrativas orais dos indivíduos. As narrativas transformam-se em objeto de análise, em documento, no sentido de suporte de informação. Esta fonte documental é caracterizada pelo diálogo do entrevistador e entrevistado, entre o sujeito e o objeto de estudo. Desse modo, a pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas.

² Maria da Glória de Souza Almeida ingressou no IBC em 1959, tendo perdido a visão em 1954, período que interrompeu seus estudos. Em 1980 ingressa no Instituto como professora permanecendo nesta função até o presente momento em que assume o cargo de vice-diretora do IBC.

³ Foi realizada uma entrevista com a Secretária de Educação Especial (MEC).

História oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documento, ou cuja documentação se deseja completar. Colhida por meio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Baseia-se numa convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. Assim, a história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, recolhendo tradições e crenças existentes dentro do grupo.⁴

Através dos séculos, o relato oral se constituiu na maior fonte humana de conservação e difusão do saber. A transmissão tanto diz respeito ao passado mais longínquo, quanto ao passado mais recente. O relato oral antecede outras fontes de obtenção e conservação do saber porque a palavra é considerada uma das mais antigas fontes utilizadas para esse fim.

O desenho e a escrita lhe sucederam. Quando o homem das cavernas deixou em suas paredes figuras que se supõe formarem um sentido estavam transmitindo um conhecimento que possuíam. Mais tarde, a escrita quando inventada, não foi mais do que uma cristalização do relato oral.

O trabalho de campo realizado no Instituto Benjamin Constant se constituiu por entrevistas de caráter temático. Foram entrevistadas 14 pessoas desta comunidade, que assiste atualmente, em suas dependências, 213 alunos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Embora a entrevista tivesse um roteiro pré-estabelecido para dar conta dos objetivos da pesquisa ele foi a cada entrevista se adequando ao agente social. Muito embora não estivesse trabalhando com a história de vida desses indivíduos, conforme explicado anteriormente, ela se fez presente, pela dificuldade de abstrair dos fatos sociais desencadeados num tempo e num espaço de inserção destes no processo histórico. Talvez isso torne o trabalho de campo tão rico.

A história oral possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais, geralmente excluídas da história oficial, possam ser ouvidos, deixando registradas para análise futura suas próprias visões de mundo, bem como a do grupo social a que pertencem. Através da história

⁴ Fragmentos Discursivos de bairros do Rio de Janeiro – Urca: Entrevistas de autoria de Icléia Thiesen.

oral podemos gerar fontes de documentação e pesquisa por meio do registro, transcrição dos depoimentos, constituindo-se em testemunhos colhidos durante a pesquisa.⁵

O Quadro a seguir reúne informações resumidas sobre o perfil dos entrevistados que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa.

⁵ Thiesen, I. Fragmento Discursivo de bairros do Rio de Janeiro: Urca – Entrevista. 1998, p. 7

3. Do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant: história e memória

Este capítulo faz uma abordagem histórica do Instituto Benjamin Constant, analisando elementos de sua estrutura organizacional, discutindo, dentre outros aspectos, sua função enquanto instituição especializada. Em última análise, introduz o leitor na disposição espacial deste Instituto, fazendo uma etnografia do espaço sob a ótica de seus agentes.

Era segunda-feira, 12 de maio de 2003. Fazia um sol maravilhoso quando cheguei às 9 horas no Museu do IBC para uma manhã de trabalho.⁶ Abri as janelas e me preparava para começar a tarefa do dia, que consistia em classificar quatro máquinas datilográficas Braille. Ao iniciar o trabalho fui interrompida pela presença de um ex-aluno do IBC que desejava conhecer o Museu, ainda em processo de construção. Deixei o preenchimento das fichas para então atender ao senhor, que a essa altura já se encontrava no interior da sala.

De imediato ele me interroga que tipo de acervo compunha o Museu naquele momento. Eu lhe respondi que até aquele instante ele era composto de telas, mobiliários e bustos dos fundadores do IBC e materiais teflotécnicos referentes à Educação dos deficientes visuais e se encontrava em fase de elaboração. O senhor manifestou um desejo muito grande de conhecer o acervo. Então, eu comecei a orientá-lo.

Ao chegarmos à vitrine em que se encontrava um busto de Luois Braille percebi que o senhor desejou se deter aos detalhes do objeto. Em seguida lê atentamente o texto e se emociona. Posteriormente, começa a relatar sua história de vida.



*Busto Louis Braille
Acervo IBC*

Relatou-me que perdeu a visão aos 14 anos. Sua grande decepção com a perda foi não poder frequentar a escola com os irmãos e jogar bola. A família, movida pela dor, buscou apoio na religião e lhe dizia que Deus era perfeito e para tudo tinha solução. Ele não compreendia porque esse Deus que criou a luz, segundo os preceitos bíblicos, tirava dos cegos o direito de ver a luz.

⁶ Neste período exerço trabalho voluntário no Museu do IBC, durante um dia da semana, visando estudar os registros documentais desta comunidade para serem discutidos nesta dissertação.

Após três anos de profunda nostalgia fora levado ao Instituto São Rafael em Belo Horizonte. Foi o seu 1º contato com uma Instituição Especializada. Começou a aprender o Sistema Braille. Com dedicação, aprendeu o Sistema em menos de seis meses. O senhor prossegue nosso diálogo e me diz:

“Aos cegos Deus enviou Louis Braille para dar-lhe a luz do conhecimento.”



*Alfabeto em madeira
Acervo IBC*

Nascido em 1809, nas proximidades de Paris, Louis Braille, cego aos 4 anos em virtude de um acidente doméstico, estudou no Instituto Imperial dos Jovens Cegos em Paris, idealizado por Valentin Haüy. Reformulou um Sistema Pontilhado para a escrita dos deficientes visuais. Falece em 1852, ano em que a França reconhece oficialmente este Sistema de Escrita, denominando-o “Sistema Braille”.

Julguei importante mencionar esses fatos, antes de começar a abordar a Memória do Instituto Benjamin Constant que, no meu entendimento tem uma relação com a criação do Sistema de Escrita para deficientes visuais.

A 1ª iniciativa oficial de interesse pela Educação dos portadores de deficiência visual remonta agosto de 1835 quando o deputado pela Bahia, Cornélio Ferreira França apresenta à Assembléia Geral legislativa projeto para criação de uma cadeira de professores de primeiras letras para cegos e surdos-mudos, nas Escolas da Corte e das Províncias, não sendo aprovado em virtude de não ter sido reeleito.

Felizmente em 1850 retorna da França José Álvares de Azevedo, jovem cego, que estudara 8 anos no Instituto Imperial dos Jovens Cegos, trazendo toda aprendizagem acerca da Educação Especial. Na condição de professor de Adélia Marie Louise Sigaud, cega, filha de José Francisco Xavier Sigaud, médico da Imperial Corte, torna-se amigo da família. Entusiasmado com o brilhantismo do jovem que desejava fundar no Brasil uma Escola para cegos nos moldes parisienses, o Dr. Sigaud o apresenta ao Barão do Bom Retiro, pedindo-lhe que o levasse à presença do Imperador D. Pedro II. O Imperador, de imediato, toma as primeiras providências.

Orientados pelo Imperador, José Álvares de Azevedo e Dr. Sigaud subscrevem um requerimento, em janeiro de 1853, ao Ministro Secretário do Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Em maio do mesmo ano o requerimento é entregue à Assembléia Geral Legislativa. O documento propunha a fundação de uma Escola para pessoas cegas com orçamento anual de 15 contos de réis, com previsão de 25 alunos.

Desde então, o Ministro, confiante na aprovação da proposta, começa a providenciar, com os conhecimentos de Álvares de Azevedo, a vinda de Paris dos materiais escolares indispensáveis aos futuros alunos.

Em 12 de setembro de 1854 foi criado pelo Decreto Imperial nº 1428 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado 5 dias depois (17 de setembro de 1854) sem a presença de José Álvares de Azevedo que veio a falecer em 17 de março do mesmo ano.⁷

Com a presença do Imperador D. Pedro II, da Imperatriz e das autoridades da Corte, bem como de seu 1º diretor, Dr. Sigaud, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, conforme registro publicado no Jornal do Comércio do dia 18 de setembro de 1854, cujo texto transcrevo abaixo mantendo a ortografia da época:

“Teve hontem lugar a inauguração do Instituto dos Meninos Cegos do Brasil, à qual dignarão se assistir sua Majestade o Imperador e sua Majestade a Imperatriz.

O Sr. Conselheiro Pedreira, como Ministro em uma breve allocução allusiva ao objecto, pedio as ordens de S.M. o Imperador para a abertura do Estabelecimento, tendo-as obtido, declarou inaugurado o Instituto. Seguiu-se um interessante discurso do Sr.Dr. Sigaud, diretor do Instituto e um hyno a SS. MM. Cantado pelos Meninos Cegos.

SS.MM. Percorrerão depois as salas de estudo, refeitório, dormitório e mais dependências do edificio e retiram-se parecendo satisfeitos.

⁷ Gerson, Brasil. *História das Ruas do Rio: e de sua Liderança na História Política do Brasil*. Notas, Introdução, fixação de texto, Alexe Bueno, 5ª ed. Rio de Janeiro, Lacerda Ed., 2000. Ver também *Dossiê documentos históricos IBC*, p. 22.

A fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos deveria suceder em 25 de março de 1854, culminando com a inauguração a gás na cidade do Rio de Janeiro, visto que o aluguel da Casa do Barão do Rio Bonito fora firmado em 1º de fevereiro para anos consecutivos (1854-1857).

O fato provável do adiamento deve-se à morte de José Alvarez de Azevedo em 17/03/1854 sendo causa de sua morte um abscesso por congestão que se abriu na parte superior da coxa esquerda, abaixo do ligamento de poupart. As atividades do Instituto tiveram início desde março, embora só viesse a ser oficialmente inaugurado em 17/9/1854.

Assistirão a este ato os Ministros, alguns Conselheiros e muitas pessoas gradas. Estiverão também presentes muitas senhoras de distinção.

Os meninos apresentarão-se já vestidos com uniforme do Collegio. A scena da inauguração foi tocante e comoveu a muitos corações.

Tocarão as bandas de Música do Batalhão de Fuzileiros, que fez a guarda de honra e a dos Menores.

Comissário do Governo para Inspeção do Instituto, o Sr. Conselheiro de Estado Visconde de Abrantes, Diretor, o Sr. Dr. José Francisco Sigaud. Capellão, o Sr. Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Professor de primeiras letras o Sr. Dr. Pedro José de Almeida. Professor de Música Vocal e instrumental o Sr. J. J. Lodi e repetidor, o Sr. Carlos Henrique Soares, cego de nascença.

O edificio é o da antiga residência do primeiro Barão do Rio Bonito, no Morro da Saúde, vasto espaçoso e arejado, com boa chácara, para recreio dos Meninos, e está adornado com gosto e simplicidade”.

“A casa pertence à viúva Ferreira e filho e está alugada pela quantia de 2.000\$000, pagos por trimestre e por um contrato de 03 anos feito por autorização do Governo.

A casa é bem situada na elevação de uma colina, lavada pelos ventos alísios, cercada por uma pequena chácara com árvores e flores, tendo todas as proporções para o passeio e os exercícios ginásticos dos alunos, junto ao mar, onde eles se recreiam e tomam banhos salgados, aliás bons para a saúde.

O lugar é livre do tumulto da cidade, e, ao mesmo tempo não muito distante dela.

A casa tem por fora proporções para o estabelecimento conquanto alguns mais fossem necessários, mas sua péssima construção desfaz todas as vantagens de seus cômodos e boa localização e a tornam insalubre.

Sentada sobre um plano inclinado é assobradada na frente e térrea nos fundos. Construíram-na encostada quase imediatamente à montanha que lhe fica superior, sem vala nem espaço para abri-la, a fim de dar ao esgoto as águas que vertem na mesma montanha. Resultou desta má construção que elas encharcam em torno do edificio e o fazem úmido, e julgarão remediar este inconveniente tirar o soalho de madeira... Reconstruindo por tal modo, todo pavimento do edificio, o defeito que pretenderam corrigir tornou-se maior, acumulada a água e encharcada no terraplano, penetra às paredes, umedece-as e filtra-se através delas... Fechando-se as portas, sente-se cheiro de terra e água podre, o bolor esta por toda parte do interior e o cupim, que de toda a casa se apodera, estraga o amadeiramento que sustenta o telhado... Semelhante construção fez do edificio insalubre que, tanto o reconhece o meu antecessor, cuja moléstia fora, sem dúvida agravada em tal habitação, que pouco antes de seu falecimento fazia todos os esforços para mudanças do estabelecimento.”⁸

⁸ Relatório Cláudio Luiz da Costa: fonte – Arquivo Nacional / E52-1857, doc. 0461

Acrescenta-se aos inconvenientes de tal habitação não ter água para beber. A água era trazida da Carioca e gastava-se com isso. Só se podia beber fazendo um depósito embaixo, junto ao portão, sendo necessário transportá-la dali por meio de bomba. Havia um pequeno depósito d'água da chuva para regar as plantas, dando margem à procriação de mosquitos. A sua distribuição interna abrangia uma larga superfície repartida em 8 salas, 1 oratório, 4 grandes salas e uma comprida varanda ou sala de jantar.

Na visão de V. Exa. Ministro do Império a casa em questão oferecia de imediato condições para abrigar 30 alunos, o diretor e alguns mestres e empregados.

“Este lugar é protegido pela sua altura do contato de qualquer morador vizinho, das pesquisas de curiosos, sendo fechada em toda sua extensão por grades de ferro, assim como as outras partes da chácara, que fazem frente à rua da Gamboa. A casa é provida d'água e, do lado esquerdo existe a Cavalaria da qual poder-se-ia tirar partido mais tarde no caso de construir uma oficina de torneiro ou de qualquer profissão manual.”⁹

Tendo em vista as condições de funcionamento do prédio descritas anteriormente, e, enviados pedidos de seus diretores ao Ministro, o mesmo ordenou que se procurasse outro imóvel para alugar que oferecesse melhores condições autorizando um aumento no custo do aluguel. Lamentavelmente os elevados preços que se achavam os aluguéis de imóveis pouco permitiam alugar um imóvel apropriado para a função designada, considerando as outras despesas com pagamento de professores, alimentação, etc.

⁹ Arquivo Nacional E52-1853 doc. 016

Verificando o 1º livro de Matrícula do IBC constatei que foram inicialmente oferecidas 30 vagas, com somente 20 delas oferecidas gratuitamente, cabendo aos demais o pagamento de pensão como costume da época.¹⁰

Foi de curta duração a gestão administrativa do Dr. Xavier Sigaud, uma vez que veio a falecer em 10 de novembro de 1856. Ainda assim, estruturou os cursos no âmbito interno dando importância à alfabetização e ao ensino de algumas profissões consideradas compatíveis com a cegueira.

O 2º diretor, Conselheiro Cláudio Luiz da Costa deu prosseguimento aos trabalhos iniciados. Buscando melhorar a assistência ao cego, iniciou a contratação de profissionais para ensinar aos cegos os ofícios de empalhador de cadeiras, tamanqueiros, torneiro e encadernador, além de uma Mestra em Costura para substituir a esposa de Sigaud, o qual entendia que nem todos os alunos se realizariam nas atividades intelectuais, quer pelas limitações individuais de alguns, quer pelas dificuldades de trabalho, aumentados pelos preconceitos sociais.

O ensino, naquele momento histórico, obedecia a programas minuciosamente planejados e rigorosos. Os alunos do 5º ano já deveriam saber toda gramática portuguesa sendo capazes de fazer versões para o francês e conjugar os verbos nos dois idiomas. Deveriam também aprender geografia, física, geometria, álgebra e noções genéricas de Ciências Naturais.

¹⁰ **Dossiê de documentos Históricos do IBC**, p. 1-43.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos foi instalado provisoriamente numa casa ao pé do Morro da Saúde, já demolida.

Em correspondências trocadas de Xavier Sigaud com governantes da época, verifiquei o perfil do deficiente assistido. Segundo o 1º regimento interno do IBC o deficiente deveria ter cegueira irreversível, estar compreendido na faixa etária de 7 a 12 anos, sem doença infecto-contagiosa e epilepsia. Caso não tivesse condições de custear sua educação por pertencer à família da baixa renda, deveria apresentar no ato da inscrição declaração de pobreza.

Sigaud envia correspondência para o governo das províncias do País tentando levantar o nº de deficientes existentes na época, que se enquadrassem no regulamento interno do Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Estudando o teor dessas correspondências pude perceber que muitos deficientes deixaram de ser assistidos por se encontrarem fora da faixa etária determinada; além do mais, o governo só se propunha a custear 20 vagas gratuitas para atender as pessoas carentes. O pagamento da pensão segundo relatos documentais foi considerado alto (400.000 contos de réis anuais) para os deficientes pensionistas. Cobrava-se ainda 200.000 contos de réis para despesas com enxoval.

Aumentava a cada ano o número de deficientes profissionalizados, organistas, afinadores de piano e professores (Português, Francês, Música ou História Sagrada). Alguns conseguiam emprego no próprio Instituto.

Ainda nesta gestão deu-se início à montagem de uma tipografia para impressão em pontos salientes, tarefa atribuída ao artesão Nicolau Henrique Soares (1861). Lançavam-se assim as bases da atual imprensa Braille que, já em 1863, publicava o 1º livro em alto-relevo no Brasil intitulado “História Cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos” escrito por Cláudio Luiz da Costa, em três volumes.

Com o falecimento de Cláudio da Costa (1869), foi indicado para seu substituto Benjamin Constant Botelho de Magalhães que, desde 1861, lecionava Matemática e Ciências Naturais no Educandário. Benjamin Constant recebeu o Instituto organizado, porém mal instalado no prédio de nº 127, da Praça da Aclamação (ou Largo de Santana) para onde se mudara na década de 1860.



Estereotipia utilizada no Século XIX para impressão de livros

Encontra-se minuciosa descrição do referido prédio em *O Rio de Janeiro: sua História, Monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades* de Moreira de Azevedo da coleção Vieira Fazenda XIII.

“Acha-se o Instituto dos Cegos estabelecido no prédio nº 17 situado na face meridional da praça da Aclamação: Tem essa casa despida de toda arquitetura, dois pavimentos com três portões e seis mezaninos no primeiro pavimento, e nove janelas com sacadas com grades de ferro no segundo.”



Thermoform para impressão em alto relevo – Proc. EUA, dec.70

No primeiro pavimento localizava-se o refeitório dos alunos que também servia de sala de estudo, uma sala de aula para os alunos menores, uma pequena enfermaria, dois pequenos quartos para banho, a rouparia, sala de engomar, despensa, sala de oficina de encadernação, onde também se encontrava a biblioteca com 400 volumes. Havia também uma sala para oficina tipográfica que também servia para aula de música de sopro, uma sala para aulas de afinação de piano e um salão para aulas onde encontrava-se o retrato de José Álvares de Azevedo com a seguinte inscrição:

“José Álvares de Azevedo, natural desta corte, cego, falecido a 17 de Março de 1854 com 19 anos de idade. Primeiro que no Brasil mostrou o sistema de instruir cegos.”

O segundo pavimento era constituído por uma sala de entrada onde havia fixado na parede os retratos dos Marquês de Olinda, de Abrantes e do Visconde do Bom Retiro, busto em mármore de Dr. José Francisco Xavier Sigaud; essa sala dava entrada para a capela consagrada a São Rafael, padroeiro dos cegos. No salão de visitas encontrava-se o retrato de Cláudio Luiz da Costa com os retratos da imperatriz e do imperador D. Pedro II. Esta sala também servia para aulas de música dos alunos. Havia ainda um lavatório, o quarto da inspetora, dormitórios femininos e três quartos para aposentos do diretor e sua família.

No terceiro pavimento, em um sótão do prédio, o quarto do inspetor, o dormitório dos meninos, sendo um para crianças, outro para pré-adolescentes e outro para adolescentes maiores.

Tal como o edifício da Gamboa esta casa também não possui cômodos suficientes: os dormitórios eram pequenos e estreitos. Eram úmidas e mal ventiladas as divisões do primeiro pavimento; a enfermaria dos alunos um quarto pequeno e úmido, escuro e quase sem ar; as oficinas tipográficas e de encadernação ficavam localizadas em pequenas salas, tão úmidas que os papéis e os livros se estragam muito depressa; não havia espaço para o recreio e a Educação física.

A demanda por vagas crescia, sobretudo das províncias mais distantes do Brasil, o que levou a idealizar a construção de um edifício de grandes proporções, que não se limitasse a atender às necessidades da época, mas que viesse no futuro atender a uma demanda cada vez maior. Em 1870 a estimativa era de 12.000 deficientes em todo o país.

D. Pedro II não só aprovou as idéias de Benjamin Constant, como as amparou de forma concreta, doando um terreno de sua propriedade particular de 9.515 metros quadrados, situado na Praia Vermelha (hoje Urca), Av. Pasteur 350/368.

Lançava-se Benjamin Constant ao preparo do projeto de construção do que viria a ser o prédio do Instituto, sob a orientação do engenheiro Dr. Carlos Araújo Ledo Neves e do construtor, Sr. Torquato Martins Ribeiro. O lançamento da Pedra fundamental teve cerimônia realizada em 29 de junho de 1872, relatada no Jornal do Comércio, cujo texto transcrevo abaixo mantendo a ortografia da época:

“No anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e setenta e dois, quinquagésimo da Independência do Império do Brasil aos vinte nove dias do mez de junho, achando-se presentes no terreno situado à Praia Vermelha, à uma hora da tarde, o muito alto e poderoso príncipe o Senhor D. Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil (sua augusta consorte a senhora princesa Dona Izabel, sua Alteza o senhor Conde d’Eu, o Ministro do Império, o senhor Conselheiro doutor João Alfredo Correa de Oliveira, o Comissário do Governo d’este Instituto, Conselheiro doutor Antônio Félix Martins, o diretor do mesmo, Bacharel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o diretor do Instituto dos Surdos-Mudos, doutor Ludgero Gonçalves da Silva, o General Visconde de Santa Thereza, e mais pessoas de distinção abaixo assinaladas com o auxílio da divina providência, sua majestade, o Imperador lançou a pedra fundamental do edifício destinado ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, para o que, pelo mesmo augusto Senhor, foi o supra-dito terreno doado por acto de quatorze de maio, do corrente anno, tendo sido a referida Pedra benta, segundo o ritual romano, pelo reverendíssimo Monsenhor Capellão do mesmo Instituto, Bernardo Lyra da Silva, cobrindo esta a uma caixinha de madeira encerrada em outra de chumbo, contendo uma cópia auttenticca deste auto, um exemplar da Constituição Política do Império, os Jornais do dia e as moedas metálicas do Império. Para constar lavrei êste auto em duplicata, para ser um dos exemplares recolhido ao archivo público do Império – Eu, Benedicto Antônio Bueno, servindo de Secretário do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o escrevi, e assigno.”

Em 1890 está concluída a 1ª etapa da construção do IBC.

No período Vargas (1937) dá-se início à construção da 2ª etapa do edifício. Reabre as portas em 1944, tornando possível ao Educandário estender gratuitamente suas atividades educativas por decreto nº 19.256 de 9 de setembro de 1945 que, entre outras medidas importantes, institui seu curso ginásial, equiparado posteriormente ao Colégio Pedro II,

conforme Portaria Ministerial nº 385 de 8 de junho de 1946. Esse fato é de grande importância, pois permitiu acesso dos deficientes visuais às escolas secundárias e universidades.

Teria sido este o primeiro passo para Integração social da pessoa portadora de deficiência visual?

3.1 - O IBC entre o Isolamento e a Integração Social

O Instituto Benjamin Constant redireciona atualmente o atendimento prestado ao deficiente visual no Brasil. É um Educandário do Pré-escolar à 8ª série do 1º grau. Ampliando sua atuação, no que diz respeito à Educação Especial¹¹, promove atendimento a crianças cegas e de visão subnormal de 0 a 4 anos, objetivando desenvolver a área psicomotora sensorial e afetiva necessárias na Pré-escola.

Hoje são assistidos no IBC alunos com prognósticos de deficiência múltipla, ou seja, cegos com deficiências mentais.

Há na referida Instituição um Setor de Reabilitação que presta assistência a pessoas que cegam na fase adulta e fora da idade escolar, visando sua independência e inserção no mercado de trabalho, de acordo com a realidade de cada reabilitando. Esta preparação profissional se dá, muitas vezes, em parcerias com outras instituições.

Em 1940 a Imprensa Braille, criada no séc. XIX, foi aparelhada para dar suporte material ao Instituto. No contexto atual, atende as necessidades de várias escolas e Entidades em todo o país, distribuindo material especializado. Ressalte-se que tal equipamento faz-se até o presente momento com tecnologia importada.

¹¹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 define, no art. 58, Educação Especial. Para efeito desta, considera-se Educação Especial a adaptação de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, visando assistir aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino conforme lei nº 7853/89.

Graças ao aperfeiçoamento da informática, o IBC edita e distribui as duas únicas revistas periódicas em Braille no Brasil: a Revista Brasileira para Cegos e a Pontinhos, distribuídas em 23 países. Anteriormente os portadores de necessidades especiais eram assistidos em centros especializados ou, quando em escolas regulares, nas classes especiais.

A partir do ano 2000, o IBC firmou convênios com o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – para produzir no Sistema Braille os títulos do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Edita e distribui a Revista Benjamin Constant, publicação técnico-científica que visa difundir as ações desenvolvidas, experiências e o conhecimento no campo da deficiência visual.

O IBC, no seio do processo de Educação Inclusiva, atendendo as determinações do MEC, oferece um curso semestral de formação de professores especializados, recebendo inclusive professores de outros Estados.

Ao completar 150 anos de existência, como já mencionado, esta comunidade se volta para os primórdios de sua História. Seus usuários reivindicam um Museu que preserve a memória coletiva deste grupo, que ao meu ver, encontra seu referencial na própria Memória desta Instituição. A análise das relações existentes entre esta comunidade e o IBC poderá lançar as linhas-mestras para a consolidação do Museu enquanto lugar de Memória sob a ótica dos seus agentes.

O estudo da memória desta comunidade deverá nortear uma discussão em torno da Museologia Brasileira no que diz respeito às necessidades táteis deste grupo, podendo, no futuro próximo, se constituir no 1º Museu Tiflológico do Brasil.

O que se torna hoje palco de discussão em temas de Educação Especial vem sendo o processo de inclusão de portadores de necessidades especiais nas escolas regulares. Analisa-se a pertinência do IBC no que diz respeito às políticas públicas na área de Educação. Até que ponto, no contexto atual da Instituição, fornecer a seus usuários 1º grau completo enquadra-se dentro das perspectivas Educacionais do Ministério da Educação?

Observo que a comunidade do IBC oferece uma certa resistência para discutir tais questões. Penso estar a Instituição atravessando uma fase de transição, de rupturas que, de alguma forma, configuram em seu espaço uma disputa. Um jogo de forças, melhor dizendo.

Quem é o sujeito dessas disputas? Acredito serem os indivíduos configurados neste lugar. Muitas pessoas estudam e trabalham no IBC. Gerações se sucedem a cada ano. Cada pessoa deixa suas marcas nos lugares por onde passa, uma vez que somos os agentes organizadores do Espaço. Para discutirmos essa questão pensemos na aderência do grupo ao lugar. Como essa aderência se configura no IBC?

Indivíduos vivem em média 8 anos de suas vidas no interior desse espaço físico. A maior parte delas eram anteriormente submetidas ao regime de internato. Muitas só viam suas famílias uma vez por ano. Suas relações sociais eram desencadeadas neste lugar, onde o contato com outros grupos durante muitos anos penso ter sido quase inexistente.

O próprio sistema de representação Escrita existente para a Educação de deficientes visuais, Sistema Braille, reforça no meu entendimento a coesão grupal. É uma espécie de isolamento, uma vez que, um grupo restrito de pessoas domina as técnicas de escrita e leitura desta forma de representação escrita. A Instituição transcende as funções de Educar. Passa a ser referência de mundo para seus usuários. Neste mesmo espaço estuda-se, reside-se e realizam-se atividades de lazer.

Percebo que, mesmo após o término da trajetória educacional da maioria dos alunos do IBC, os mesmos continuam ligados direta ou indiretamente ao Instituto. O que é Inclusão na visão destas pessoas?

Mudanças no entorno da sociedade se sucedem e, inevitavelmente chegam ao Instituto desde sua fundação, pois, o IBC, embora pensado para se constituir numa Instituição total¹², não está fora da História. As mudanças chegam ao grupo, e este vai absorvendo, de forma seletiva e lenta as transformações, dependendo do jogo de forças coexistente. Teria o grupo a pretensão de legitimar um isolamento espacial como meio de garantir a existência do grupo?

¹² Este conceito cunhado por E. Goffman será objeto de estudo no próximo capítulo.

Observo que o processo de reorganização estrutural porque passa o IBC gera no grupo uma resistência, uma vez que essas transformações impõem novas articulações.

3.1.1 - As Instituições Totais e a Educação Especial

Instituições são, no sentido do termo, estabelecimentos sociais localizados em espaço definido, como salas, conjunto de edifícios ou fábricas onde se desenvolve alguma atividade. Como definir uma Instituição total?

Embora toda Instituição em sua própria constituição esteja sujeita ao fechamento, Erving Goffman define tais estabelecimentos como um lugar de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um grande espaço de tempo, estão submetidos a uma administração plenamente estabelecida. (Goffman: 1987, 16)

Em nossa sociedade podemos dividir, para fins de estudo, essas Instituições totais em cinco grupos. Instituições criadas para cuidar de pessoas supostamente incapazes e inofensivas. Enquadram-se nesta categoria as casas para cegos, órfãos e indigentes; Locais destinados a cuidar de pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, sendo ainda consideradas uma ameaça à comunidade, embora não de forma intencional. Neste grupo mencionam-se os hospitais para tuberculosos, leprosos e sanatórios. Há um tipo de Instituição total organizada para proteger a comunidade: são as cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e concentração. Outras são elaboradas com a finalidade de se organizar tarefas. Como exemplo, cito os quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, etc.. Finalmente, há estabelecimentos fechados com o intuito de servir de refúgio do mundo: estão nesta ótica os conventos, as abadias, mosteiros, etc.. (Goffman: 1987, 17)

De todas essas categorias irei me deter a discutir as características das Instituições para Cegos, tentando configurar o Instituto Benjamin Constant nesta linha de reflexão. Qual a função do Instituto Benjamin Constant? Para tentar responder a essa questão farei uma prévia análise da questão do estigma trabalhado por Goffman.

Estigma: marca ou impressão, foi um termo desde os gregos empregado como indicativo de uma degenerância. Na Antigüidade Clássica, através do estigma procurava-se torna visível qualquer coisa de extraordinário, mau, de quem o apresentasse. O estigma avisava a existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa cujo contato deveria ser evitado. Na era cristã dois sentidos foram acrescentados ao termo: um de natureza sagrada, era um sinal corporal de natureza Divina. O outro, uma alusão médica a um distúrbio físico. Com o desenvolvimento dos estudos da Patologia Social, a palavra voltou a ser usada no sentido de degradação. (Goffman, 1988, 11-12).

Erving Goffman em seu livro *Estigma, Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, discute a linguagem de relações existentes entre os indivíduos estigmatizados e os “normais”. O estigma foi discutido, na realidade, como um tipo especial de relação entre atributo e esteriótipo.

Goffman define três tipos de estigma:

“Em 1º lugar há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de linhagem...” (Goffman: 1998, 14).

O que é para um indivíduo cego carregar o estigma da cegueira?

O cego carrega consigo um estigma visível. Essa visibilidade, por sua vez, acarreta uma série de esteriótipos ligados a sua pessoa. É uma relação de atributos que irá de alguma forma nortear a constituição da identidade social desses indivíduos nos seus grupos de iguais e nos demais segmentos da sociedade.

No decorrer das entrevistas na Comunidade do Instituto Benjamin Constant percebi uma grande resistência do grupo de portadores de deficiência visual à chamada inclusão educacional defendida atualmente pelos organismos governamentais.

Para o grupo, o cego antes de qualquer contato com os “normais” deve freqüentar o grupo de seus iguais. A relação entre vidente e cego foi, pelos entrevistados, descrita como um jogo de forças.

“Alguns podem hesitar em tocar ou guiar o cego, enquanto que outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de um “gestalt” de incapacidade, de tal modo que o indivíduo grita com o cego como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo, como se ele fosse aleijado. Aqueles que estão diante de um cego podem ter uma gama enorme de crenças ligadas ao estereótipo. Por exemplo, podem pensar que estão sujeitas a um tipo único de avaliação, supondo que o indivíduo cego recorre a canais específicos de informação não disponíveis para os outros.” (Goffman: 1988, 15).

A convivência entre os pares é defendida pelos cegos. A que serve esse isolamento?

Goffman coloca a situação da seguinte forma: O refúgio dos estigmatizados a grupos dos iguais constitui-se numa relação de auto-defesa e numa “aceitação” quase que forçada de sua situação de estigmatizado. A própria sociedade divide os indivíduos em grupos. No entanto, penso que o momento atual pressupõe relações extragrúpis.

No caso da comunidade do Instituto Benjamin Constant como analisar esse processo? Durante as entrevistas observei que o Instituto é sempre discutido ainda hoje como referencial de mundo pelos deficientes assistidos, mesmo os já participantes de outros grupos.

“... o medo de que os outros possam desrespeitá-la por algo que ela exiba significa que ela sempre se sente insegura em seu contato com os outros... Isso representa uma deficiência quase fatal do sistema do “eu” na medida em que este não consegue disfarçar uma formulação definida que diz: “Eu sou inferior, portanto as pessoas não gostarão de mim e eu não poderei sentir-me seguro com elas.” (Goffman: 1988, 22).

Quando normais e estigmatizados se encontram, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão as causas e efeitos do estigma.

“Seus atos mais usuais de outrora – andar indiferentemente na rua, colocar ervilhas no prato, acender um cigarro – não são mais comuns. Ele torna-se uma pessoa diferente. Se ele os desempenha com destreza e segurança provoca um mesmo tipo de admiração inspirado por um mágico que tira coelhos de Cartolas.” (Goffman: 1988, 24).

As pesquisas documentais mencionam os encontros da 1ª sede, na antiga residência do Barão do Rio Branco, no Morro da Saúde, como uma rua fechada sem residências próximas, permitindo um certo isolamento local.

No ano de 1872 foi lançada a Pedra fundamental de Construção da Sede do IBC. Terreno doado pelo Imperador localizado na atual Urca. Como pensar neste bairro? O que existia nesta ocasião nos arredores do Instituto em construção?

Os estudos nos levam a um bairro isolado dos demais, onde uma única linha de bonde fazia a ligação com o restante da cidade. O Hospício de Pedro II já funcionava vizinho ao IBC. Ainda não havia o Iate Clube. A Avenida Lauro Muller era uma chácara. Poucas construções residenciais.

Hoje, percebe-se ainda algumas características desta natureza. Apenas uma entrada e uma saída. Três linhas de ônibus ligam a Urca aos demais bairros. São vizinhos do IBC a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto de Minas e Energia. O Hospício Pedro II foi transferido tão logo se processou o crescimento urbanístico do bairro, pois os internos passaram a ser vistos como indesejados pelos novos habitantes.

Penso que o IBC foi pensado para ser uma Instituição total, em seus mínimos detalhes. Analisando o 1º estatuto interno do IBC pude evidenciar alguns aspectos desta totalidade descrita anteriormente. Os cegos que neste Instituto ingressassem eram submetidos a uma rígida disciplina, só podendo ser visitados pelos pais aos domingos, com prévia autorização do diretor.

Quando iniciei meus estudos no IBC na minha visão de criança não percebia claramente as diferenças em relação à escola regular de ensino. No entanto, de imediato, senti que algo iria alterar profundamente minha vida.

Fui informada de que era necessário me transferir de colégio para poder dar prosseguimento aos meus estudos, pois fora diagnosticado visão subnormal. Não compreendia o que era ter baixa visão. Ao chegar no IBC me deparei com crianças totalmente cegas. Era

um mundo muito novo para o meu universo de criança. Porque me disseram que só ali eu poderia estudar eu tentei me adaptar àquela realidade.

O fato de ser uma escola ainda na década de 1980, prioritariamente em regime de internato, embora já fizesse concessão de externato aos alunos que residissem nas proximidades, me causou uma certa estranheza. Era uma escola residência. Um espaço físico demarcando as fronteiras do mundo externo. Comecei a perceber um outro ritmo. Para entender um pouco daquele mundo passei a observar o comportamento dos meus colegas. Muitos deles eram oriundos de outros estados brasileiros e só iam para suas casas no final do ano. Outros, uma vez por mês. Era difícil conviver com essa realidade porque na minha visão de criança isso se sucedia porque os pais não gostavam dos seus filhos.

Por certo, a educação especial ainda se limitava ao Instituto. Já havia outros Centros especializados em outros estados, mas não forneciam o 1º grau completo. No interior, pode-se dizer, as classes especiais eram inexistentes. Os Centros já existentes eram totalmente dependentes do material especializado produzido na Imprensa Braille do IBC.

Ficavam todos submetidos à administração escolar, que impunha regras a serem rigorosamente cumpridas. Alguns colegas por vezes ficavam sem saída nos fins de semana, punição que lhes era imputada por desobediência às normas da Instituição.

Gostava de andar com os colegas cegos. Foram eles que me ensinaram a andar no Instituto. Aquela monumentalidade arquitetônica me assustou aos primeiros dias. Acho que os colegas também foram os responsáveis pela minha adaptação àquele ambiente.

Os cegos estudavam através do Sistema Braille. Achei muito interessante ler com os dedos. O aprendizado em Braille para alunos com visão subnormal era opcional, mas fiz questão de aprender. Cada vez mais através do Sistema Braille me integrava ao grupo e aos professores que me tinham muito carinho. Aquele mundo se tornava a cada dia menos hostil e mais familiar. Penso que o Sistema Braille funcionou para mim como um ritual de passagem. Passei a me sentir um membro do grupo. O que teria me ocorrido sem esse aprendizado? Nem eu tenho resposta.

Alguns aspectos da estrutura organizacional do IBC nortearam todos os anos em que estive ali na qualidade de aluna. Eram questões ligadas a Escolas Inclusivas. O que me ocorreria quando chegasse ao término do 1º grau? Onde estudar? Nós, deficientes submetidos ao isolamento daquele mundo com toda uma simbologia própria teríamos condições de nos conduzir fora daquele mundo? Me preocupava com os colegas que eram Internos no Instituto. Como conseguiriam se deslocar, tomar uma condução, atravessar a rua, por exemplo? Até que ponto o IBC permitia uma inclusão?

Ao retornar para a escola regular dei prosseguimento à minha trajetória escolar me graduando em Museologia. De longe continuei acompanhando as mudanças ocorridas no Instituto. Os cursos de especialização se expandem permitindo também uma expansão das Classes Especiais.

No IBC não há, no momento atual, alunos provenientes de outros estados brasileiros. O regime de internato vem diminuindo ao longo dos anos. São mudanças significativas no que diz respeito às políticas educacionais em termos de Educação Especial oriundas do Ministério da Educação.

Analisando o interesse demonstrado pela comunidade do IBC para consolidar o Museu deste Instituto uma discussão em torno das mudanças na organização Institucional se faz necessário.

O que vem impulsionando esta comunidade ao processo de construção de uma Memória deste grupo? Esta questão espero responder no capítulo 2, Narrativas orais da comunidade do IBC: identidades e memória.

Trabalhar com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais sempre constituiu um grande desafio para os profissionais da educação. O termo educação especial é entendido como um rótulo na visão da professora Maria da Glória Souza Almeida.

“Não existe uma educação especial. Especial é o método. A educação não. Ela só tem um objetivo: A formação do ser humano, não importa se ele é cego ou não, ou se é surdo ou tem outras habilidades. A educação tem esse princípio básico. Agora, estamos num patamar muito baixo porque os professores são mal pagos, mal preparados, não tem incentivo algum... O Estado não foi capaz de organizar a educação como um todo... A gente vê

projetos, ações, discursos, seminários, coisas que na verdade não acontecem. Agora, se tudo estivesse a seu tento, o Instituto poderia ficar como uma escola de aplicação, por que vou criar uma metodologia, para que e quem pesquisar se não se tem em quem aplicar? Penso o Instituto assim, grande... Que o pai da criança cega possa optar: Colocar o filho na escola especial ou na classe regular de ensino. O Instituto tem esse papel de transmitir conhecimento, a produção de material especializado, na contribuição de trabalhos acadêmicos. A nossa trajetória nos prova isso. O Instituto é imensurável na minha visão. Acho que o Benjamin Constant está além de uma entidade. Ele é uma obra, edificada com idealismo, com tropeços e acertos. É uma obra, como toda obra, é complexa.”

(Entrevista realizada em 19/03/04, nas dependências do Instituto.)

Para a professora Liana Ocampo estamos vivendo na educação especial uma quebra de paradigma. Em entrevista realizada no IBC, em 04/04/04, ela explica que:

“A inclusão a gente discute desde da década de 70 com a integração... A inclusão é um outro momento, desde que veio o princípio da normalização na década de 70 quando se deu a integração muito bem trabalhada, pela professora Olívia Pereira até a mudança para a inclusão. Não só muda o termo, é um novo paradigma. Na integração os cegos se adaptam ao meio, nas escolas, precisavam se adaptar ao que estava acontecendo. Hoje, a sociedade é que tem que se preparar para conviver com ele. É o viver junto. Há uma gama maior de preconceito porque toda mudança é mais difícil. As escolas vão ter que mudar. Os professores vão ter que mudar. Acredito que já estão mudando porque eles tem que recebê-los. É o grande momento para conviver com as diferenças, de aceitar que somos diferentes. Antes, na escola todos tinham que apresentar as mesmas coisas numa sala de aula. Os professores perguntam: Como vou trabalhar as diferenças numa sala de aula com 40 alunos? Bem, há 40 diferentes! Tem que haver uma preparação mas, acho possível e, tem professores trabalhando. Imagina uma deficiência múltipla? Por isso é que as instituições especiais não vão poder acabar. É aonde está o suporte, onde se aprende a trabalhar com eles. Agora o Instituto não pode mais tê-los sob sua tutela. Precisa trabalhar também para fora. A convivência é que tinha que ser a política do museu... Por que nas colônias de férias do Instituto não se ensina o Braille para os meninos? Que danos para trazer para essa criança aprender mais alguma coisa?... A sociedade precisa mudar e, precisa haver acessibilidade. Primeiro é ver a pessoa, depois a deficiência... A classe especial nas escolas regulares também é segregadora. Agora se a escola não tiver recursos para alfabetizar adequadamente uma criança no Sistema Braille ela também deverá ser alfabetizada na escola especial. Também tem a questão da orientação e mobilidade, será que a escola terá condição de dar? Algo precisa ser lembrado: Orientação e mobilidade para uma criança de 0 a 3 anos só o Instituto poderá dar... A escola especial terá sempre o seu lugar, o de dar suporte. Só a convivência faz crescer. Precisamos sair de dentro de nós para ver o outro. Quando aprendermos a conviver com as diferenças seremos mais humanos... Vislumbro para

o Instituto mais mudança. Sempre mudança para poder caminhar para a frente, porque se você não muda pára no espaço. No início toda mudança causa um desequilíbrio, mas, depois volta ao normal. Quanto mais ele mudar mais longe continuará indo.”

A professora Ana Leite, entrevistada em 09/06/04, na qualidade de funcionária do Ministério da Educação na década de 90, faz importante colocação acerca do processo de inclusão, considerando a conferência de Salamanca¹³.

“Eu tenho um passado no Ministério da Educação... Fiquei trabalhando na área da educação especial em 94 quando no momento se discutia o que é inclusão... Os alunos, a maior parte oriunda de outros municípios, tinham educação segregada em classes especiais ou em escolas especiais... Aí, a gente fez um seminário grande, tinha muito pouco aluno na classe regular de ensino. O objetivo era fazer com que a questão da estigmatização fosse trabalhada. Então formaram uma comissão... Tinha pessoas aqui do IBC, pessoal do INES, era uma comissão muito grande... A comissão achou melhor fazer fóruns de discussão. Existia muitos fóruns: Ensino fundamental, ensino médio etc. A educação especial era incipiente... Discutia-se também a questão dos recursos para a educação especial. A REMEC é dividida em secretarias. A verba que chegava para a educação especial era pequena e os projetos não levavam em consideração o ensino fundamental que fazem que as equipes sejam vistas de forma diferente. A educação especial sempre foi vista como um sistema paralelo, é sempre visto como pessoas que têm pessoas especiais lá, e, os projetos não eram assim, integrados... As secretarias pediam capacitação de professores de educação especial mas, não os incluía. A própria concepção do atendimento ao portador de necessidades especiais também passou a fazer parte da discussão. A gente estava num momento difícil. Tinha a LDB que previa apoio necessário ao portador de necessidade especiais e tinha a Declaração de Salamanca que dizia que o sistema tinha que estar preparado para incluir todos. Agora, o conceito de inclusão é muito confuso...”

Inclusão é um termo muito amplo e esteve durante muitos anos ligado aos portadores de necessidades aparentes. Mas, quem não tem alguma necessidade?

¹³ O presente enquadramento da ação sobre necessidades educativas especiais foi discutido no Congresso Mundial sobre necessidades educativas especiais. Organizado pelo governo da Espanha em Salamanca, de 7 a 10 de junho de 1994, teve como meta, estabelecer princípios, políticas e práticas educativas acerca da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Estabeleceu-se uma política mundial para orientar os governos, organizações internacionais e nacionais, governamental e não-governamental para a implementação dos princípios defendidos pela citada Convenção. Tais ações inspiraram-se nas experiências a nível nacional dos países participantes, assim como das resoluções e publicações das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais. Baseia-se, igualmente, nas propostas, diretrizes e recomendações formuladas nos cinco seminários regionais preparatórios deste Congresso. O princípio deste enquadramento de ação consiste em ressaltar que as escolas devem se ajustar a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais e lingüísticas.

“Na verdade, a educação especial, ela é responsável pela discussão da diferença, entender a diferença. Agora toda vez que surge um conceito novo, o anterior é suprimido. Passou a discutir a inclusão no lugar de integração, tendo, muitas vezes inclusão/integração o mesmo sentido prático... Outra questão a ser considerada é que se associa inclusão ao aluno com necessidades especiais visíveis. Mas, esse conceito é amplo, porque, o aluno com necessidades educacionais especiais pode ser tanto aquele que tem uma deficiência flagrante, o aluno com paralisia cerebral, o aluno com deficiência mental ou, pode ser aquele que, por exemplo, é desleixado precisa de um apoio para se alfabetizar, não é necessariamente um deficiente... A inclusão passou a ser utilizada tanto pelos professores das classes regulares quanto pelos de classes especiais. Em muitos sistemas muitos alunos ainda são tratados de forma segregada... É comum se ouvir ainda: Não estamos na inclusão. Estamos na integração. A educação para todos como um todo está muito difícil... Ainda existe para alguns educadores a questão da deficiência associada à doença...”

A questão do preparo profissional se constitui numa das maiores preocupações quando o assunto é a inclusão nas escolas regulares.

“Uma coisa importante dizer é que os movimentos sociais da década de 80 de democratização foram importantes para o desenvolvimento dos direitos humanos, que, com especificidades fossem vistas pelo Estado... Os centros especiais eu acho que dentro dessas concepções modernas eles já não têm essa função de serem centro-escola, escolas especiais. Até porque, nós bem sabemos, atende a um segmento bem pequeno. Eu penso que o papel que o Instituto Benjamin Constant tem como INES, é, serem centros de referência, de se tornarem centros de capacitação. Para isso é preciso que se invista, que se contrate professores, para que esses professores sejam capacitadores, formadores de outros professores. Você ter um internato aqui na Urca ainda funcionando dentro dos moldes do séc. XIX considero muito desperdício. A gente sabe que é um prédio enorme com muita coisa para fazer, um museu que nem pode abrir suas portas para o público em geral... O movimento de inclusão ultrapassa os limites do muro das escolas. A escola como um todo vive um momento de grande impasse, uma quebra de paradigma, dessa escola que tem que abrir suas portas para a comunidade, ouvir e compartilhar. Quanto mais você faz isso, mais você democratiza esse espaço. Isso vai provocar uma melhoria na qualidade da educação. Você ainda não tem uma política efetiva de inclusão. Você tem uma política nacional mas, o caminho que essa política nacional vai fazer para atingir certos municípios é muito longo... A inclusão não pode ser feita só com decreto. Essa conformidade da inclusão, esses arranjos que são feitos têm um indicador de base. Escolas inclusivas têm que ter apoios para permitir a inclusão efetiva do aluno, por exemplo, sala de recursos para atividades ligadas à cultura. Ela tem que entender a cultura dos jovens, aquela localidade, o momento daquelas pessoas que estão aqui; fazer um estudo etnográfico daquela região... A escola com um discurso homogenizador

não tem mais espaço. Você só consegue mudar no coletivo... Agora, sabemos que a escola ainda é excludente que, muitas vezes marginaliza aquele que é diferente.”

Incluir não é somente garantir ao aluno espaço físico em sala de aula, é propor ao indivíduo atividades significativas capazes de promover seu desenvolvimento e remover as barreiras a seu acesso e participação no aprendizado e na sociedade. Vale ressaltar que todos podem apresentar dificuldades em alguma área do conhecimento ou etapa da vida. As limitações existem em qualquer indivíduo.

Incluir é trocar, entender, respeitar, é transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia por meio da elaboração de pensamento e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Na realidade, ao examinar os múltiplos aspectos que influenciam o comportamento do indivíduo e sua relação com o meio em que vive no decorrer de seu desenvolvimento, o ato de incluir supõe uma superação dos preconceitos, modificações de atitudes e organização de metodologia de trabalho em conjunto com o conhecimento científico. Portanto, a discussão acerca da inclusão não mais pertence ao fórum da problemática conceitual do sistema educacional e, sim, das propostas que viabilizam um atendimento respaldado na qualidade que a própria educação exige.

Há algum tempo pensava-se, no que concernia à questão da inclusão, de quem era a competência. Se esta era dos gestores dos órgãos governamentais, cuja finalidade era responder aos questionamentos dos educadores ligados à área da Educação Especial ou se era dos próprios educadores, que na prática cotidiana legitimam suas atividades de acordo com suas crenças pessoais, sua concepção de educação, sua filosofia de trabalho.

A atual Secretária de Educação Especial, Dra. Cláudia Dutra, faz colocações acerca da postura filosófica do processo de inclusão educacional, tendo em vista sua experiência acadêmica em sala de aula¹⁴.

¹⁴ A entrevista com a Secretária de Educação Especial foi realizada em 06/12/2004, através da Internet, considerando as dificuldades de compatibilização de agenda.

“A inserção como educadora, a atuação em sala de aula por mais de dez anos no sistema público de ensino, a atuação como diretora geral e coordenadora de projetos de inclusão na Secretaria Municipal de Educação, me permitiram conhecer e compreender a realidade do acesso e das condições de aprendizagem dos alunos. Este percurso me fez refletir sobre a complexidade que envolve os processos de ensinar e de aprender e, fundamentalmente, que cada pessoa constrói conhecimentos de forma diferenciada. Desta forma, comecei a buscar subsídios teóricos para atender as necessidades dos alunos, tendo em vista as especificidades de cada um.”

Aprender a aceitar as diferenças não é uma tarefa fácil, porque pressupõe uma mudança de valores.

É conflituosa por vezes a inclusão de portadores de necessidades especiais na rede de ensino regular, mas como esperar mudanças de ordem ideológica na sociedade, se não lhe são oferecidas oportunidades de mudanças? Pode ser que seja esse o caminho para uma verdadeira transformação. A doutora Cláudia ainda nos diz que:

“Entendo que a inclusão das pessoas com deficiência significa uma mudança de concepção que traz como consequência a transformação da sociedade, não rotulando ou segregando, mas modificando as atitudes, os espaços físicos, os serviços de atendimento. Inclusão, dessa forma, tem a ver com acessibilidade e direitos humanos. A institucionalização de serviços especializados em espaços diferenciados se concretizou na história, também o desprezo e a indiferença fazem parte de um olhar sobre a deficiência. A inclusão representa o caminho da construção da cidadania.”

Não poderíamos deixar de mencionar a postura assumida pela Secretaria em relação à educação Especial.

“A Educação Especial tendo em vista o objetivo da inclusão, assume o papel de sensibilizar, promover condições de acessibilidade, realizar a formação de profissionais, desenvolver pesquisa, apoiar a atenuação dos educadores na escola regular e fazer atendimento educacional especializado aos alunos que deles necessitarem, para garantir a sua permanência e sucesso na escola.”

Aproveitando a questão, faz-se oportuno, perguntar, a secretaria, qual o papel dos centros de Educação especializada.

“Os centros especializados assumem, cada vez mais, um papel de centro de referência no apoio às necessidades especiais, na formação de professores e demais profissionais, na organização de recursos técnicos com vistas a apoiar o processo de escolarização dos alunos. Dessa forma, os conhecimentos e experiências das escolas e centros especializados passam a fazer parte da relação colaborativa com o sistema de ensino, e, da prática pedagógica da escola regular.”

Evidencia-se cada vez mais a necessidade de uma ação mais participativa dos Centros de Educação Especial neste processo de inclusão educacional. Segundo o censo escolar preliminar do INEP-2004 dos 566.023 alunos com necessidades educacionais especiais, 65,6% estão nas escolas e classes especiais e 34,4% estão nas classes de ensino regular.

O gráfico a seguir, contabiliza dados relativos à Educação Especial nos seus primeiros anos. Verifica-se um aumento na demanda após as obras para a ampliação do prédio situado na Av. Pasteur destinado a abrigar o Instituto Benjamin Constant desde 1891. As obras foram realizadas no período de 37 a 43 tendo, assim, interrompido suas atividades educacionais, não havendo, no entanto, referências documentais que nos permitam saber o que teria ocorrido com seus educandos neste período.¹⁵

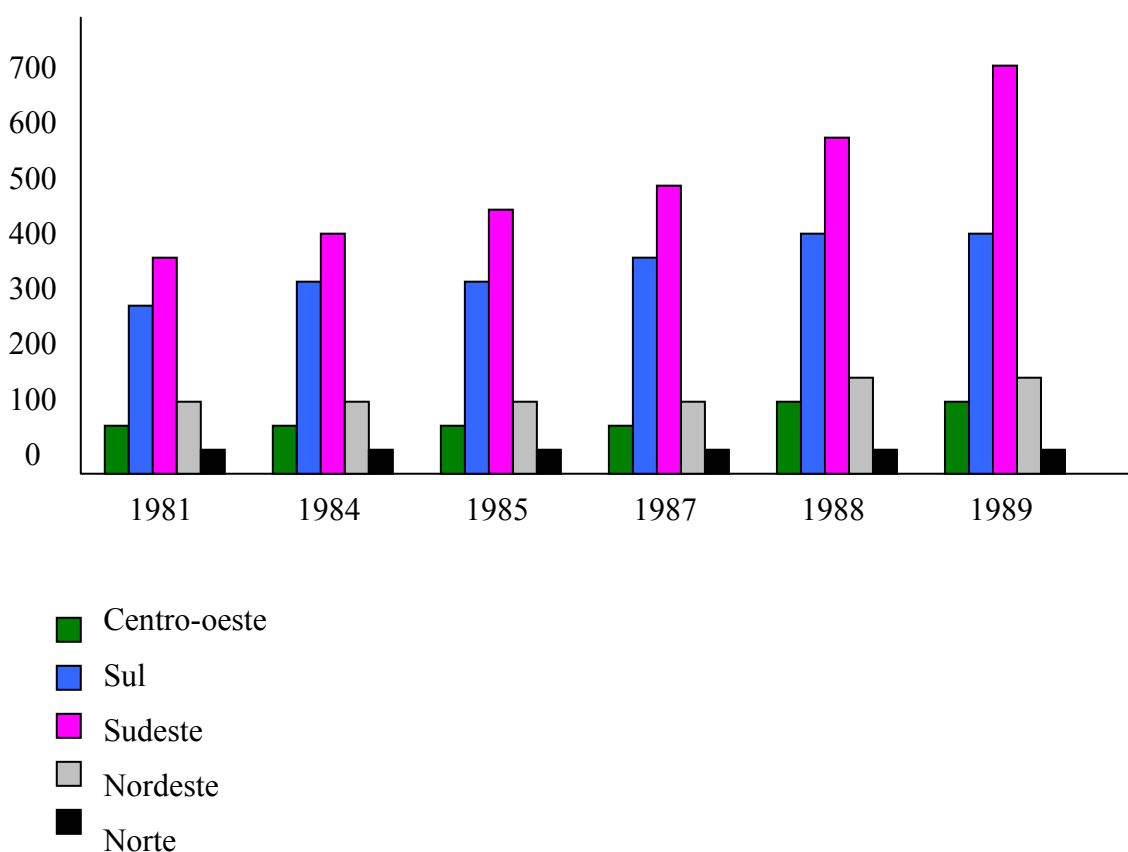
¹⁵ Livro de matrículas do 1º Centenário IBC – Acervo do Museu do Instituto Benjamin Constant.

GRÁFICO DAS MATRÍCULAS IBC

Considerando-se as diferenças regionais, verifica-se que a expansão do atendimento a portadores de necessidades especiais em instituições especializadas ocorreu com maior intensidade na região sudeste. Ressalta-se que 80% dessas instituições pertencem à iniciativa privada, característica que restringe o atendimento às camadas mais pobres da população.

Estimativas elaboradas com base na pesquisa nacional sobre saúde e nutrição, revelam, entre julho e setembro de 1989, a existência de 11% de pessoas com deficiência físico-mental no grupo etário de 0 a 15 anos¹⁶.

Instituições Especializadas em Educação Especial por grandes regiões 1981 – 1989



¹⁶ MEC, Serviços de Estatísticas, Educação e Desporto.

Pelo caráter paralelo que apresentou ao longo da história educacional brasileira, a Educação Especial somente concernia aos grupos excluídos em função de suas deficiências. Por exemplo, ao programar uma palestra, focalizava somente os educadores que possuíam alunos “especiais” e não toda a escola, ou, toda rede de ensino. Bastava que apenas o professor desses alunos obtivesse o conhecimento sobre eles. O professor que possuía somente alunos “normais” não adquiria o conhecimento. Assim, ao redefinir a Educação Especial, tento fazê-lo no sentido de contextualizar o sistema educacional como um todo. Ao redefinir a Educação Especial extinguindo seu caráter paralelo à educação regular está se trabalhando com a diversidade humana, diversidade de cor de pele, de crenças religiosas, de sexos, de maneira de aprender.

Pensar na inclusão do deficiente visual sem levar em consideração suas particularidades parece impossível.

O deficiente visual possui uma forma de representação escrita em pontos salientes, caracterizado “Sistema Braille”. A forma de armazenar através de signos lingüísticos a memória escrita possui métodos próprios para a leitura e escrita do referido sistema.

Desde o começo da Educação dos portadores de deficiência visual no Brasil, tendo início com a fundação do Instituto Benjamin Constant sempre foi uma grande preocupação a produção de material especializado para sua educação. Os livros foram de imediato importados porque não dispúnhamos de maquinários para confeccioná-los, o que restringia o número de exemplares disponíveis. Ainda no séc. XIX foram importadas as primeiras máquinas para compor a primeira tipografia Braille brasileira.

As primeiras bibliotecas Braille surgiram dentro dos Centros de Educação Especial com o objetivo de suprir as necessidades de seus educandos, sendo o Instituto pioneiro também neste aspecto.

Com o passar dos anos, devido à crescente necessidade de promover a inclusão dos deficientes visuais nas escolas regulares, aumenta, conjuntamente, a necessidade de possibilitar a esse educando as mesmas condições para sua aprendizagem facultadas aos alunos sem necessidades especiais aparentes. Desse modo, há uma busca em assisti-los o mais próximo possível de suas realidades. As bibliotecas abrem suas portas para esse público,

adaptando um espaço para o atendimento ao usuário do Sistema Braille. Esse fato está diretamente ligado à expansão da Educação Especial por todo país, sobretudo a partir da década de 40.

Um levantamento do número de bibliotecas públicas em todo país, que dispõem desse tipo de serviços especializados, revela que são em número de doze, um número muito pequeno, se considerarmos a extensão territorial do Brasil. As bibliotecas que possuem acervo em Sistema Braille concentram-se nas principais capitais nacionais, estando o interior desprovido de serviços dessa natureza. Talvez a questão esteja diretamente ligada à distribuição de recursos aos municípios pelo Governo Federal, por falta de uma política mais ampla de inclusão que permita maior acesso à leitura dos usuários do Braille como sistema de representação escrita.

Torna-se muito difícil precisar com exatidão o número de bibliotecas que fornecem atendimento especializado, em termos de acervos em Sistema Braille a usuários deficientes visuais, uma vez que muitos estabelecimentos dessa natureza não são registrados como tal. Além do mais, as dificuldades de acondicionamento do acervo Braille, bem como a falta de mão-de-obra qualificada são elementos que, associados à falta de recursos financeiros, fazem com que muitas vezes serviços dessa natureza sejam interrompidos.

O mapa a seguir identifica as bibliotecas públicas que contemplam os portadores de deficiência visual. No próximo item vamos conhecer e qualificar o espaço institucional do IBC.

3.2 – A Etnografia¹⁷ de um espaço em mudança: memórias em construção



Paula Kossatz. Vista aérea do IBC. Acervo fotográfico do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 2000.

Num terreno de 9.515m², localizado na Praia Vermelha, vizinho ao antigo Hospício D. Pedro II, hoje UFRJ, situado à Av. Pasteur 350/368, Urca, doado pelo Imperador D. Pedro II, começa a ser erguido o prédio destinado a abrigar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, concretizado em 1891, dois anos após a Proclamação da República.

Foi erguida a primeira parte da construção, objetivando melhor atender ao número de deficientes, cada ano maior, vindos de outros estados brasileiros. A segunda parte da construção teve início em 1937 e término em 1943.

Atualmente o prédio do Instituto Benjamin Constant ocupa um quarteirão da Av. Pasteur. De frente percebe-se uma estrutura arquitetônica em estilo neoclássico na cor rosa, constituído de 3 andares. Na parte central, há uma escadaria em pedra que dá acesso ao 2º

¹⁷ Atualmente, o termo etnografia é amplamente usado nas obras antropológicas com referência aos estudos descritivos das sociedades humanas, geralmente, embora não forçosamente das sociedades “primitivas” que estão num nível relativamente simples de desenvolvimento político e econômico. Tem sido entendida na atualidade como a disciplina que estuda a descrição dos povos, sua língua, raça, religião etc, relacionados à descrição da cultura material de um povo. O termo aqui empregado, a etnografia do espaço em mudança: memórias em construção diz respeito ao estudo descritivo do espaço de ocupação do Instituto Benjamin Constant por sua comunidade, entendendo a organização do espaço físico como parte integrante da cultura material e, ainda como elemento de seu patrimônio imaterial.

andar do prédio, havendo uma grade que impede a penetração de pessoas. Neste sentido, o prédio fica dividido em lado esquerdo e direito. Há 3 entradas principais: um portão próximo à Rua Xavier Sigaud que dá acesso ao estacionamento de veículos de funcionários e pacientes do Serviço Médico do IBC. Uma rampa que conduz as pessoas ao interior da Instituição (hall de entrada) destinada ao acesso de alunos, funcionários e visitantes. O 2º Portão dá acesso a veículos e funcionários, próximo à parte administrativa do Instituto, dando frente para a Av. Portugal.

O que é possível visualizar ao penetrar no hall de entrada? Nessa área conhecida por Portaria, há um balcão de identificação. Por ser uma Instituição pequena em termos de número de funcionários, alunos e reabilitandos, apenas os visitantes se identificam ao entrar. Impossível não se deter à monumentalidade desta estrutura arquitetônica. Percebe-se de imediato a presença do pé direito. Estamos no andar térreo. Ainda neste hall de entrada funciona a secretaria da escola. Caminhando para a direita, em relação à entrada principal, há um corredor, que contém cinco salas de cada lado. O que funciona nelas? Do lado direito: Sala de telefonista, 2 salas do setor de psicologia, e duas salas, fundidas em uma só, para a chefia do setor médico, nutricional e de reabilitação. No lado esquerdo, a 1ª sala, próxima à escada de acesso ao 2º pavimento é destinada à triagem de matrículas e acompanhamento de alunos e reabilitandos. A 2ª sala do setor de psicologia. As três seguintes pertencem ao setor de reabilitação. No término deste corredor, de piso vinho, com detalhes bege, paredes brancas e rosas e rodapé preto há um arco perfeito que nos conduz ao Serviço Médico. Percebe-se, neste setor de piso emborrachado preto e paredes rosa, grande fluxo de pessoas da comunidade externa do IBC buscando assistência oftalmológica¹⁸. Andando em forma de L temos acesso aos Centros Cirúrgicos e enfermarias. Agora formando um U vejo a sala de curativos e o dentista; à esquerda, antes do refeitório, setor de fisioterapia, há pouco funcionando no Instituto.

Retorno ao ponto de entrada e sigo o corredor à esquerda. Vejo muitas salas. A 1ª do lado esquerdo funciona como setor destinado a atender visitantes com hora marcada no Instituto. As três salas seguintes são do setor de reabilitação para o aprendizado do Sistema Braille. As duas seguintes para o ensino de afinação de piano. Do lado direito, há a sala que foi transformada numa lojinha para venda de Material Especializado: regletes, punções,

¹⁸ O Setor Oftalmológico do Instituto fornece atendimento à comunidade externa do IBC com consultas marcadas previamente.

relógios, bengalas, folhas, disquetes etc. Escuto pessoas tocando piano. Neste corredor também funciona a coordenação musical. Há salas de piano e violão. Ainda neste corredor há bancos e pessoas que transitam de um lado para outro. Saindo deste corredor a minha frente percebo uma saída para o pátio interno do IBC. À esquerda, há uma sala grande contendo computadores para o aprendizado de informática. Em frente a ela há um corredor com salas desativadas, onde anteriormente funcionava a oficina de colchoaria.¹⁹ Mais a frente, portão de acesso ao Jardim de Infância.

Abro o portão e entro no Jardim de Infância. O piso verde e as caminhas amarelas. Janelas com cortinas azuis. Tudo pequeno. Lembra-me a casa dos sete anões! Percebo um setor fechado adaptado às necessidades da criança. Banheiros com louças muito pequenas. Parece uma casa. As crianças deste setor ficam restritas a esse espaço, pois há também parque privativo deste setor. As salas de músicas são pequenas e têm um colorido que me agrada. Retornando em forma de L há uma escada de madeira dando acesso ao 2º pavimento todo em tábua corrida. Dando seguimento à esquerda, outra dando acesso aos dormitórios masculinos. À esquerda há longo corredor com salas de aula da classe de alfabetização e 1ª fase. As turmas são pequenas contendo no máximo 10 alunos. À direita, em L janelas muito altas. Nesta parte do Instituto há um mini-auditório. Saindo deste espaço, andando no sentido oposto à escada, prossigo e chego no saguão interno que corresponde externamente à escadaria central da arquitetura do prédio.

Visualizo neste saguão duas entradas de acesso ao Teatro IBC.²⁰ Dois elevadores, um à direita e outro à esquerda. Há também duas escadas largas que nos conduzem ao 3º andar. Neste saguão vê-se busto do Imperador Pedro II, e outro de Louis Braille, Benjamin Constant e Valentin Haney. Esta parte do Instituto me lembra um Mausoléu. Tem ainda um relógio que acompanha



Fotos IBAC S. Castellano. Saguão interno 2º andar IBC. Acervo fotográfico do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 1995.

¹⁹ O Instituto já possuiu um Setor de Artes industriais, incluindo colchoaria, visando profissionalizar o cego.

²⁰ Realizam-se neste espaço eventos culturais produzidos pelos alunos do IBC: jograis, peças teatrais, shows. Por razões de segurança, não se aluga atualmente o Teatro para eventos externos.

gerações. O piso é encerado e escorregadio. A escada de acesso nas laterais é constituída do mesmo piso. As paredes são brancas e rosas. O rodapé é preto.

Subindo à esquerda chega-se ao 3º andar. A vista é maravilhosa! Pela janela podemos contemplar a Baía de Guanabara, o Pão-de-açúcar, o Cristo Redentor e a ponte Rio-Niterói. O lado esquerdo está hoje desativado necessitando de obras de restauração de estrutura arquitetônica. Do lado direito entramos num corredor longínquo. À direita, uma pequena Capela (Santa Luzia, protetora da visão) vinculada à Paróquia Nossa Senhora do Brasil. Seguem-se salas que foram transformadas em dormitórios destinados a abrigar professores de outros estados que buscam especialização na área da deficiência visual, objetivando expandir a Educação Especial em seus estados de origem. Há também um dormitório para médicos residentes. Neste espaço funcionava até 1991 a biblioteca do IBC, hoje localizada num prédio anexo. Em narrativas orais dos ex-alunos do IBC soube da ocupação anterior deste espaço. Em uma de suas salas funcionou o DOPS no apogeu da Ditadura Militar. No saguão deste piso há duas salas laterais onde funcionava o Instituto Vila-Lobos até mais ou menos a década de 60, antes de ser transferido para a praia do Flamengo. No final deste corredor tem uma parte que dá acesso ao dormitório feminino de alunos. Tem também uma escada que conduz ao 2º pavimento.

Ao descer a escada vejo à esquerda uma sala que é o departamento pedagógico. Na sala interna está temporariamente instalado o Museu. À frente, sala dos professores, coordenação da 1ª fase. Seguindo esta parede, há um mapa do Brasil com fundo azul. Mais adiante a biblioteca infantil. Do lado oposto às salas, há janelas muito grandes na cor cinza. Através delas, vemos o pátio interno do IBC todo gramado nas laterais. Vejo ainda um parquinho e crianças correndo. Andando em L chego à coordenação da 2ª fase. Há neste corredor, salas de aula. Os registros orais falam da ocupação anterior deste espaço. Havia uma Capela de grande proporção onde se realizava até casamento de alunos deste Instituto. Seguindo o respectivo corredor chegamos a um outro corredor de piso liso vermelho encerado e escorregadio. Ao longo deste corredor há um grande salão hoje ocupado pelo setor de deficiência múltipla. Internamente há uma área fechada que dá acesso ao salão de ginástica. Anteriormente, este salão, assim como a área destinava-se às atividades recreativas do setor feminino. Em direção à escada há duas vastas salas ocupadas pelo setor de deficiência múltipla. O “Museu” do IBC funcionou durante alguns anos da década de 1980 numa dessas salas. Subindo à escada, chega-se aos dormitórios femininos e banheiros. Andando em linha

reta, passo por uma pequena porta que nos conduz a um recuo da arquitetura, uma espécie de ponte fechada com pequenas janelas, que nos permite chegar à rouparia do setor feminino.

Anteriormente tínhamos um elevador neste setor. Hoje, encontra-se desativado. Vamos descer? Descendo um lance de escada chegamos ao 2º pavimento. Descendo mais um, chegamos ao 1º piso, ou seja, ao serviço médico. Sigo em frente, à direita, vejo a entrada da copa. À frente há o prédio da Imprensa Braille, inaugurada em 1946. Anteriormente, a impressão de livros em Braille se dava no hall de entrada.



S. Castellano. Fachada do prédio da Imprensa Braille.

Acervo Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBAC, 1995.

Este prédio, em um único pavimento, abriga uma verdadeira “indústria” de livros impressos no Sistema Braille, hoje informatizada, visando atender às necessidades de material especializado para os portadores de deficiências visuais. Vejo impressoras imprimindo páginas e páginas por segundo. Livros são encadernados para serem distribuídos. Hoje, funciona ainda neste setor a Divisão de Pesquisa de Material Especializado, diversificando de alguma forma as atividades deste setor.

Impossível pensar a Memória do Instituto Benjamin Constant sem o suporte da transcrição para o Sistema Braille do Material necessário aos portadores de deficiência visual. Já no ano de 1861 tem início os primeiros trabalhos nas oficinas de tipografia e encadernação, origem da atual Imprensa Braille do IBC.

Os livros eram impressos manualmente, tentando atender as necessidades internas da Instituição até 1937 apesar da aquisição de duas máquinas de estereotipia Braille (1934) e uma impressora. Inicialmente funcionava no andar térreo até a construção de um prédio anexo, fato concretizado em 1946.

Após a abertura da Imprensa Braille, os livros ali impressos passaram a ser vendidos, mas as condições financeiras das pessoas cegas da época não lhes permitiam comprá-los. Então, o diretor Joaquim Bittencourt Fernandes de Sá levou a questão ao Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariani que, em 17/09/49 baixou a Portaria Ministerial nº 504, estabelecendo gratuidade para todas as obras a serem distribuídas pelo Instituto.

Vejo pessoas lendo folha por folha para revisar o Braille. Tudo organizado por etapas. Estou saindo deste prédio, a minha direita, vê-se as piscinas. Uma pequena para crianças muito pequenas. A outra, semi-olímpica. Ambas foram construídas na década de 70 na gestão do prof. Antônio dos Santos, objetivando atender as necessidades educacionais da escola. O Professor Antônio, por mim entrevistado em 03/11/2003, fez menção a alguns fatos importantes. O terreno do Instituto durante a epidemia de febre amarela foi cedido pelo Imperador D. Pedro II como cemitério, pois o Cemitério São João Batista ainda estava em construção. Os professores que antecederam o prof. Antônio relatavam que, durante a construção do prédio anexo, destinado a abrigar a Imprensa Braille, foram encontradas ossadas humanas e alças de caixão. Durante as escavações para a construção da piscina o prof. Antônio, tentando constatar esses fatos supervisionou todo o trabalho. Nada foi encontrado. Escavar mais próximo à Imprensa Braille tornava-se perigoso, considerando a estrutura do prédio.



Paula Kossatz. Vista aérea IBC e seu entorno.

Acervo fotográfico do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 2000.

Continuando nosso passeio pelo Instituto, à frente das piscinas num prédio anexo hoje funciona a Coordenação de Educação Física. Esse prédio possui dois pavimentos. Nele há sala de dança, de musculação, ginástica. Todas essas atividades são destinadas aos alunos e reabilitandos, mas hoje não exclusivamente. A comunidade como um todo pode vir participar, em horário determinado, de tais atividades pagando uma taxa fixada pela fundação de apoio ao IBC. Andando em forma de U chega-se à lavanderia. Dá para ver o parquinho do Jardim de Infância. Mais à frente, outro prédio, hoje abrigando a Biblioteca Central. O Jardim de Infância já funcionou neste prédio anexo. Há à frente uma pequena pracinha. A Biblioteca concentra grande quantidade de voluntários na função de leitores de cegos e na produção dos livros falados.



*S. Castellano. Praça interna IBC, conhecida por Praça dos Ledores.
Acervo fotográfico do Museu do IBC. Rio de Janeiro: IBAC, 1995.*

Formando um L no estacionamento vejo o outro prédio anexo à Biblioteca do Centro de Documentação especializada (IBCentro) destinada a atender as necessidades do público voltado para questões da deficiência visual. Há muitas salas neste prédio. Nele funciona o Supletivo administrado pelo Estado, aberto à Comunidade externa ao IBC; há também salas para cursos do Sistema Braille para educadores e comunidade. Funciona nela, ainda, o Departamento de Pessoal do IBC. Neste anexo, até meados dos anos 80, funcionou o Centro de Educação Especial (CENESP), hoje extinto.



*S. Castellano. Estacionamento Interno IBC.
Acervo fotográfico do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBAC, 1995.*

Andando um pouco mais, chega-se a uma casa de dois pavimentos, onde hoje está instalada a parte administrativa do IBC. Anteriormente, era a casa do Ministro²¹. No andar térreo uma copa, banheiro e salas de reunião. Subindo a escada, com tábua corrida, vejo salas da direção. Na sala de espera, um grande quadro do Patrono da Instituição. Saio desta casa e ando em forma de L, chego novamente à piscina. Dá para ver as construções irregulares fruto de sucessivas invasões. O IBC perdeu uma parte de sua área. Ainda há em frente à piscina duas casas destinadas a ministrar aulas de atividades da vida diária. Continuo andando em forma de L e chego ao campo de futebol. Há uma pista de corrida atrás do prédio da Biblioteca.

Estou andando em forma de um “U” e chego ao portão próximo à rua Xavier Sigaud. À esquerda vejo uma vila de casas cuja administração pertenceu ao Instituto, pois, residiam nelas funcionários que exerciam cargos de confiança. Hoje essa administração pertence ao Patrimônio da União. Residem nessas casas funcionários, ex-funcionários e familiares destes após seu falecimento.

Retorno, durante o meu percurso, vejo pessoas se deslocando com suas bengalas e instrutores. São os reabilitandos assistidos no IBC, que perderam a visão na fase adulta. Estão reaprendendo as coisas. No pátio interno, crianças correm de um lado para outro se guiando nas pilastras. Andando em U chego à cantina. Desejo descansar!

Após ter feito uma etnografia do espaço do Instituto Benjamin Constant proponho analisar a seguir as experiências dos agentes sociais do Instituto enquanto articuladores de uma memória.



S. Castellano. Pátio interno do IBC. Acervo fotográfico do Museu do Instituto Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBAC, 1995.

²¹ Através dos registros orais desta comunidade sabe-se que essa casa construída na área do IBC serviu de residência para o Ministro da Educação antes de 1960. Em 1990 o Instituto incorpora a casa ao seu patrimônio.

4. Narrativas Comunitárias do Instituto Benjamin Constant: identidades e memórias

Minha Escola

Minha escola! Existia só aquela
 No tempo em que estudei. Jovem. Tranqüila.
 Por sabê-la dos cegos a pupila,
 Dia por dia me faz mais bela.

Podem ir vê-la, porém nunca ouvi-la:
 Torce a verdade, é fina e tagenela,
 Com o falar afetado, ela é singela.
 Como eu a soube amar e sei senti-la!

Pintaram-lhe de rosa a alta figura.
 Sofre, porém, de mal que não tem cura...
 É velha já, 100 anos faz agora.
 Quanta alegria e garbo na fachada!
 E lá por dentro, quanta dor guardada!
 Muita gente assim há feliz por fora.

MELO, B. *Luz de minha vida*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 1955.

Este capítulo tem por objetivo discutir, através das narrativas orais da comunidade do Instituto Benjamin Constant sua identidade, bem como, a articulação da memória deste grupo tendo, o lugar como construtor de uma identidade. Que identidade é essa?

4.1 – O Lugar como Construtor de Identidades

“... não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura... Dizemos que não há com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva que não tenha qualquer relação com um lugar...”

(Halbwachs: 1992, 143).

Nesta parte do trabalho busco analisar o papel do Instituto na construção da identidade de seus alunos, ex-alunos, funcionários ativos e inativos que, de forma conjunta, constroem a história do IBC ao longo de 150 anos de existência. O que representa o IBC para aqueles que cresceram, trabalharam e continuam afetivamente ligados a ele?

Segunda-feira, 03/11/2003 cheguei no Instituto às 7 horas. Abri o museu. Pedi a diretora do departamento para usar a sala de reunião. Preparei o gravador. Chovia muito. Meu entrevistado não chegou na hora marcada. Por alguns instantes, achei que a entrevista não aconteceria mais naquele dia, pois o professor Antônio é conhecido pela pontualidade. Mas, chovia muito. Pensei: deve ter tido algum problema no trânsito. Sabia que havia perdido sua esposa recentemente e achei que poderia ter deixado a entrevista mais para o final da semana, uma vez que, domingo, dia 2, foi dia de finados. Ele havia me dito que iria ao cemitério.

Ele chegou às 10 horas. Nosso encontro foi bastante cordial. Me abraçou. Começou a olhar os objetos do museu. O quadro dos diretores roubou-lhe a atenção por alguns instantes. Nele havia uma foto sua na condição de ex-diretor do IBC. Havia também a foto da diretora Hofélia Guimarães, a quem ele dedica grande consideração e estima. Senti meu entrevistado teve dificuldade para conter as lágrimas. Disse-me ele:

“Foram cinqüenta anos vividos nesta casa. Devo a essa mulher a experiência vivida neste Instituto porque ela que me estimulou a ficar no IBC. Achou que eu podia ser útil aqui”.

Era difícil para mim não sentir aquela emoção. Tentei manter a naturalidade. Prossigo a visita ao Museu e professor Antônio detém agora sua atenção às telas que, neste momento, necessitam de restauração. Manifesta uma grande preocupação com o destino deste acervo. Passam-se 20 minutos. Achei que já podíamos iniciar a entrevista. Professor Antônio volta a se emocionar. Eu me preocupo porque sei que é enfartado. Ele abre a bolsa e retira um comprimido. Em seguida me pede água. Perguntei se ele não gostaria de fazer a entrevista em um outro momento. A resposta foi imediata: “Desejo fazê-la hoje. Estou às suas ordens”.

Iniciei a entrevista às 10:30 hs. Fiz-lhe a primeira pergunta. Professor Antônio em que contexto se deu seu contato com o Instituto Benjamin Constant?

Relatou-me que estava lendo um jornal e leu um anúncio divulgando um curso para professor de cego no Instituto. “Estava formado e desconhecia que pudesse existir esse curso. Na minha visão o Instituto era um asilo porque via os cegos adultos saindo do local”. Ingressa no curso em 1950. Este curso, no entanto, não tinha a pretensão de empregar ninguém. Curso em tempo integral ocupava-lhe todo o dia com aulas do Sistema Braille, técnicas e escrita e leitura, psicologia de Cegos. Ele neste momento me esclarece o que para ele na época pareceu-lhe estranho:

“Não existe psicologia de Cegos. A psicologia é humana. O cego como homem tem as mesmas reações das outras pessoas. Mais tarde, com a experiência adquirida no convívio diário com os Cegos entendi que não havia psicologia de Cegos mas efeitos psicológicos da Cegueira”.

Transcorre a entrevista e fala com satisfação do relatório que fez para término do curso fruto de observação do almoço no refeitório dos alunos. No almoço, os alunos recebiam a comida, um copo de leite e a sobremesa. Os alunos comiam a sobremesa antes do almoço. Em seu relatório professor Antônio colocava a necessidade de preparar os inspetores para que estes pudessem orientar os alunos. Esse relatório parou na mão da diretora da época, Hofélia Guimarães, que julgou suas idéias muito procedentes. Então, ingressou no Instituto por uma verba antes da realização do concurso para professor. Emociona-se ao lembrar dessa pessoa. Neste momento fala-me do que era possível visualizar das janelas do Instituto.

“Não existia o late Clube. Existia o Aero clube do Brasil. Das janelas víamos os aviões. Já existia ônibus”.

Eu pergunto a ele qual a importância do Instituto na sua visão. Essa foi uma parte muito interessante da entrevista porque ele se descontraiu.

“O Instituto é uma instituição de grande importância para o Brasil, tendo em vista a sua identidade, de educar cegos e prepará-los para a vida. O imperador D. Pedro II tinha muita estima a essa Instituição. Ele vinha ao Instituto premiar os alunos nos exames finais, quando o Instituto ainda funcionava no morro da Saúde. Ele aqui veio em 29 de Junho de 1872 lançar a Pedra Fundamental em terreno doado por V.M. ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Essa escritura encontra-se desaparecida, ao meu ver, criminosamente, pois muitos Ministérios quiseram se apropriar do prédio... Os professores antigos, que tive a honra de tê-los como colegas diziam: O Instituto é nosso! Se por algum motivo o Instituto viesse a se

desvirtuar de seus objetivos de origem, haveria uma cláusula na escritura retornando a propriedade à família Imperial... Não cheguei a ver o documento, mas ele existia na memória dos professores Cegos Antigos". Em 1937 sabe-se que a 2ª parte da construção do Instituto a escritura de doação do terreno já foi dada por desaparecida.

O professor Antônio no decorrer da entrevista faz uma espécie de retrospectiva de sua trajetória no IBC. Foi diretor interino duas vezes e uma vez exerceu o mandato de 4 anos. A primeira vez em 1960 quando os alunos em greve paralisaram as atividades do Instituto. Sua principal função foi reorganizar as atividades do Instituto. Ao lembrar essa passagem, meu entrevistado menciona a colaboração de uma aluna na época, Zuzia Brás, professora posteriormente no instituto de Língua Portuguesa já falecida, e se esforça para conter as lágrimas. A 2ª vez que ocupou a direção foi no período da renúncia de Jânio Quadros.

"Realizei muito pouca coisa em virtude do pouco tempo que permaneci no cargo. No entanto, tenho orgulho de manter a escola funcionando".

O professor continua falando sobre a trajetória de 50 anos vividos neste Instituto. Fala da 3ª vez em que assumiu a direção. A entrevista assume um tom de lirismo ao falar da sua relação com os alunos, da interação dos demais segmentos desta Instituição.

Sinto que meu entrevistado está com necessidade de falar de sua própria vida. Embora meu objetivo não se destinasse a contar a sua história de vida, deixo ele se expandir um pouco mais. Aproveito sua explanação para então discutir alguns aspectos da trajetória do Instituto. Relata-me da satisfação de ter construído e inaugurado a piscina. Neste momento eu o interrompo e o indago acerca da morte de um aluno na piscina, fato que permanece na memória de funcionários mais antigos. Ele confirma o fato e se emociona ao lembrar do acontecimento:

"Era um menino muito querido por mim. Me chamava de pai. Beijava-me as mãos. Infelizmente teve um mal súbito, nadava muito bem... Foi horrível chegar ao Instituto e encontrar o cadáver na piscina".

Aproveito também a oportunidade para investigar alguns acontecimentos que sobrevivem na memória desta comunidade. Trata-se da questão de ossadas humanas

supostamente encontradas por ocasião das escavações para a construção da piscina na década de 70. Meu entrevistado esclarece-me alguns pontos:

“Durante o período da Febre Amarela o Imperador D.Pedro II proibiu o sepultamento nas igrejas... Então, como o Cemitério São João Batista ainda se encontrava em construção, o imperador concedeu uma parte do terreno que abrigava o Imperial Instituto dos Meninos Cegos como cemitério... Os antigos professores desta casa diziam ter encontrado ossadas humanas no período de construção do prédio de Imprensa Braille. Nas escavações para a construção da piscina nada foi encontrado nesta circunscrição do espaço”.

Observo que meu entrevistado já se encontra bem descontraído, o que já me permite entrar nas questões centrais da entrevista. Eu então lhe pergunto: o Museu deste Instituto vem ao longo do tempo buscando uma forma de representação coletiva. O senhor conhece tais representações?

“Quando cheguei aqui em 50 havia uma sala que funcionava no setor masculino intitulada Museu... De museu não tinha nada. Havia um amontoado de objetos misturados, vassouras, telas, material de física etc. Havia uma intenção de se criar um museu, mas, erradamente”.

Em seus relatos o professor Antônio me falou que coube ao professor Mário Novais organizar o museu. Na visão do professor Antônio este museu vem sendo a cada direção descaracterizado. Para ele este museu é importante porque deveria conter os materiais mais significativos para essa Comunidade. Lamentou não termos preservado as primeiras carteiras de ferro do tempo de fundação do Instituto. Recordar-se da mapoteca que ainda existe no Instituto e não é mais utilizada como recurso didático²². Eu lhe pergunto, em seguida, no que se refere a museologia brasileira, o que os museus vem fazendo para permitir acesso aos deficientes visuais. Ele me respondeu que os cegos deviam visitar mais os museus. No entanto, é necessário que um técnico do Instituto orientasse os profissionais do museu como proceder à visita para permitir-se ao cego o toque em objetos pré-selecionados, de modo a não danificá-los. Para meu entrevistado, o museu do IBC já deveria estar fazendo um trabalho neste sentido junto à outras Instituições. Ressalta, no entanto, que cabe ao Instituto, como instituição especializada, como um todo, abrir mais caminhos para os cegos.

²² A referida mapoteca encontra-se em processo de degradação física sofrida pela ação de cupins necessitando de cuidados especializados.

“Lembro-me da visita dos alunos ao Museu de Petrópolis... Foi um trabalho muito interessante... Nossos professores foram ao Museu passar um pouco de sua experiência. Os nossos alunos puderam apalpar o piano da Thereza Christina, mobiliário, louças e talheres da família Imperial... Foi um trabalho muito bem feito”.

Prossigo nossa conversa: Professor Antônio, o que o senhor entende por memória coletiva?

“É difícil definir porque memória é lembrança. Os mais velhos têm mais coisas para lembrar... Para mim memória coletiva é do grupo. Os mais velhos passam aos mais novos seus conhecimentos. É uma interação... Tenho 78 anos tenho muita coisa para passar. É necessário que me procurem”.

Também lhe pergunto acerca da inclusão do deficiente visual nas escolas regulares. Ele me diz que

“A princípio sou contra. Defendo a inclusão a partir do 2º grau quando o cego já terá por consequência domínio do Braille”.

É um fiel defensor da manutenção da escola Especial. Acerca da identidade do Instituto hoje, quando perguntado, responde que a Identidade do Instituto deve ser a mesma do tempo de sua fundação: educar o cego e integrá-lo à sociedade.

“Fiz muitos cursos mas aprendi muito mais com os cegos nos 50 anos que vivi dentro desta casa”.

Chegando quase ao fim de nossa entrevista o professor Antônio me fala do que para ele é a cegueira.

“A cegueira é uma ausência de imagem. Mas os recursos que eu chamo de áudio-táteis dão ao cego a aproximação do mundo dos videntes”.

Foi uma entrevista carregada de emoção o que a tornou de difícil articulação. O tom da minha entoação às perguntas precisou ser de alguma forma mudado para não conduzir meu entrevistado a um clima de mais emoção. Não obstante, tive alguma dificuldade de não entrar no quadro emocional de meu entrevistado. Tentei assim como ele, no decorrer de toda

entrevista, banir a emoção desencadeada pelo processo, julgando, assim, necessário para dar andamento ao trabalho.

Rio, 19/11/2003.

Dia da Bandeira, cheguei ao Instituto às 10 horas da manhã. Os alunos se preparavam para o ato cívico em homenagem ao Dia da Bandeira. Subo as escadas. Percorro o corredor longínquo que me conduz ao Departamento Pedagógico. Faz muito calor! De longe, meu entrevistado percebe a minha presença pela fragrância de meu perfume. Grita: Débora, já estou aqui. Meu entrevistado agora é um ex-aluno cego e atual professor no Instituto.

Dirijo-me até ele. Nos damos os abraços e, até chegar ao museu trocamos alguns afagos. Fui sua aluna. Convivemos alguns anos juntos em sala de aula. Percebo sua alegria em me ver realizando este trabalho de campo dentro da comunidade.

Preparo-me para iniciar a entrevista que foi realizada na sala de reuniões, uma sala interna do Departamento Pedagógico. Vitor Alberto é ex-aluno do IBC. Ingressou neste Instituto em 1960 quando sua família veio de Portugal para o Brasil. Em 1960 tinha 15 anos, já tinha escolaridade da 4ª série. Completou o 1º grau no IBC. Relatou-me, no decorrer da entrevista, que foi graças a uma bolsa recebida do Colégio Malé Soares. “Naquela época não havia nenhum cego fazendo 2º grau em escola pública... Só as escolas particulares nos aceitavam”. Meu entrevistado responde as questões com muita tranquilidade, o que me deixa também muito à vontade.

Eu lhe pergunto qual a importância do museu deste Instituto para essa Comunidade. Ele me diz o seguinte:

“Este museu é vital para o IBC. O museu preserva o nosso passado e nos permite discutir o presente e programarmos o nosso futuro... Infelizmente ele vem sendo colocado em segundo plano, como se ele não fosse importante”.

Com relação ao acervo preservado ao longo dos anos fez-me algumas observações:

“Acho que esse acervo do museu possui características de nossa memória... Penso também que muita gente não quer investir nesta memória talvez pelo nosso estigma... o Instituto é uma entidade que eu considero forte mas que está muito fragilizada... os alunos não vêm desenvolvendo uma relação afetiva com essa casa”.

Ao expor esta situação sinto em suas palavras um tom de preocupação. Fala-me da inversão de valores vivida na Instituição:

“Na minha época de aluno pelo menos 80% dos alunos eram internos. Hoje não chega a 20%... Não vejo isso como um mal... Só poderemos analisar os pontos positivos ou negativos deste processo com o passar do tempo.”

Eu lhe pergunto, o que ele considera memória coletiva. Ele responde de forma muito enfática o seguinte:

“Memória Coletiva é soma de tudo que se produz coletivamente e que nós funcionamos como sujeito ativo e passivo ao mesmo tempo. Isso é que constrói a memória de uma Instituição, seja ela o IBC ou qualquer outra.”

Prosseguimos a nossa conversa e, ele agora faz uma espécie de *tour* pelo espaço deste Instituto. Relembra a ocupação de cada canto.

“Lembro-me da sala no terceiro andar, onde funcionava anteriormente a biblioteca do posto do DOPS na ditadura militar... ainda funcionou no terceiro andar o Instituto Vila Lobos... Onde hoje funciona a biblioteca já funcionou o Jardim de Infância, a Seção de Cursos... A casa ocupada pela direção, a casa do Ministro.”

Ao discutir esses aspectos lembra-se de alguns objetos que compõem a memória desta comunidade que não estão inseridos no museu, tais como o relógio situado no saguão e um acervo sacro da Capela. Meu entrevistado é da opinião de que o deslocamento desses objetos para o museu implica sua descaracterização na memória do grupo.

Quando lhe perguntei acerca da museologia brasileira e da inclusão da pessoa portadora de deficiência visual, a entrevista assumiu uma postura altamente reivindicatória.

“Alguns curadores têm aberto um espaço para os nossos alunos. Fomos ao Museu de Arte Contemporânea em Niterói e, pudemos apalpar algumas peças. Tivemos na exposição August Rodin e Salvador Dali... São eventos temporários. Acho que o Instituto é peça fundamental neste processo de sensibilizar os curadores... Penso ser importante a produção de réplicas das peças raras, para que nos seja permitido o toque... Infelizmente os nossos museus, diferentemente dos europeus e norte-americanos, ainda não possuem uma política Cultural extensiva aos cegos.”

Aproveito o ensejo para perguntar-lhe o que é conhecer sem ver. Meu entrevistado pára alguns instantes.

“Ver é perceber a sua volta. Isso não se limita a visão física. Implica no uso dos outros sentidos. Ver, é como diz a nossa garotada: é estar ligado, em sintonia com o que está a sua volta.”

Com relação à inclusão do deficiente visual nas escolas regulares de ensino, expôs seu ponto de vista. Para ele o tema requer uma discussão que transcende a questão educacional.

“Primeiramente precisamos analisar o discurso que gira em torno da inclusão das minorias. A maior parte do povo brasileiro é excluído. Temos que pensar a questão da inclusão sob o aspecto sociológico... Como incluir, por exemplo, dois cegos, um surdo-mudo e um deficiente mental numa sala com 50 videntes? (...) Não é a pessoa que tem que se adaptar ao ambiente; o ambiente é que tem que se adaptar a essa pessoa.”

Chegamos ao fim da entrevista. Foram momentos muito agradáveis.

Rio, 21/11/2003.

Cheguei ao Instituto às 10h. Penetrei no corredor à esquerda do hall de entrada. O colégio estava vazio. De longe ouvia-se o som de uma pessoa ao piano. Imaginei! É o Severino. Meu entrevistado já havia chegado. Estava saindo. Pediu que eu o aguardasse um pouco mais. Fiquei ouvindo-o tocar. Quando terminou o ensaio para o evento a realizar-se dia 2 de dezembro, em homenagem ao nascimento do Imperador D. Pedro II, me levou até sua sala.

Em primeiro lugar explicitarei os objetivos da pesquisa. Em seguida, preparei o gravador, como de habitual. Achei meu entrevistado muito tranqüilo inicialmente. Na primeira pergunta, esse clima de tranqüilidade é de alguma forma interrompido.

Severino Campelo é ex-aluno do IBC, e atualmente professor de música no Instituto. Perdeu a visão aos 11 anos no seu estado natal, Pernambuco. Uma professora do IBC – Benedita da Silva – o trouxe para o Instituto, achando que aqui teria maiores condições de aprendizagem. Ao contar um pouco de sua história, observei que Severino não quis se expandir muito nas questões, tentando, de certa forma banir uma emoção:

“O Instituto foi para mim cego a pedra fundamental da minha profissionalização”.

É dentro desta ótica que meu entrevistado vê a função deste Instituto para os deficientes visuais. Destaco as principais partes desta entrevista. No que diz respeito às questões museológicas perguntei a Severino se ele tinha conhecimento da representação coletiva do acervo do Museu deste Instituto. Ele me respondeu que, desde o seu tempo de aluno, não se liga muito nestas questões relacionadas ao museu, até mesmo por falta de tempo.

“No entanto, penso que esse museu é de muita importância nesta comunidade para passar a outras gerações o legado do mundo tiflológico... Memória coletiva para mim são feitos marcantes de uma Comunidade que devem ser repassadas coletivamente.”

Meu entrevistado fala do que é a identidade do IBC.

“O objetivo do Instituto sempre foi preparar o cego para a vida socio-cultural em sociedade.”

Em seguida define o que é museu no seu entendimento.

“Todo mundo vê museu como lugar de coisa velha; eu não penso assim, embora lá também se tenha coisa velha. É um órgão arrecadador de fatos e materiais importantes para fins de pesquisa.”

Falando do tema da inclusão da pessoa portadora de deficiência nas classes regulares, Severino, de forma muito enfática, critica esse modelo de inclusão.

“Penso como muita gente que isso é uma acomodação do Governo que vem transferindo essa responsabilidade a outras células do poder público que não poderá atender bem... O cego primeiro tem que enfrentar o seu mundo antes de se incluir em outros grupos... O Instituto foi um mundo grande criado para isso.”

Rio, 27 de Novembro de 2003.

Minha entrevistada hoje é Mayá Devi Oliveira, professora de história do IBC aposentada e atualmente voluntária.

Cheguei em sua sala no Instituto, onde realiza seu trabalho, às 14 horas, como havíamos combinado previamente. Tudo transcorre naturalmente. Antes de ligar o gravador lhe informo os objetivos da pesquisa. Ela me ouviu atentamente “vamos ver se vou ter condição de ajudar”.

Ligo o gravador. Uma história se desenrola. Mayá começa a narrar sua história. Embora a entrevista não tenha por objetivo fazer uma história de vida desses indivíduos, tendo em vista ter a entrevista como tema central o Museu deste Instituto, considero importante que essas pessoas falem um pouco de seu papel nesta Instituição. Acho que é bastante plausível para termos subsídios de discussão sobre aspectos sócio-culturais inseridos no espaço deste Instituto.

Minha entrevistada ingressou neste educandário como aluna ouvinte no final do ano de 1947, aos 18 anos. Desconhecia que havia uma escola para deficientes visuais no Brasil. Possui 10% de visão. Seu tio coincidentemente em uma palestra conheceu um professor cego do Instituto. Até então Mayá estudava com dificuldade com seu pai em casa. Somente no ano de 1948 ingressa no Instituto na qualidade de aluna. Neste momento se dá sua iniciação no Sistema Braille.

“Levei o alfabeto Braille em zinco para casa nas férias de 1947. Como já sabia ler foi muito rápido o aprendizado... Lamentei não ter conhecido o Instituto antes. Tive que fazer o supletivo em virtude da minha idade na época... Mas, na verdade em nada adiantaria já que até 1945 o ensino do Instituto ainda não havia sido equiparado ao dos demais Colégios da

época. O cego terminava seus estudos aqui e não poderia prosseguir. Acho que cheguei numa boa época.”

Após terminar o 1º grau no IBC adquiriu bolsa do Colégio Bennet para o curso normal. Foi nomeada professora do 1º seguimento (1ª à 4ªs). Terminou a graduação em história, lecionando essa disciplina por muitos anos na 2ª fase neste Instituto.

“Após me aposentar não consegui interromper minhas atividades. Continuei trabalhando para o bem-estar do cego, prestando trabalho voluntário.”

Eu também lhe fiz perguntas acerca da importância do Museu.

“O Museu tem a função de preservar a história desta Instituição para que, cada vez mais cegos conheçam a trajetória de suas conquistas.”

Aproveitei a oportunidade para lhe indagar sobre a pertinência deste acervo para essa Comunidade. Mayá busca, em seus pensamentos, o fio de lembranças que marcaram a sua memória:

“O que me lembro bem existir em nosso Museu são os objetos tiflológicos utilizados para educação de cegos... No aprendizado de matemática utilizei o Cubarítmos que são cubos de chumbo para o aprendizado de matemática... Este objeto é anterior ao Sorobã, que, por sua vez é uma evolução do Ábaco... Há uns dois anos atrás houve uma reunião para se discutir a volta do uso do Cuborítmo. Acho muito mais didático para a criança. Penso ser importante termos meios de pensar essas coisas... Memória Coletiva para mim são lembranças importantes para um grupo, que as retêm ao longo do tempo.”

Percebo que minha entrevistada não está muito à vontade. A cada pergunta que faço posso perceber sua preocupação ao dar a resposta. Resolvi desligar o gravador por alguns instantes fazendo uma pequena pausa. Podia também estar cansada. Trata-se de uma senhora que já fraturou o fêmur duas vezes. Fui até a cantina apanhar um café. Foi o momento que pude penetrar no eu dessa pessoa. Pediu que eu não gravasse o que ela estava me confidenciando. Respeitei a ética da pesquisa. Foi um bate papo bastante descontraído. Só reiniciei a gravação quando Mayá desejou. Então eu lhe fazia a pergunta, se ela quisesse gravar a resposta, me autorizava.

Quando lhe perguntei acerca da museologia brasileira e da inclusão dos deficientes visuais nos museus de imediato quis responder gravando:

“Tivemos oportunidade de participar de alguns eventos. O Museu de Arte Contemporânea em Niterói permitiu-nos o toque em algumas esculturas... Pintura é mais complicado para a gente, a não ser que seja em alto-relevo... Para nós é importante o toque porque senão passaremos a ser espectadores”

E os catálogos em Braille?

“Nunca os vi nestes eventos mas, penso que ir ao museu para ler descrições não é nada motivador ao cego... Gostei muito da visita que fiz com os alunos ao Museu do Trem. Tivemos oportunidade de apalpar as locomotivas antigas. Foi muito bom.”

Mayá, agora mais solta, fala da importância do IBC. “Para mim o Instituto representa a emancipação do cego”. Por estar muito em discussão a inclusão do cego nas escolas comuns solicitei a sua opinião.

“Tenho a minha opinião já formada. Preciso ver como vou responder. Vou começar dizendo que inclusão é essa que se pretende sem profissional habilitado para receber esse deficiente nas classes comuns? Acho que estão querendo nos desexcluir do direito de nos instruir dignamente.”

Pude observar que sua voz embargou ao pronunciar essas palavras. Prossegui a entrevista colocando-lhe a seguinte questão: O que é conhecer sem ver?

“Ver é muito amplo. No entanto o cego precisa aceitar que tem algumas limitações... Um cego de nascença não tem a noção das cores, por exemplo. Ele forma esses conceitos com o olho do vidente... O vidente diz ao cego: O preto é uma cor triste mas pode-se associá-lo ao belo porque se usa roupa preta em festas, por exemplo. O cego não tem por si condição de achá-lo triste ou bonito de fato.”

Acho muito complexo tentarmos penetrar na subjetividade de indivíduos que instituem seus símbolos para ordenar o mundo.

Rio, 3 de Dezembro de 2003.

Cheguei no Instituto às 13 horas. Do hall de entrada dirijo-me ao pátio interno. Ando em forma U e chego à cantina. Encontro Hersen saindo. Combinamos o horário da entrevista. Marcamos para 14 horas. Fiquei no pátio descansando. Faltando 10 minutos para às 14 horas vou ao encontro do meu entrevistado. Subi pela escada de madeira. Sigo o corredor à esquerda, sala 239. De longe escuto a voz do Hersen que, neste momento, encontra-se com um aluno cego aprendendo o Sistema Braille. Ele é um aluno de 14 anos recém-cego. O aluno chora ao não conseguir identificar as letras do alfabeto Braille. O professor insiste. Chega a ser uma cena comovente. Lembrei-me do dia em que fui apresentada a essa forma de representação escrita.

Toca o sinal do lanche. Hersen libera o aluno. Em seguida descemos pela mesma escada. Fomos realizar a entrevista na sua sala no andar térreo, Setor de Reabilitação por ser mais silenciosa. Começamos a entrevista. Meu entrevistado bastante calmo fala-me de si. É uma parte muito lírica da entrevista.

“Entre no Instituto em 1945 no jardim de infância... Sou filho de ex-alunos e professores também do IBC. Casei-me com uma moça daqui também cega. Tive uma filha cega que atualmente é também professora aqui... Sempre estive ligado ao mundo dos não videntes.”

Ele fala da importância do Instituto para os cegos.

“O Instituto é para mim o elemento inclusor do cego... Hoje fala-se muito em inclusão da pessoa portadora de deficiência visual. Mas, o que é inclusão? Inclusão é uma questão muito ampla. Não se pode pensar que só pelo fato de estarmos entre nós mesmos estamos excluídos do mundo... Acho que para o cego se deslocar para uma escola regular de ensino, essa escola tem que oferecer a mesma estrutura daquela que já existe para esse fim.”

Até que ponto estamos vivenciando uma inclusão de fato pelo sistema educacional de ensino? Chegamos numa parte muito interessante, em que meu entrevistado fala do museu deste Instituto na sua época de aluno.

“O museu no meu tempo de aluno funcionava como uma espécie de laboratório. Algumas vezes o professor de ciências nos levava lá para apalparmos bichos dissecados... Hoje não

se usa mais isso... A memória das nossas conquistas enquanto cegos ainda não era explorada... Este museu tem a função de preservar a nossa memória. Essa memória nos ajudaria a sermos mais conscientes do nosso papel no grupo... Nosso acervo é voltado para a nossa emancipação. Temos um acervo fotográfico e telas à óleo do Pedro II, Benjamin Constant, Luiz Pedrosa, Cláudio Luiz da Costa. Não temos fotos de Álvares de Azevedo. O vidente fotografa muito. A nós cegos não interessa as imagens e sim os contextos.”

Meu entrevistado fala um pouco da importância do cego conviver no seu mundo antes de se integrar a outros grupos.

“O Instituto sempre integrou o cego... O cego é que se emancipa com o seu trabalho.”

Quando perguntado sobre o que é conhecer sem ver me fez uma observação:

“As pessoas têm uma visão muito limitada do ver. Com isso nos estigmatizam muito. Esses estigmas são muito mais cruéis do que a ausência da visão em si... Passamos a nos condicionar ao olho do vidente”.

Aproveitei para perguntar-lhe dos cegos nos museus brasileiros. Ele fala abertamente da dificuldade dele como cego penetrar no eu dos escultores.

“A arte da pintura, nem da escultura não foi feita para o cego... Sabemos que o discurso não foi feito para mim. Uma escultura não foi feita para ser apalpada e sim enxergada... Não há arte voltada para o tato... Os museus brasileiros vêm abrindo algum espaço para nós. A verdade também é que temos as nossas limitações. Para nós cegos também é difícil penetrar neste processo de visualização”.

A seguir, analiso o processo de articulação de uma memória circunscrita no Instituto Benjamin Constant.

4.2 – A Articulação de uma Memória

Diversas gerações passaram pelo Instituto e deixaram suas marcas, sonhos e ideais.

A memória é algo que se constrói socialmente e está sujeita a lei da oferta e da procura. Ela surge em pontos específicos mas para sobreviver na transmissão e na troca tem que corresponder a uma procura. Nesta parte do trabalho abordo o papel social da memória enquanto articuladora de um processo.

“Por detrás da demonstração do conhecimento e da representação da experiência, por detrás dos fatos, emoções e imagens de que a memória parece estar cheia, estamos apenas nós próprios. Somos nós que recordamos e, é a nós, que em última análise, se referem o conhecimento, as emoções e as imagens. O que se esconde nos modelos da memória como uma superfície na qual se inscrevem o conhecimento ou a experiência é a nossa própria presença como pano de fundo.”

(Fentress, J. e Wickham, C.: 1992, 242)

19/03/2004.

Cheguei ao Instituto às 09 horas para dar prosseguimento ao trabalho de campo. Ao penetrar no hall de entrada do IBC sigo em direção ao pátio interno. Prossigo e chego à piscina. É sexta-feira, dia de saída dos alunos internos e vejo já crianças se preparando para a hora da saída. Estou indo em direção ao estacionamento formando um L em relação à piscina. Minha entrevistada hoje é Maria da Glória, ex-aluna, professora e vice-diretora do Instituto. Atualmente ela trabalha na casa dos diretores, onde hoje funciona a parte administrativa. É uma casa rosa de dois pavimentos. Ao penetrar nela sigo o corredor que me conduz à escada de madeira que dá acesso ao 2º piso. Subo a escada. A secretária pede que aguarde alguns instantes. Fiquei na sala de espera olhando um quadro que retrata Benjamin Constant. Esperei por alguns minutos e a secretária então me disse que a entrevista não poderia se realizar naquela manhã porque Glorinha se encontrava em reunião. Isso já havia acontecido na semana anterior. Então eu resolvo ir para o Museu. Às 11h40min Glorinha manda me avisar que fará a entrevista naquele horário. Vou ao seu encontro em sua sala. Em seguida, descemos a escada e nos dirigimos à sala de reuniões por nos permitir maior privacidade. De imediato percebo que minha entrevistada está cansada. Perguntei-lhe se gostaria de remarcar a

entrevista e fazê-la num momento mais oportuno. Ela me responde que não, que esta entrevista seria para ela um momento de descontração em seu dia tão atribulado.

Iniciamos a entrevista às 12 horas. Começo lhe perguntando como ela ex-aluna e vice-diretora deste Instituto via a trajetória do Instituto Benjamin Constant ao longo do tempo. Ela pára por alguns instantes como se um filme lhe passasse na cabeça.

“A trajetória do Instituto Benjamin Constant é uma trajetória pontilhada de tropeços, de muito trabalho, pontilhada de coisas belíssimas, pontilhadas de medo pelas políticas que afetam a nossa Instituição e o que realmente me espanta nisso tudo é a força que o Instituto tem, parece que essa força emerge da própria criação, que nasceu do sonho, do idealismo de uma pessoa cega, de trazer para o seu país uma possibilidade de vida digna, de cidadania... A cidadania da pessoa cega foi realmente pensada neste momento... Acho que a nossa força emerge dessa figura, de José Álvares de Azevedo... O Instituto Benjamin Constant, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos há 150 anos tem a mesma função. A função educacional, social e intelectual de promoção da pessoa portadora de deficiência visual.”

Sinto uma emoção no tom da voz de Glorinha ao pronunciar essas palavras.

Prosseguindo a entrevista que caminha num clima de emoção eu lhe pergunto qual a importância do Museu do Instituto para essa comunidade.

“O Museu é o registro, a memória localizada no tempo. O museu é importante porque está ali registrando momentos sociais, enfim humanos... O acesso ao conhecimento da criança cega é muito pouco! Eu acho até que o nosso museu é muito pobre para suprir as nossas necessidades... O museu não é apenas um repositório de conhecimento, de coisas antigas... Vou dar a idéia do museu da ONCE... fiquei muito emocionada quando estive num Congresso em São Paulo em 1997 e vi quatro monumentos que eles mandaram. Coisa que o cego jamais teria condição de perceber até como um objeto importante. Normalmente é assim: ou você visita ou vê através de fotografia, nem isso o cego tem acesso. Eu acho que o museu tátil, o museu que favorece o conhecimento humano, sobretudo do portador de deficiência uma coisa muito importante.”

Neste momento Glorinha se reporta ao período em que coordenou a 2ª fase (de 5ª à 8ª série), na década de 90, quando teve a oportunidade de incluir os alunos do Instituto nas visitas a grandes exposições no Rio de Janeiro.

“Os cegos foram a todas as exposições que abordavam esculturas como a do Rodin, Salvador Dalí que foi mista, escultura e pintura, Monet, Picasso... Dizem que a criança da favela, pobre não admira nada porque não gosta. Eu vi um aluno meu, ele era de baixa visão, então, eu lhe perguntei: você gostou? Glorinha foi a coisa mais linda que vi na minha vida... Isso me emocionou muito, na razão direta de nós derrubarmos mais esse mito, que o pobre não gosta de música boa, que os alunos de baixa visão não sabem admirar obras de arte. Fizemos visitas maravilhosas! ...Na verdade no Brasil os museus não estão muito preparados para receber o deficiente. O cego fica muito impedido de ver as coisas, o que não acontece na Europa.”

Glorinha fala com satisfação da visita feita ao Paço Imperial na exposição alusiva ao Carnaval, quando os alunos puderam apalpar os carros alegóricos da escola de samba Imperatriz Leopoldinense que teve por enredo a República.

“O chefe na ocasião era o professor Mário Chagas, uma pessoa muito aberta, viu que eu tinha um interesse muito grande, muitas vezes me levantavam para eu ver as coisas mais altas uma brincadeira gostosíssima, Débora ele me colocou dentro de uma daquelas carruagens, foi uma sensação incrível que senti não apenas pela carruagem em si, mas pela disponibilidade daquele homem. Eu acho que essas ações, essas propostas, muito mais que atividades, elas vêm reparar um erro histórico que é não dar a oportunidade de nós usufruirmos da cultura. As pessoas pensam erroneamente que cegos são só ouvidos, que só se interessam por música e, isso, não é verdade.”

Agora eu pergunto a Glorinha o que ela entende por inclusão da pessoa portadora de deficiência e um silêncio se instala no ambiente por alguns segundos.

“Bom, a inclusão da pessoa deficiente é muito difícil... Qual de nós, eu costumo de dizer isso em palestras, gosta de ser excluído?... Uma vez perguntei em uma palestra, quem aqui nesta sala não foi excluído? Quem gostaria de cantar num coral mas é desafinado. Alguém que não recebeu um convite para uma festa. Todos nós somos excluídos em algum momento de nossa vida. A inclusão da pessoa portadora de deficiência, do cego, que você me perguntou mais especificamente é dolorosa como qualquer processo de inclusão, porque o processo de inclusão nasce simplesmente pela aceitação do outro. Aceitação, eu não falei suportar o outro. Todo aquele que é diferente da sua imagem do espelho passa a ser questionamentos... A pessoa que tem alguma desvalia é sempre amesquinhada pelos outros... Inclusão pressuporia a igualdade, mas nós não somos iguais. Ninguém é igual a ninguém. Nós temos desigualdades em nosso próprio corpo. Inclusão total nenhuma sociedade vai atingir... O que seria importante não é a sociedade incluir. É a pessoa ser

capaz de se incluir. É por isso que a gente briga por uma educação de qualidade... existem muitas formas de incluir.”

Aproveito a pergunta para inserir uma outra questão acerca do futuro do Instituto, tendo em vista os projetos de educação inclusiva. Em todas as entrevistas, quando toco nesta questão percebo em meus entrevistados uma certa emoção. Não foi diferente com Glorinha.

“É, quando a gente muitas vezes fala, neste processo de inclusão educacional, via de regra as pessoas pensam que por sermos de uma escola especializada que nós somos contra a inclusão. Eu não poderia ser contra a inclusão porque eu sou um produto da inclusão. Agora, a escola especial ela tem um valor inestimável, um valor extraordinário porque prepara adequadamente aquela pessoa a enfrentar justamente as coisas que ela tem que enfrentar, mas, ela tem um tempo x na vida da gente e, aí o que acontece? Eu que sai de uma escola especial, você também saiu, nós nos lançamos no mundo, somos produto da inclusão. A escola especial não te prepara para lhe emparedar. A gente prepara para rasgar horizontes.”

Neste momento nós relembramos a nossa inserção no Instituto, as nossas expectativas, os nossos sonhos. É como se um filme se passasse em nossa mente! Eu lhe pergunto o que é para ela, ou melhor, o que representa a ausência da visão. É a parte da entrevista em que o entrevistado tem a oportunidade de falar um pouco de si.

Glorinha fala como perdeu a visão ainda na infância. É uma etapa da entrevista tomada pela emoção. É a história de sua vida.

“A cegueira é uma questão muito complexa. Dizer que a cegueira não é ruim é absolutamente falso. A cegueira tem implicações absolutamente danosas. Ela é limitadora... Eu costumo dizer que cegueira não se compensa, se enfrenta... Há dias em que está tudo cor-de-rosa. As vezes não está tão cor-de-rosa assim. Há dias em que você se sente meio aleijada... A cegueira, ela tem pesos diferentes porque cada um de nós tem uma história de vida, um nível cultural, tem uma perspectiva de vida. Eu era vidente, uma criança muito alegre, uma criança, como se diz, promissora, boa aluna, muito esperta, diziam que eu desenhava muito bem. De repente, fui cortada... Fiquei cinco anos afastada da escola. Isso foi para mim a perda mais significativa, muito mais até que a ausência da visão em si. Acho que só tomei consciência disso depois que vim para o Instituto. Não tinha padrão de referência... A minha vinda para o Benjamin Constant foi a retomada de minha vida... Eu entrei no Instituto no dia 22 de abril, dia do descobrimento do Brasil! Foi também o meu descobrimento. Foi talvez, Débora, o fato mais importante da minha vida... A cegueira não é uma tragédia. Eu sou útil, trabalho. Eu me

sustento e, pude dar uma velhice tranqüila a minha mãe e ajudei as minhas sobrinhas... chego a me emocionar... Eu tive que enfrentar a cegueira. A minha família do meu lado acho que fez uma diferença. Ninguém caminha sozinho... Eu era criança, depois fui mocinha e, me lembro que só pedia a Deus uma coisa: ser útil. Deus atendeu ao meu pedido porque sinceramente me acho útil.”

Terminamos a entrevista e Glorinha lembra do tempo que passei no Instituto, da criança que ela de alguma forma fez crescer. Falamos do tempo que vivemos juntas. Foram tempos muito felizes que vou guardar para a eternidade.

Rio, 16/03/2004.

Hoje meu entrevistado é Dilson Mattos Pereira ex-aluno e atual professor de Afinação de Piano no Instituto Benjamin Constant. Nossa entrevista foi marcada para às 14 horas. Cheguei ao Instituto às 13 horas e me dirigi a Associação dos Servidores onde ficamos de nos encontrar. Fazia muito calor! Resolvi então aguardá-lo na pracinha dos ledores. O céu estava muito azul. Do banco, fiquei escutando o canto dos pássaros. De longe escutei Dilson se deslocando com sua bengala de rodinha na ponta. Eu o chamo e nos dirigimos à Associação. Lá logo de imediato Dilson liga o ar refrigerado que emite um barulho. Passo a me preocupar com a qualidade da gravação. Organizo o gravador para darmos início pois às 15 horas meu entrevistado tem compromisso de aula.

Iniciei a entrevista lhe perguntando como ele vê o papel do Instituto ao longo do tempo. Dilson pára por alguns instantes:

“Eu vejo que ele tem marcado presença a nível nacional, mas não de uma forma integrada com outras instituições... Eu creio que continua sendo uma Instituição, mesmo com limitações, uma referência para outras Instituições.”

Prossigo perguntando qual a importância desse museu nesta comunidade.

“Eu acho muito importante! Importante porque vai resgatar todo um passado, uma graduação que eu mesmo senti quando usei a máquina de madeira só com a reglete de alumínio. Depois peguei as vindas da França para nós... Fui aluno de 56 a 63. Eu manuseei máquinas tipo PERKENS e tenho uma dinamarquesa que é diferente da PERKENS atual... O Museu seria

uma síntese do passado que teve uma continuidade. A sociedade precisava tomar conhecimento do que o Instituto é.”

Num determinado momento Dilson começa a falar de sua infância, de como começou a perder a visão aos 8 anos e de como veio parar aqui no Instituto. Relatou-me que sua mãe foi à delegacia pedir um atestado de pobreza porque sua família era de classe média.

Encontrei dificuldade de conduzi-lo dentro das perspectivas da história oral temática. Então, deixei a entrevista fluir normalmente, abandonei o roteiro e, fiquei ouvindo a história de sua vida, atenta ao momento oportuno de inserir uma ou outra questão. No desenrolar de sua trajetória lembrou-se com satisfação de quando os cegos começaram a usar a bengala de detecção do solo e deixaram de ser conduzidos pelos guias na década de 60. Neste momento julguei procedente lhe perguntar acerca da identidade do Instituto.

“A identidade do Instituto me parece hoje meio obscurecida. Para mim o Instituto tem um valor enorme, eu vivi uma época em que todos aqui trabalhavam em torno da educação, convivendo fundamentalmente como família. Aqui os inspetores colaboravam com os princípios morais. Havia muito zelo pelo Braille. Mesmo os alunos com visão reduzida tinham que saber o Braille para ir para o Ginásio, e, com o tato, não era com o olho não. Isso foi difícil para mim, mas ao mesmo tempo benéfico porque eu sabia que ia perder a minha visão. Acho que quem enxerga precisa jogar nos dois times; aproveitar o seu resíduo visual e, aprender o Braille para se prevenir. É importante para o cego assinar o seu nome no sistema comum para sua identidade. Desenvolver o Braille não é só desenvolver o Braille em si, é desenvolver a habilidade de ler com as mãos. É algo muito especial.”

Dilson me parece agora mais receptivo às minhas questões e, gradativamente vou retomando o roteiro anterior. Eu lhe pergunto: Dilson, o que você entende por inclusão da pessoa deficiente?

“Eu acho que inclusão é uma palavra bonita e meio perigosa. Você parte do princípio de quem está excluído, fora. Eu sempre estive incluído. Agora, só um detalhe: a sociedade sempre estabeleceu parâmetros, até julgar um cego deficiente mental. O Instituto Oscar Clark²³ quando foi dirigido por cego, ele organizou uma banda, os integrantes eram oriundos daqui. Não deixou de ser uma extensão do Instituto Benjamin Constant... Acho o papel do

²³ O Instituto Oscar Clark é uma instituição para reabilitação de deficientes visuais que, conjuntamente, presta assistência a portadores de outras necessidades. Localizada no Maracanã, zona norte do Rio de Janeiro, vem diversificando seu atendimento à comunidade.

Instituto no contexto da inclusão um papel muito tímido porque, ao longo de alguns anos eu ouvi palestras reforçando a inclusão. Acho que precisamos definir aqui no Instituto o que é inclusão e o que é ensino especializado. Não excluir o Braille... Eu sugeri ao Instituto o lançamento de uma rádio comunitária na FM, não é muito cara não. Seria uma forma de divulgar o trabalho aqui, tirar essa imagem de hospital. Aqui é um educandário prioritariamente. Eu achava muito importante reconstruir a história do Benjamin Constant.”

Aproveito a questão para discutirmos o acesso de deficientes visuais nos museus brasileiros.

“Uma das coisas que acho difícil. Quando ainda enxergava fui ao Museu Imperial ver a coroa do Imperador. Consegui ver dentro da vitrine. Hoje, cego, não conseguiria... Eu apalpei o piano. Dizem que está muito bonito. No Instituto vão construir uma vitrine de vidro e de aço inoxidável para ser colocada lá na portaria para expor trabalhos daqui e impedir que as crianças mexam. Agora, eu sou contra se gastar um dinheiro para realizar um trabalho para o cego não ter acesso. Não será permitido ao cego manusear as peças da vitrine. Então, quando eu ainda enxergava eu vi a coroa porque não podia colocar a mão. Daí, a dificuldade do cego.”

Chegamos ao término da entrevista com a seguinte questão: Dilson, o que é para você conhecer sem ver?

“A ausência da visão ela tem dois aspectos para mim: enquanto a gente enxerga ela nos impede de ver as coisas com os olhos fechados. Quem já enxergou retém na memória a noção de profundidade. A ausência da visão me dá uma outra dimensão espacial. O que me deu coragem para enfrentar o mundo foi a bengala que eu já fabricava mesmo antes de eu perder a visão por completo.”

Rio, 25/03/2004.

Minha entrevistada hoje é Nair Santos Oliveira, ex-aluna e ex-professora deste Instituto. Estou usando a expressão (ex) porque Nair já encontra-se aposentada porém, ainda em atividade no IBC como professora aposentada.

“O Instituto é o meu referencial de vida... Eu vim para cá adolescente, fui aluna interna vinda de outro Estado, Bahia, foi aqui que me tornei independente, dona das minhas ações.

Trabalhei e continuo trabalhando para a integridade dessa Casa, que será minha até eu morrer.”

Nair desejou não gravar a entrevista uma vez que estava com problemas na garganta. Então, nós prosseguimos a entrevista perguntando-lhe qual o papel do Museu neste Instituto.

“Para nós esse Museu é muito importante... Muitas vezes não lutamos o suficiente para a preservação de nossa história, pelo nosso Instituto. Esse Museu tem primordialmente essa função... tudo aquilo que lá se encontra é fruto da nossa memória. De nossas escolhas no plano coletivo. Ele precisa ser mais olhado, mais cuidado. As máquinas precisam ser higienizadas. As telas restauradas; os documentos resguardados... Tudo isso depende de interesse não só governamental. Nós precisamos assumir de fato as nossas responsabilidades porque isso diz respeito diretamente a nós. Se todo mundo que aqui se encontra se dedicasse mais, o Instituto não chegaria ao ponto que chegou. Se houvesse interesse coletivo grande, poderíamos criar uma espécie de fundação de apoio para esse Museu. Então, poderíamos zelar mais para a sua manutenção.”

A nível de Museologia brasileira qual seria o papel do Museu do IBC?

“Esse Museu enquanto organismo de pesquisa tem muita coisa para ensinar; É preciso que haja interesse de busca; Os museus têm tentado fazer alguma coisa para permitir maior acesso de deficientes visuais em seus espaços. Às vezes não conseguem por completo. É o caso do Museu de Arte Contemporânea em São Paulo, que possui uma exposição intitulada “Toque Revelador”. Não entendi o teor das peças em si. Não gostei do tipo de material utilizado para nos permitir apalpar... Pode ser até que seja uma limitação minha... Quem deseja fazer algum trabalho para o deficiente visual em si, precisa se aproximar de nós, para de fato entender as nossas possíveis limitações.”

Ao ser perguntada sobre o futuro do Instituto, Nair profundamente emocionada fala:

“O Instituto me deu tudo de bom! Tudo que sou devo ao Instituto. Não sei se consigo devolver de alguma forma tudo aquilo que recebi. Me esforço para isso. Espero que ele continue fazendo parte da vida de outras pessoas, porque ele é muito importante para nós cegos. A inclusão do deficiente visual na rede regular de ensino depende deste Instituto funcionando bem. É ele que tem a experiência neste processo de educação há 150 anos. Tentar excluir o Instituto desse processo é a mesma coisa que excluir o cego do direito de se instruir. O que de fato precisa são de pessoas dispostas a trabalhar, mais, por esta causa, que no meu entendimento deveria ser uma questão de interesse nacional.”

Começa a ventar, como estávamos sentadas no banco na praça, minha entrevistada manifestou desejo de interromper a entrevista. No entanto, manifestou-se ainda acerca de suas lembranças.

“Lembro-me do tempo em que aqui estudara; Por ocasião dos festejos do aniversário do Instituto, por vezes, ainda adolescente, tive a oportunidade de conhecer os netos de Benjamin Constant, uma figura muito importante em nossa história, que muito fez por essa casa; Naquela ocasião eu não tinha noção da dimensão da importância do legado do seu trabalho. Já adulta, comecei a pesquisar a vida de Benjamin Constant. Tive a oportunidade de conhecer descendentes seus, que muitas coisas poderiam ter me passado. Mas, eu não tinha a cabeça que tenho agora. Deixei então de apreciar muitas coisas que agora poderiam estar registradas na minha memória. O Museu é importante sobretudo para ajudar neste processo de lembrança, para que possamos deixar algum ensinamento para as gerações futuras... Para que as coisas relevantes façam parte de nossa vida. É necessário cultivar de alguma forma as lembranças... Um homem sem passado é ser que não viveu de fato. As lembranças são provas concretas de nossa existência.”

Rio, 31/03/2004.

Meu entrevistado hoje é Leonardo da Silva Sales, um jovem de 20 anos, ex-aluno e funcionário do Instituto. Nossa entrevista estava marcada para as 10 horas na biblioteca. Enquanto o esperava observava o movimento do setor. É uma seção que concentra um grande número de voluntários na função de leitor e na gravação de livros. Trata-se de um trabalho de relevância para o deficiente visual, que permite ao longo de décadas sua inclusão nas classes regulares de ensino. Leo se atrasa por alguns instantes por conta de um relatório de sua atividade de trabalho. Iniciamos a entrevista sem grandes transtornos. Começo lhe perguntando sobre a importância do Instituto Benjamin Constant em sua vida?

“O Instituto, ele foi muito importante para mim. No colégio que estudei fora havia um preconceito muito grande, dos colegas e, até mesmo por parte dos professores que não entendiam que eu precisava sentar na frente... Aqui tudo é diferente. Os professores não escreviam no quadro. Não existia preconceito. Todos são deficientes. O ensino também era muito fraco lá fora.”

Fala com satisfação do período que foi aluno, durante seis anos, da 2ª à 8ª série.

Dando prosseguimento à entrevista lhe pergunto qual a importância desse museu nesta comunidade. Ele fica pensativo por alguns instantes.

“Eu já visitei esse Museu algumas vezes, foi até você que estava lá para explicar as coisas. Eu acho ele muito importante para a comunidade do IBC porque ele mostra como começou os métodos de escrita Braille. Há os sorobães, as primeiras impressoras Braille. Acho que as telas para o cego não têm tanta importância porque ele não pode ver. Ver a imagem do Pedro II, que foi uma pessoa importante para o IBC, acho que não tem o mesmo peso que, por exemplo, apalpar um busto do Pedro II. Acho que este museu está completo... Acho que museu é para preservar e junto mostrar a história... Para o público externo do IBC talvez esse museu não tenha tanta importância, e, sim, admiração de ver uma máquina em Braille, PERKENS, talvez até porque não usa, causa admiração. Não haveria um envolvimento afetivo como tem para o cego.”

Tomei conhecimento, em entrevistas anteriores, do trabalho da área pedagógica de incluir os alunos do Instituto nas visitas às principais exposições nos museus do Rio de Janeiro. Então, resolvi indagar qual foi a visão de Leo que, na qualidade de aluno, vivenciou esses momentos.

“A gente foi ao Museu do Telefone né, e, também ao Museu Aéreo-espacial. Entramos em uma aeronave. Não foi o 14 Bis porque podia quebrar. Tivemos a oportunidade de apalpar todos os aviões, motor, turbina, etc. Tinha até um helicóptero da polícia. Houve visitas em que não podíamos tocar em quase nada. Acho que para aqueles que tinham uma visão menor que a minha, ou nenhuma, houve pouco aproveitamento. Vou dar um exemplo: tivemos naquela exposição do Monnet. Lá não podíamos apalpar nada porque era uma exposição de pintura... Fomos assistir também a um balé no Teatro Municipal, Lago dos Cisnes. Acho que foi igual a exposição do Monnet. Os cegos não podiam acompanhar. Mesmo eu que enxergo um pouco não consegui acompanhar tudo. Eles só escutavam a música... Ficava aquelas mulheres pulando do lado pro outro e, eu não via os detalhes. Acho que o Instituto nesses eventos deveria pedir cadeira na frente para nós de visão reduzida.”

Aproveito a oportunidade para perguntar a Leo o que ele entende por cegueira, o que é ser cego.

“Olha! Rapaz! Uma coisa difícil. Nós que não somos cegos temos dificuldade de falar da cegueira. Às vezes eu fecho os olhos e fico imaginando como é imaginar as coisas sem ver. É muito difícil imaginar, ver uma coisa que você não pode apalpar.”

Estamos caminhando para o término da entrevista, Leo cada vez mais contido em sua emoção, agora fala do futuro do Instituto.

“Eu acho que o papel do Instituto como escola especial deveria dar um treinamento para essas escolas receberem hoje o deficiente, explicar as dificuldades do cego e as de visão reduzida... Acho que tudo isso é possível. Talvez seja muito diferente, até mesmo ruim. Por outro lado, acho que seria bom freqüentar a escola regular um pouco mais cedo para ver como é o mundo lá fora... Para alguns pode representar uma experiência muito grande por nunca ter tido esse contato. Há colegas que estudam aqui desde o Jardim de Infância... Graças a Deus tive sempre minha família caminhando comigo mas, muitos aqui não... Os colegas passam a ser a família. Por isso é que muitos alunos se formam e continuam aqui. Não conseguem se libertar... O Instituto foi muito importante para mim, enquanto uma Instituição que cuida da inclusão tem um papel muito grande mas, se o Instituto for depender do governo para ser o que é hoje e o que já foi, o Instituto talvez não tenha um futuro muito longo não. Cada ano que passa o governo vai cortando verba e o Instituto vai ficando sem recursos para manter tudo isso.”

Rio, 15/04/2004.

Cheguei ao Instituto às 13 horas e imediatamente dirijo-me ao Departamento Pedagógico. No trajeto encontro Moisés que acabara de subir do almoço. Ele me pede alguns minutos para dar tempo de ir até o dormitório guardar seu rádio. Então, pego a chave do museu e começo a preparar o local para a entrevista. Tudo ok! Ele não demorou a chegar. Ao entrar no museu tenta se orientar no perímetro da sala, ou seja, nas paredes, em linha reta. O gravador ficou sobre suporte em forma triangular na cor preta, quase em frente à cadeira do Imperador, local que tem um interruptor. Dou-lhe o braço! Agora, ficou melhor! Não consigo me locomover muito bem aqui, disse-me Moisés. Em seguida sentamos próximos ao gravador. Moisés explora tatilmente a superfície de base triangular, tentando classificar a base do referido triângulo.

Início a entrevista lhe perguntando qual a importância do Instituto em sua vida.

“Eu estudava lá fora, eu enxergava. Quando eu vim para cá eu não conseguia aceitar a minha falta de visão aos 13 anos... Eu entrei aqui em 94, mas não podiam me trazer para o Instituto, eu também não sabia vir sozinho e tive que sair da escola. Retornei em 2000. Quando eu

estudava lá fora havia muito preconceito, eu não conseguia ler no quadro, as pessoas também não tinham paciência para ditar, né... Aqui, encontrei pessoas que também tinham perdido a visão como eu. Por isso, o Instituto foi e ainda é importante para mim porque pretendo continuar meus estudos, me formar, independente da minha deficiência.”

Moisés, qual o papel deste museu nesta comunidade?

“A importância desse museu é que muitas pessoas não conhecem as coisas que estão aqui, não têm nenhuma informação sobre isso. Quando os professores trazem os alunos aqui para eles conhecerem, até eles fazem descobertas... Acho que ele até poderia ser aberto para a comunidade daqui da Urca ou mesmo outras comunidades, só que deveria ter um acesso diferente para não tumultuar o trânsito dos alunos... O papel dos museus na sociedade é fazer com que as pessoas conheçam as coisas que elas só estudariam nos livros. No museu elas podem estudar e ao mesmo tempo ver as coisas. No caso do cego, apalpar as coisas. Penso que os museus devem abrir mais espaço para os cegos participarem dessas visitas. Muitas coisas que ficam nas vitrines poderiam ficar fora para permitir aos deficientes o toque.”

Tendo referência de visitas feitas a alguns museus do Rio de Janeiro pelos alunos do Instituto peço-lhe que relate neste momento sua impressão.

“Nós fizemos visita ao Museu do Telefone, vimos aqueles aparelhos antigos, alguns até engraçados. Tinha alguma coisa que nós não podíamos tocar porque estavam cobertos. Os profissionais descreviam as coisas que estavam nas vitrines, nunca é a mesma coisa que apalpar, mas, é alguma coisa. Para a gente é importante colocar a mão pra sentir a coisa.”

Aproveito a pergunta para saber a sua opinião quanto ao acervo de Telas existente no museu do Instituto.

“Acho uma coisa muito esquisita o cego perceber a imagem; uma coisa até inexplicável. É difícil explicar como percebo hoje as coisas que não vejo mais. Hoje em dia encostando a mão assim, é muito mais difícil perceber as coisas. Acho que não tenho um tato muito aprimorado talvez porque eu não nasci cego.”

Prosseguimos a entrevista e Moisés fala do que pensa da inclusão dos deficientes nas classes regulares de ensino.

“... não é falando mal do Instituto não, mas, acho que poderíamos terminar até o Ensino Médio aqui. Se a pessoa começou aqui no Instituto deve terminar aqui. Eu acho que a convivência lá fora é muito mais difícil. Alunos que terminam a 8ª série aqui muitas vezes não continuam os estudos com medo de estudar aí fora. Eu quando terminar a 8ª série vou para fora cheio de medo... Não temos acesso a todo e qualquer livro, em termos de livros em Braille. O cego é discriminado até nisso.”

Quanto ao futuro que vislumbra para o Instituto disse:

“O futuro que espero aqui para o Instituto é que alunos que hoje aqui estudam se tornem amanhã professores, diretores, chefes de alguma coisa... Acho também que o Instituto será muito mais importante do que é hoje. Deve se desenvolver mais como tudo no decorrer do tempo se desenvolve. Acho que o Instituto também vai evoluir.”

Rio, 15/04/2004.

Mal acabara de entrevistar Moisés e, chega ao museu meu outro entrevistado. Trata-se de um jovem de 17 anos, aluno da 5ª série, Anderson Dias do Nascimento. Ambos são colegas de classe. Não quiseram se separar. Eu não havia entrevistado ninguém na presença de outra pessoa. Tentei acomodar Moisés numa outra parte da sala, visando uma certa privacidade para a entrevista. Mesmo assim, achei que a simples presença do colega o inibiu no decorrer da entrevista.

Inicialmente conversamos sobre sua adaptação à sua gradual perda da visão.

“No começo eu estudava fora... O colégio lá de fora não me aceitava, eu como deficiente as pessoas não gostavam de mim. A professora precisava ficar me ensinando direto porque eu não enxergava para copiar do quadro e isso chateava ela, claro! O Instituto mudou a minha vida, agora eu pude aprender o Braille porque aos poucos estou perdendo a visão.”

Eu então prossigo lhe perguntando qual o papel do museu do Instituto para alunos e professores.

“Esse museu é importante para toda a comunidade porque esse museu lembra o Instituto. Ah! Museu para a sociedade lembra o passado. O que mais me chama atenção no nosso museu são as máquinas.”

Tendo em vista sua experiência em uma classe regular de ensino perguntei-lhe como ele vê a inclusão educacional do deficiente visual hoje nas escolas regulares. Ainda muito tímido faz a seguinte observação.

“Ah! Eu acho isso muito legal, mas, eu estando aqui no Instituto é melhor. Se ele não acabar eu queria ficar aqui mesmo. Não sei explicar, para mim, o Instituto tem uma cara especial.”

Nosso tempo estava se esgotando quando me lembrei de lhe indagar acerca das visitas vivenciadas nos museus.

“Eu gostei muito daquela exposição dos dinossauros que fica neste museu aqui do lado²⁴. A gente podia tocar em tudo. Quando é que o cego sem ver teria uma idéia de como eram os dinossauros, esses bichos enormes! O que mais gostei foi a exposição de rochas e minerais que vi antes dessa.”

Essa fala faz-nos refletir o quanto é importante para o cego poder apalpar os objetos.

Rio, 06/05/2004.

Quinta-feira, 06 de maio de 2004, dia da semana que presto trabalho voluntário no museu do IBC. Hoje meu entrevistado é o professor Edson Ribeiro Lemos, ex-aluno e professor aposentado do Instituto. Nossa entrevista foi marcada para às 15 horas, pois Edson é membro da Comissão Memória, que se reúne todas as quintas-feiras para as comemorações dos 150 anos do Instituto Benjamin Constant. A reunião atrasou e só fomos nos encontrar às 16:30 horas. Eu estava na sala de espera do IBCENTRO quando nos encontramos. Edson segura no meu braço e, nos dirigimos à sala 103 que pertence à Associação Brasileira de Professores de Cegos e Amblíopes – ABPCA. No trajeto passamos pelo estacionamento e, conversávamos sobre o tempo, como estava o céu. Chegamos na sala. Dei-lhe as explicações

²⁴ O museu que o entrevistado fez referência pertence ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ligado ao CPRM, Instituto de Minas e Energia, localizado no bairro da Urca na cidade do Rio de Janeiro, constituindo-se no Museu de Ciências da Terra.

necessárias acerca do trabalho. Procuro ser o mais objetiva possível para não cansar o meu entrevistado que acabara de sair de uma reunião.

Início a entrevista lhe perguntando qual o papel do museu do Instituto nesta comunidade. De forma muito enfática responde imediatamente:

“Olha, para lhe ser sincero dentro do Benjamin Constant nós não precisaríamos ter um museu porque as coisas fundamentais, as coisas históricas, elas devem estar, na minha opinião no próprio Museu Nacional. Por que estou falando isso? Porque o Instituto não tem pessoal qualificado e, nem é uma função do Instituto Benjamin Constant manter um museu... Não deve uma escola especificamente possuir um museu. O museu depende de toda uma técnica, toda uma conservação, todo um resguardo que o Instituto Benjamin Constant ou qualquer organização semelhante, não está, vamos dizer habilitada a manter e a garantir inclusive o material do museu... Eu tenho informação, não posso falar o que mas, sei que algumas coisas do passado já se extraviaram porque o Instituto não tem uma habilitação para ter um museu... Em relação à documentação acho que aí não seria problema do museu. Toda a documentação escrita eu acho que deveria fazer parte da própria Biblioteca Nacional, como realmente isso acontece. Muitos dados que nós estamos levantando já estão lá na biblioteca. Não cabe ao Instituto ter um museu, agora como o Instituto tem um museu, no nosso tempo de aluno ele era muito afastado de nós, nunca tivemos acesso ao museu. Depois mais tarde como professor, algumas vezes por ocasião dos festejos do aniversário do Instituto.”

Aproveitei o ensejo da resposta para lhe perguntar sobre a possibilidade desse museu se tornar um museu comunitário.

“Eu não acredito porque não haveria um interesse diretamente da comunidade em relação ao Instituto. Realmente eu não tenho uma opinião definitiva. Acho que o Instituto poderia criar um setor junto ao Museu Nacional para discutir a questão da educação e reabilitação da pessoa portadora de deficiência.”

Quanto à atuação da Museologia em relação aos portadores de deficiência visual Edson me faz as seguintes observações:

“... os alunos cegos devem fazer inclusive visita em museus que possam ter acesso diretamente mas, acho que os cegos devem ir também nesses museus em que as coisas são apenas vistas, não podem ser tocadas, o cego poderia ir com uma pessoa para fazer a narrativa, sobre o que está ali, todo o significado das peças, do que está sendo mostrado...”

Não vejo muita coisa feita para o cego nos museus embora eu mesmo como representante da Secretaria de Educação na década de 70 andei participando de algumas reuniões sobre o problema dos museus e a participação dos cegos nesses museus. Eu me lembro que na época eu defendi o direito do aluno cego, ou, das pessoas cegas de freqüentarem o museu. Quando não pudesse tocar haveria uma pessoa para lhe descrever. Agora, há museus em que os cegos podem tocar nas coisas, como esse de rochas, de Mineralogia. Dá para sentir as diferenças das rochas... Você vai ao Museu Histórico e vê lá aquelas carruagens do séc. XVIII, XIX. Eu acho que aí com a devida orientação se poderia permitir ao cego o toque, embora o tato não dê a visão exata do objeto mas, pelo menos teria a sensação de ter passado a mão numa carruagem de dois ou três séculos atrás..."

A presença dos cegos nos museus vem, de alguma forma, estimulando mudanças nessas instituições que cada vez mais discutem a questão do contato físico do visitante com os objetos. Afinal, o tato é um elemento muito presente na vida de qualquer indivíduo.

"Pra mim museu faz parte de todo um acervo de um momento, de uma época que tem que ser preservado sob o ponto de vista material e também documental. É preciso dividir, no entanto, o que é matéria de museu e o que é matéria de biblioteca para ser preservado. Eu considero museu na área do cego toda parte de escrita até mesmo as técnicas de leitura para a escrita Braille desde Charles Barbier, os sistemas inventados no séc. XVI com arames, com letras representativas em tijolos, com letras em alto-relevo; também as diferentes regletes... Há também as máquinas de teclas diferentes. Hoje, seria a história da educação especial no Brasil... O museu também tinha a pá de prata simbolizando o lançamento da pedra fundamental. Esse é um objeto histórico. Tem que ter cuidado para não sumir. A cadeira de Benjamin Constant, no meu tempo de aluno, como fui um aluno assim meio distinguido, fui um bom aluno, em 1947 e 1948 o diretor do Instituto fez questão de tirar um retrato meu, eu tenho esse retrato, eu sentado na Cadeira de Benjamin Constant uniformizado. Minha foto já é histórica!"

E eu então lhe perguntei: Edson, o que é para você Memória Coletiva?

"Memória Coletiva, na minha opinião, são aqueles fatos que assumem uma importância sobre sua reflexão do conhecimento da coletividade, o que na minha visão não vem mais ocorrendo em relação às pessoas ilustres dentro do Benjamin Constant. Aquelas pessoas que inclusive projetaram o cego na sociedade. Não se cultuam mais todos aqueles que ajudaram a projetar tudo aquilo que atingimos hoje. Memória Coletiva envolve inclusive a memória da própria Instituição."

Esta parte da entrevista foi muito delicada porque ele passa a recordar as pessoas que passaram pelo Instituto e começa a se emocionar. São sessenta anos vividos neste Instituto.

“O Instituto vai fazer 150 anos porque sempre se preservou isso. Mas agora nós estamos chegando aos 150 anos, se não tivermos o cuidado de preservar os nossos valores não sei o que será feito daqui por diante.”

Prossigo a entrevista discutindo a identidade do Instituto.

“A identidade do Instituto é de ser realmente a Instituição que deu origem à educação especial no Brasil. Ela é fundamental para a educação e a reabilitação dos cegos. O cego tem necessidade de uma Instituição especializada. Não precisa ser o Instituto em si, há outras Instituições. É uma balela achar que a escola comum pode substituir a escola especial. A instituição especializada como o Instituto Benjamin Constant ela não dá apenas a educação formal que todas as escolas dão. Ela se preocupa com todas as lacunas decorrentes da falta de visão... Tudo tem que ser aprendido de forma individualizada. Não se pode dar ao cego uma orientação geral como se dá a uma criança vidente. A escola comum ela é importante desde que a pessoa cega tenha tido toda orientação educacional relativa ao seu atendimento que geralmente a escola comum não tem... A própria escola comum não tem estrutura para seus alunos. Mas é um problema polêmico e, eu aqui, tomo uma postura radical em defesa da educação especializada primeiramente para depois o aluno ser encaminhado para a escola comum. Não sei se é pelo fato dessa ter sido a minha experiência. Eu aprendi a ser cego não só na Instituição especializada mas, também convivendo com o cego... São as experiências vividas pelo próprio cego que o outro cego vai aprender...”

Esse comentário faz-nos refletir acerca da inclusão do cego nas classes regulares de ensino já nos primeiros anos de sua escolaridade. Pode o cego aprender a viver como cego convivendo só com videntes? A questão transcende no meu entendimento à estrutura das escolas regulares. A verdade é que em meio a tantas teorias da Educação o cego em si, teve poucas oportunidades para se fazer ouvir.

“Eu ingressei aqui no dia 08 de abril de 1945. Não foi aqui que aprendi a ser cego. Aprendi a ser cego no dia 1º de março de 1942 quando ingressei no Instituto São Rafael²⁵, eu tinha apenas 13 anos. Lá fiquei durante três anos porque o Instituto estava fechado. Eu morava aqui pertinho, Niterói mas, não pude vir para cá... Faço parte dos primeiros três alunos que

²⁵ O Instituto São Rafael é uma instituição para a educação de portadores de deficiência visual localizada em Belo Horizonte.

iniciaram oficialmente o curso ginasial no Instituto Benjamin Constant, porque até aquela época, desde 1854 quando o Instituto foi criado, nunca o curso aqui foi oficializado. Primeiro pelo decreto equiparando o ensino ao Colégio Pedro II em 43 e a oficialização do Ginásio em 46 pela portaria ministerial nº 385 de 08 de junho de 1946. A partir daí os cegos passaram a fazer o curso médio, eu fui um dos três alunos que fizeram o curso médio na época. Tinha o Clássico e o Científico. Fizemos o Curso Científico porque no Clássico havia a matéria desenho e os cegos não podiam fazer isso. Isso a partir de 1950. Fomos para o Colégio Malé Soares. Eu sou o primeiro cego a ingressar numa Universidade no Brasil, a Universidade Federal Fluminense quando fiz História e Geografia. Consegui um parecer da Secretaria de Educação me concedendo o direito de fazer o vestibular. Lutei muito! Lutando por mim, beneficiei também a outros cegos.”

Edson já era professor no Instituto quando este completou o seu centenário de existência. Vivenciou muitas coisas desta Instituição. Eu lhe perguntei como ele vê o papel do Instituto frente aos projetos de educação inclusiva.

“Eu vejo com muito pessimismo porque a escola inclusiva tem um problema não de natureza pedagógica mas, sim, econômica. Os países subdesenvolvidos como o Brasil ou emergentes da América, os países da África, os países desenvolvidos não acreditam muito na educação da pessoa deficiente. A educação recebida nas instituições especializadas é uma educação cara. Então, por orientação do Banco Mundial, FMI orienta países como o Brasil a colocar todos os deficientes na escola comum para gastar menos. Mas, é um direito constitucional dar educação a todos. Mas dar educação em Instituição como Benjamin Constant, Instituto Padre Chico, Instituto Santa Luzia, Instituto Adenilza Cunha, Instituto São Rafael, são instituições caras. Os governos não estão interessados em gastar dinheiro... Hoje quanto melhor a escola mais visualizado é o processo de educação, são os recursos visuais. São esses recursos visuais que marginalizam o cego na sala de aula. Como por exemplo, um professor de matemática poderá ensinar geometria ao aluno cego numa classe em que ele apenas mostra as figuras no quadro? O que é a altura de um triângulo? O que é uma bissetriz? Para o cego entender é necessário colocar a mão do cego nessas figuras. Eu fui para a escola comum com toda uma base recebida na escola especializada, eu entendia tudo que fazia no quadro desde que se fizesse a exposição oral. Às vezes, entendia melhor até que os alunos videntes. Na escola inclusiva não se admite a classe especial. A filosofia da escola inclusiva é que o professor tem que estar preparado para receber qualquer tipo de aluno...”

Considerando hoje a filosofia da inclusão torna-se muito difícil até discutir a identidade do Instituto enquanto Centro de Educação Especializada.

“Eu vislumbro pro Instituto uns dias não muito arenosos no ritmo que se segue fazendo-se uma comparação do que se faz hoje no Benjamin com o que eu conheci, há 60 anos atrás, fica difícil até falar. Os tempos mudaram, são outras administrações. É difícil o cego resistir a tantas mudanças e a tantas orientações dadas por pessoas não muito qualificadas a respeito da educação dos cegos. Vejo uma desvalorização do Sistema Braille, embora o avanço da tecnologia veio valorizar mais o próprio Sistema Braille. Se tornou muito mais fácil a produção do Sistema Braille através da computação com as impressoras Braille. Não se perde mais o tempo que se perdia para produzir um livro em Braille. Ele está valorizado pela facilidade de acesso ao próprio Sistema Braille embora o próprio uso do computador, através da voz sintetizada vem limitando o uso do Braille pelos cegos. Agora, isso é um grave problema para a formação cultural da pessoa cega porque ouvir apenas não dá ao cego a capacidade de escrever corretamente... Escrever até pode usar o computador, mas ler em Braille é fundamental para o cego. O avanço da tecnologia também está criando essa dificuldade...”

Lembrei-me de perguntar acerca da produção de material no Sistema Braille nos museus e bibliotecas no Rio de Janeiro. Ao contrário do que eu imaginava, ele respondeu que

“Não tenho nenhuma informação a respeito de Braille nos museus. Nós temos a biblioteca Braille aqui no Instituto, mas acho que isso não tem nada a ver com museu. Em termos de bibliotecas eu conheço um núcleo em Jacarepaguá que não é bem uma biblioteca, no próprio Centro do Bem Estar do Cego temos alguma coisa, mas eu não chamaria de biblioteca. A própria biblioteca do Instituto já perdeu muita coisa. Na década de 40, quando houve a reforma ortográfica e a atualização do Sistema Braille, havia já um acervo muito grande desde o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Na medida em que seriam transcritos novos livros de acordo com a reforma se jogou muito material fora antes da reabertura do Instituto, que ficou fechado de 37 a 1944. A reforma ortográfica é de 1942, se não me engano... Os livros antigos que faziam parte da biblioteca foram selecionados, um exemplar de cada coleção para manter um acervo com vínculo com o passado mas, nos últimos 10 ou 20 anos, não houve mais essa preocupação e a preservação desses livros. Eu tenho informação que esses livros foram jogados fora.”

Sabendo que Edson enxergou até 13 anos de idade, pedi que me esclarecesse sobre questões oriundas da representação de imagens tendo em vista termos no museu quatro telas à óleo e um vasto acervo de fotografias. relatei a ele que alguns cegos, ao ouvirem as descrições das respectivas telas manifestaram o desejo de tocá-las. Pensando nesses aspectos achei que poderia com o auxílio da computação gráfica reproduzir este acervo no Thermoform para o cego ter a noção daquilo que está sendo representado. É uma técnica

muito usada nos museus europeus. Meu entrevistado então me fez algumas observações baseando-se na sua própria experiência.

“O cego é capaz de distinguir figuras planas, como um cubo. O tato é analítico. Há pessoas que pensam que podem transportar para o tato a mesma situação vivida pela visão... A primeira Revista Brasileira para Cegos foi publicada em 1942, na época em que o Presidente da República era o presidente Getúlio Vargas. Para homenagear Getulio saiu na capa da revista a figura de Getúlio Vargas, em alto-relevo. Eu tinha ficado cego há menos de um ano. O diretor do Instituto São Rafael sabendo que eu tinha ficado cego há uns meses antes, eu já sabia o Braille e, ele me perguntou: você se lembra do retrato do Getúlio Vargas? Ah! Me lembro! Eu gostava de ler jornal e via sempre a foto dele. Ele então me deu a revista para ler. Lê isso aí. Eu li. Depois passei a mão numa porção de pontinhos. Ele então me perguntou: O que é isso? Eu disse a ele que não sabia. Depois ele me disse que era o retrato de Getúlio Vargas.”

Edson faz menção à visita feita em um museu em Madri cuja descrição de uma tela referente à chegada de São Tiago no céu lhe fez chorar.

“... A simples descrição de uma tela me emocionou. Eu não precisei colocar a mão na tela. É possível também que eu tenha tido essa reação porque eu já enxerguei... Não sei como o cego de nascença cria ou imagina as imagens. Eu tenho a memória visual. Eu estou aqui conversando com você, não te vejo mas lhe imagino uma pessoa do meu lado. Formo um ambiente meu, imagino a mesa, a cadeira... Por mais que eu tente imaginar um foguete eu não consigo ter uma idéia exata. Nunca vi aquilo! Então, cada hora eu imagino um negócio.”

Eu neste momento interrompi a sua fala e lhe indaguei sobre a questão do uso de miniaturas. Meu entrevistado pensa por alguns segundos antes de pronunciar-se.

“A miniatura pode até ajudar mas acho que nunca dá uma visão exata. Uma coisa é você pegar um cavalo e outra é você pagar a miniatura do cavalo. Aconteceu um fato com um colega meu... ele conhecia todas as miniaturas que o Instituto possuía, de cavalo, de automóvel etc. Ele pensava que o cavalo era do tamanho de um cachorro. A miniatura dele não foi além de um cachorro.”

Estamos chegando no final da entrevista e, aproveitando a oportunidade da questão anterior e lhe pergunto o que é a cegueira na sua visão. Foi uma parte muito lírica da entrevista. Percebi que Edson se transportou do seu interior para efetuar uma resposta.

“A cegueira é um isolamento que você tem da natureza, é um isolamento do ambiente real. É isso que é a cegueira. Você fica isolada da natureza. Você faz como um corte. Agora, não é essa noite, essa escuridão, pelo menos no meu caso, como as pessoas pensam. Eu não tenho nenhuma percepção luminosa mas não vivo na escuridão. Primeiro porque a cegueira é colorida. Isso já está provado para quem já enxergou. Aqui tinha um livro em inglês, nós aqui no passado tomávamos conhecimento, tinha um capítulo: A cegueira é colorida. Por que ela é colorida? Porque aquelas pessoas que perderam a visão elas têm sempre uma sensação luminosa em relação ao nervo óptico. O nervo óptico embora ele não funcione, não esteja com sua função normal, não perde a capacidade luminosa. Cada cego vai ter uma sensação luminosa. Algumas são brancas, outras azuladas, outras são marrom. Outras são amareladas. Esse é o meu caso. A minha cegueira é amarelada, eu tenho um foco amarelado como se fosse uma lâmpada, um amarelo meio esbranquiçado por vezes dependendo do sistema nervoso fica mais forte e, tende para o vermelho, na parte central. Essa é a minha cegueira. Agora, há cegos que dizem que não têm nenhuma reação mesmo os que já enxergaram mas, essa sensação do nervo óptico eu aprendi quando fiz o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro com o professor de psicologia dando Psicologia do Aprendizado e ele citou a sensação luminosa que os cegos podem ter. Ele provavelmente deve ter visto isso nos livros que tínhamos aqui no Instituto... Vou usar o mesmo exemplo que ele deu para lhe provar que a cegueira é colorida. Você já deu uma pancada forte na cabeça? Se a pessoa der uma pancada forte na cabeça diz-se que viu estrelas. Por que que ele viu estrelas? Porque com o impacto sai fagulhas luminosas. Então a cegueira é luminosa, mas ela o separa do ambiente. Essa é a grande dificuldade do cego. A capacidade, a inteligência não é afetada... O potencial dele continua o mesmo. O que muda é o acesso à cultura.”

Isso se constitui num dos maiores problemas para o cego, inclusive no que se refere à socialização porque, de modo geral, as pessoas pensam que os cegos, por serem cegos, vivem fora da realidade desse mundo.

Rio, 20/05/2004.

Hoje minha entrevistada é Karla Maria professora no IBC desde 94. A entrevista estava marcada para as 13:30 horas sem nenhum imprevisto. Ao começarmos a entrevista Karla fala um pouco de sua trajetória no IBC.

“... eu tinha visão subnormal, estudava em escola comum, só fiz aqui o curso de especialização de professor. Ingressei aqui como professora em 94. Bom, eu acho que o Instituto além de ter sido o primeiro não só do Brasil, mas sim da América Latina, ele ainda

tem muita coisa pioneira... Eu gostaria que fossem realizadas em outros lugares porque o Instituto não pode receber todo mundo... Quando entrei cá para o Instituto muitas coisas mudaram, eu não andava sozinha. Quando perdi a visão por completo eu já estava no 2º grau, eu aprendi o Braille, fiz Orientação e Mobilidade mas, eu não tinha coragem de andar sozinha, eu não mexia no fogão da minha casa. Passei a ter contato com realidades semelhantes a minha, pessoas que podem te dar dicas, orientação, a vivência que você não tem. Isso para mim foi um crescimento muito grande. Eu sempre digo para os meus alunos: infelizmente eu não fui aluna daqui.”

Eu em seguida lhe pergunto: Qual seria a importância desse museu para essa Instituição?

“Eu acho que tudo que diz respeito à história de uma pessoa, de uma coisa, é importante. As peças aqui do museu são ligadas à vida das pessoas cegas, foram objetos usados numa determinada época, mesmo que agora estejam em desuso eles servem de base para esses objetos que usamos hoje. De repente, a chapa onde a gente colocava os números, pesada, complicada de carregar mas, talvez, se nunca tivesse existido essa chapa, não teria existido o cubarítimo e o sorobã que hoje utilizamos. Sempre o museu abre, é aniversário do Instituto eu procuro levar as turmas lá porque eu acho que é nossa história... A gente nota que os alunos hoje reclamam de tudo! Então, quando você dá para eles um trabalho feito no Thermoform, naquele material tipo plástico, eles reclamam porque não é papel, a mão não desliza e eu digo para eles: Louis Braille era doido para ter um Thermoform e não tinha... Tudo isso precisa ser mostrado para eles, o progresso dos materiais que chegou até nós... No momento eu o vejo como um museu do Instituto... Seria interessante as pessoas conhecerem esse museu até para se aproximarem mais da nossa realidade.”

Neste momento eu a interrompo para lhe perguntar sobre a presença dos deficientes visuais nos museus brasileiros.

“De forma muito lenta vem sendo feito alguma coisa para permitir acesso do deficiente visual; vem sendo permitido o cego tocar nos objetos, até em roupas que não poderiam ser tocadas para não alterar as características das peças eles criaram réplicas, não vão ver o original mas vão ver as características das peças... A nossa presença nestes espaços vem estimulando uma maior abertura.”

Karla, qual a identidade do Instituto?

“Eu acho que hoje o Instituto é uma escola que procura se moldar ao modernismo, em algumas coisas esse modernismo é bom e, em outras é ruim. A gente procura sim, estar bem abertos, dizem que vivemos em guetos, mas isso não é verdade... Eu acho que o Instituto está tentando se reestruturar neste contexto social que a gente vive hoje. É muito difícil trabalhar com educação em qualquer nível, principalmente com alunos cegos que muitas vezes são desacreditados. Uma vez eu ouvi uma pesquisa na televisão: Se você fosse obrigado a abrir mão de um de seus sentidos de qual você abriria? Bom, as pessoas diziam: olfato, paladar, etc. Ninguém disse visão. Então, a visão para as pessoas é tão essencial que elas cogitam perder qualquer sentido, menos a visão... Eles têm uma visão errada, imaginam que as pessoas quando perdem a visão não podem fazer absolutamente nada. E, a gente trabalha com esse contexto diariamente. O Instituto, então, está buscando a sua própria identidade, de escola que está tentando fazer com que os pais compreendam que seus filhos são capazes e, tentando mostrar a seus profissionais que seus alunos são capazes... Eu acho que o Instituto está se buscando.”

Prossigo a entrevista perguntando a Karla que futuro ela vislumbra para o Instituto e um silêncio paira no ar por alguns instantes. Percebo que ela se reestrutura emocionalmente para dar prosseguimento à entrevista. Após alguns minutos Karla prossegue dizendo:

“O que eu vislumbro pro Instituto vai depender muito de cada um de nós, dos alunos, dos ex-alunos, dos professores e funcionários. Duas coisas podem acontecer com o Instituto – ele pode fechar e depois de algum tempo ser reaberto por descobrirem que ele é importante, ou, ele pode cada vez mais se tornar uma escola porque dizem que ele está muito afastado da questão da escola, principalmente do ensino de base, a gente sente que há um certo afastamento em alguns momentos. Talvez algumas pessoas gostariam que ele fosse muito mais que isso. Agora, ele sempre foi mais do que isso, ele sempre editou livros, revistas, sempre fez pesquisas mas, nada disso pode superar o trabalho da escola. A gente só imprime livros porque tem a escola, só existe todo resto porque existe a escola. Então, enquanto o Instituto tiver a escola como objetivo principal ele vai conseguir atingir os outros objetivos.”

Karla o que representa para você a ausência da visão?

“Para a gente que já enxergou uma grande perda, uma readaptação de vida, é você chegar e concluir: Bem, eu queria enxergar mas não enxergo. Agora, como eu faço para viver sem enxergar, porque tem que ter um jeito. Inteligência é a capacidade do homem de se adaptar a situações, ao meio, a sua realidade. Aí, eu pensei: Eu tenho que arrumar um jeito. Eu acho que não ter a visão é não ter a visão das coisas que ela me proporciona, o mar, as cores mas

existe outra parte, de eu encontrar outras formas de resolver os seus problemas. Não seria exatamente a compensação o termo... Eu acho que os outros sentidos nos ajudam a resolver problemas, mas não compensa a ausência da visão. Eu costumo dizer, quando eu quero parar o ônibus não tem ouvido que compense a minha falta de visão.”

Terminamos a entrevista conversando sobre as experiências vividas por Karla em seu cotidiano na qualidade de deficiente visual.

Rio, 14/06/2004.

Cheguei no Instituto às 13 horas. Hoje minha entrevistada é Ana Cristina, ex-aluna e professora no IBC há 10 anos. Sua sala fica localizada no corredor de madeira na penúltima sala. Ao chegar em sua classe aguardei Ana acabar a correção de trabalhos de seus alunos. Ela os corrige um a um deslizando sua mão sobre o papel perfurado em alto relevo pelo Sistema Braille. Início a entrevista às 13 horas e 30 minutos lhe perguntando sobre o papel do Instituto na vida da pessoa cega.

“Olha, ele tem um papel mais direto, vamos dizer mais assim, o papel que seus fundadores pensaram, que é o de transmitir o conhecimento, dar escolaridade a criança cega, esse papel, ele é muito importante já que a gente aqui tem um ensino de qualidade razoável e acesso a material com facilidade... Outro papel é o de socializar porque a criança cega em casa muitas vezes os pais rejeitam... O Instituto sempre trabalhou pelo que hoje se chama de inclusão. O Instituto sempre ofereceu livros para fora, para outras escolas especializadas e, até para escolas que não são consideradas especializadas. O Instituto sempre mandou os alunos que terminavam a 8ª série para outras escolas... O ex-aluno do Instituto sempre estudou fora, ele geralmente trabalha, ele constitui uma família, ele se insere na sociedade.”

Eu aproveito o ensejo da pergunta e coloco a seguinte questão: Qual a identidade do Instituto?

“O Instituto é uma escola especializada que tem uma bagagem enorme na educação da pessoa cega – tem uma identidade eminentemente escolar no sentido amplo... Agora como a escola especializada como é o caso do Instituto ficou meio estigmatizado, como existem esses projetos, essas campanhas aí de educação inclusiva querendo colocar as crianças todas nas escolas comuns, sem discutir outras questões, questões de recursos, questões até psicológicas de formação de identidade... Então, eu acho que o Instituto se põe omisso

porque ele não faz a defesa, ele não promove a discussão, ele não faz a defesa do estilo dele, que é dar educação especializada.”

Achei que já era o momento de introduzir as questões referentes ao museu deste Instituto e, lhe pergunto: Qual é o papel desse Museu dentro desta comunidade? Ana é ex-aluna e, começa relatar um pouco de sua experiência vivida neste Instituto na qualidade de aluna.

“Eu cheguei a conhecer esse museu na minha época de aluna. Uma coisa que não tinha nada a ver com esse museu eram aqueles bichos empalhados... Eu acho que eles confundiam um pouco a idéia de museu com a idéia de laboratório porque esse museu não é um museu de história natural... Museu é um lugar onde a gente se encontra com a nossa história... Eu acho que o papel desse museu é um papel de resgate histórico mesmo. Por que temos hoje essa reglete de plástico, toda molinha? Antigamente era um bujão de ferro e, quem foi que inventou isso? ... Antigamente tudo vinha da França, agora é feito aqui olha o progresso do Brasil. Muitas coisas que foram feitas aqui foram feitas por cegos, que foram crianças, foram jovens como são hoje os nossos alunos. Então, ele tem um papel de resgate histórico, dentro de um trabalho de busca da identidade, aí, é uma identidade coletiva, não é a nossa identidade pessoal, é a identidade coletiva dos cegos, inclusive da Instituição, é como o cego começou a estudar e a se profissionalizar graças ao Instituto. E, essa memória está guardada neste museu.”

Ana, você vê esse museu restrito ao Instituto ou você também o vê extensivo à comunidade como um todo?

“Não tinha pensado nisso! Se esse museu fosse aberto ao público em geral a gente poderia prestar esse serviço à comunidade do Rio de Janeiro, do mundo, de quem quisesse. De repente, um turista que passasse para visitar o Pão-de-açúcar poderia aproveitar e visitar esse museu, ficaria sabendo, que Instituição é essa. Eu só não sei até que ponto a comunidade tem interesse nessas questões e a estrutura que o Instituto também precisa ter para manter esse museu aberto ao público externo. Agora realmente a utilidade do museu para o Instituto tem que ser realçada.”

Agora eu lhe pergunto qual futuro vislumbra para o Instituto. A resposta foi talvez refletida por Ana naquele momento.

“O futuro do Instituto vai depender muito do próprio Brasil... O país está nessa coisa do serviço público precisar de verba pra obra e pra contratação de funcionários. Depende muito

da gente romper com essa cultura de corrupção. É a gente mostrar a importância da nossa escola e tentar trabalhar isso e em termos nacionais, o que é público pertence a todo mundo e, como pertence a todos, todos têm que zelar, que se interessar, que preservar... O Instituto é um patrimônio do Brasil assim como a Biblioteca Nacional, assim como a Petrobrás e o Banco do Brasil.”

Estamos chegando ao fim da entrevista num clima de bastante descontração pois Ana Cristina foi minha colega no tempo em que estudávamos juntas no IBC. Ela recorda o tempo em que ainda enxergava e me fala de sua ausência de visão.

“A ausência da visão é algo que dificulta muito a nossa vida, em termos do que estamos falando aqui. Torna a gente muito dependente mas, a nossa dependência não é tanta como a maioria das pessoas pensam. Temos também as restrições de não termos acesso à informação que a maioria das pessoas têm, assim como por exemplo a arquitetura de um prédio. As pessoas descrevem e, você consegue mentalizar, imaginar, mapear dentro da cabeça. Não é a mesma coisa que você ver e classificar... Até os meus oito anos enxerguei um pouquinho e, quando as pessoas me descrevem eu vou pegando as referências nas minhas lembranças.”

No decorrer das entrevistas alguns aspectos me chamaram atenção. São referentes aos parâmetros da Educação Especial.

O Instituto Benjamin Constant se constituiu como Instituição total durante muitos anos. Concentravam-se no Instituto todas as políticas educacionais destinadas a atender as necessidades dos deficientes visuais.

Gradativamente, com o passar dos anos e com a manutenção de um curso para formação de professor especializado em educação para cegos no IBC, há uma expansão das políticas educacionais para fora do Instituto. Evidencia-se uma fase de transição Institucional. Com a proposta de incluir qualquer deficiente nas escolas regulares, torna-se indispensável colocar a seguinte questão: Qual o papel do Instituto hoje?

Percebi nas narrativas orais desta comunidade uma intolerância à questão da inclusão dos deficientes visuais nas classes regulares de ensino. Essas questões me fazem refletir sobre o que está sendo caracterizado por inclusão. O Instituto é uma Instituição de ensino regular em termos curriculares que tem por objetivo atender deficientes visuais. O cego está desse

modo incluído numa política de ensino. Penso que inclusão é uma questão muito ampla. Requer uma análise sociológica.

Para muitos é importante que o cego passe desde a fase do pré-escolar a ser incluído no mundo dos videntes, objetivando a troca de experiências. Para outros, ao contrário, pensam ser necessária a convivência em seu mundo antes de penetrar no mundo dos videntes. No meu entendimento não se pode caracterizar como certas ou erradas os posicionamentos descritos anteriormente. O que nos cabe é analisar o contexto.

Em primeiro lugar julgo procedente discutir a estrutura das escolas públicas hoje. Conjuntamente, colocar alguns aspectos referentes à educação do portador de deficiência visual.

Discute-se e divulga-se nos meios de comunicação a degradação do ensino público do país. Alunos, segundo o Censo do IBGE, chegam as 5^a séries sem sequer saber ler perfeitamente.

Os cegos, como se sabe, dispõem de um sistema de representação escrito chamado “Sistema Braille”. Este sistema de leitura através do tato tem suas características próprias. A metodologia para alfabetizar uma criança vidente não pode ser a mesma em virtude da diferença de representação. Até que ponto estará o professor preparado para lidar com a diferença? Como poderá dar a atenção individualizada que o aprendizado do Braille requer, tendo em média 30 alunos numa classe?

São essas questões objeto de discussão no seio desta comunidade. O Instituto ainda é visto pelos seus usuários como veículo de inclusão dos deficientes visuais. Uma coisa me parece evidente: este processo vem produzindo uma reorganização inclusive espacial da estrutura Institucional do IBC, uma disputa de valores. Estaria o Instituto como um todo, vivenciando uma crise de identidade.

Sabe-se que ele não é o mesmo de 150 anos atrás e nem poderia ser. As necessidades do cego do séc. XIX não são as mesmas das do séc. XXI. Anteriormente somente os cegos poderiam requerer vaga no IBC segundo seu 1º estatuto interno. Posteriormente passou-se a

aceitar também os portadores de baixa visão, possuindo acuidade visual igual ou inferior a 20% em ambos os olhos.

Atualmente, também diferentemente do período de fundação, em que era exigido que o cego não possuísse outros comprometimentos, nem mesmo epilepsia, aceitam-se cegos-surdos e com prognóstico de deficiência múltipla.

O regime de internato considerado por muitos educadores como um obstáculo à formação e socialização do indivíduo vem sendo gradativamente extinto no IBC.

Meus entrevistados tiveram uma certa dificuldade em definir qual a identidade do Instituto hoje. Penso que o IBC não é uma entidade acabada. Como todas as demais Instituições subtendidas às ações de seus agentes sociais, sujeitas a transformações.

5. – Os 150 anos do Instituto Benjamin Constant e a Institucionalização de um Museu: Qual Museu?



Museu IBC - vitrines

Este capítulo tem por objetivo discutir o papel do Museu do Instituto Benjamin Constant no seio de sua comunidade. Para tanto, fazer-se-á uma abordagem dos princípios ideológicos, defendidos pela Museologia, analisando o conceito de Museu integrado a sua realidade de inserção. Torna-se indispensável um estudo sistemático acerca do acervo deste Museu, considerando as necessidades sensoriais da comunidade do Instituto. Um projeto para esse Museu torna-se também objeto de análise e discussão.

Para que servem os museus no entendimento do senso comum? Acredito que responderiam: São lugares de coisas antigas e sem funcionalidade. Outros atribuem uma simbologia ligada ao sagrado. Walter Benjamin congrega uma espécie de “aura” aos objetos que nos cerca, que, efetivamente produz uma cultura material. Antigos ou novos os objetos são passíveis de significado. (Benjamin: 1987, 243). Nesta ótica aos objetos atribuímos uma carga de valor que, por sua vez, produz imagens. Neste sentido, que função exercem os museus nas relações sociais?

Os museus, enquanto organismos de Centro de Ciências e Técnicas, se apresentam como espaços de reflexão, de experimentação e aquisição de conhecimentos.

A elaboração de um Museu não efetiva apenas o consenso social que se faz em torno de um ideal da conservação, mas também envolve diversas práticas de intercâmbios culturais. A preparação e o desenvolvimento de um Museu, cuja concepção foi decidida por uma comunidade em geral, supõe a reunião de objetos e de documentos que geram comunicação social. Fazer um Museu é fazer reviver algo. É um ato coletivo de restituição das trocas “perdidas” no momento presente.

Do ponto de vista dos princípios ideológicos defendidos pela Museologia pode-se afirmar que suas ações não se limitam à conservação dos objetos, ou mesmo, à questão da exibição desses bens materiais ao público, mas, sim, aos sujeitos sociais. São os modos de agir, de pensar, de fazer e de falar, além dos objetos e edifícios, que se tornam objetos de uma investigação museológica. Desta forma, o museu exprime uma dinâmica social de grupos que trabalham sobre suas identidades, filiação e legitimidade, utilizando a memória e o passado como “motores” de tal reflexão.

Por que conservar, restituir, expor? Uma política cultural se define pelas suas escolhas e empreendimentos, no entanto, se depara com uma variedade de concepções. A idéia de que tudo pode voltar a todo momento acompanha a restituição dos lugares e a acumulação dos objetos. É uma espécie de compulsão à reapropriação de tudo que parece morto. Tratar a coisa morta como uma coisa viva, partilhável, permite uma reiteração dos traços mnésicos que se confundem com os acontecimentos presentes.

A Dr^a em Comunicação e Cultura do IBICT – UFRJ, Lena Vânia enfatiza o papel da memória no pós-modernismo nas sociedades ocidentais após a década de 80.

“A questão da memória foi, primordialmente, campo de estudo da História e com esta se funde e confunde... Como prática social, a memória é muito antiga, deve ter a idade do homem. As primeiras formas de trabalho, artesanais, eram pontuadas pela narrativa, na passagem da experiência daquele que falava ou cantava, para o que ouvia.

A revolução industrial, a vinculação de trabalho e capital, a modernidade, a indústria cultural e a sociedade da informação, sob a hegemonia da mídia e do computador, transformaram profundamente as ações e as relações sociais e a noção de cultura.

É no panorama pós-moderno de ruptura e perda de milenares valores ocidentais e de identidades, e sob a estética da vida que a memória, individual e coletiva, transnudada, retoma seu papel, tanto na sociedade como na ciência.

No Brasil, em termos de política governamental, a memória é preocupação mais recente, com manifestações a partir dos anos 80. Começa a invadir a sociedade um sentimento de preservação do patrimônio histórico e artístico, mesclado com a nova mentalidade ambientalista e preocupações ecológicas.”

(PINHEIRO, L. V. R. Prefácio)

A afirmação do pensamento museológico é um fenômeno mundial que vem se diversificando nos últimos quarenta anos, em virtude de reflexões de novas práticas museológicas. Essas reflexões geraram seminários e, por consequência, documentos.

Os documentos sintetizam as expectativas e os desafios enfrentados pelos profissionais de Museus em seu cotidiano, convergindo para uma grande preocupação comum: Qual o papel social dos Museus?

A publicação do ensaio “A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo” tem por objetivo divulgar quatro desses movimentos: As conclusões do Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos Museus (Rio/1958); a Declaração de Santiago do Chile (1972) que introduz o Conceito de Museu integral; a Declaração de Quebec, 1984 que sistematizou os princípios básicos da nova Museologia e a declaração de Caracas 1992, que pode ser interpretada como uma avaliação crítica de todo esse processo, reafirmando o Museu como um canal de comunicação. A seguir farei um breve comentário sobre esses documentos, no sentido de buscar subsídios para a discussão sobre o campo da Museologia.

O Seminário Regional da Unesco, realizado no Rio de Janeiro no período de 7 a 30 de setembro de 1958, teve por objetivo propiciar uma reflexão em todas as regiões do mundo sobre a função que deveria cumprir o Museu como meio de comunicação dentro da sociedade.

Houve o intercâmbio de experiências entre os Museus latino-americanos, suas inovações no campo da educação, da arquitetura, conservação e restauração de objetos, bem como a museografia. Discutiu-se todas as questões relativas aos Museus, desde conservação e manutenção da coleção, até a divulgação de sua mensagem, não só por meio de exposição, como também da utilização de meios de Comunicação Coletiva. Debateu-se sobre o próprio Conceito de Museu e as consequências de suas funções de conservação, estudo e exposição.

Entre as conclusões apontadas, recomendava-se que o Museu deve difundir-se não somente através de programas didáticos dirigidos à Educação formal, como também utilizar-se de outros meios ao seu alcance como o rádio, o cinema, e a televisão, a fim de atingir camadas mais amplas da população.

O objeto é a “carne” do Museu e todos os recursos que reforcem a relação sujeito e objeto devem ser utilizados de forma harmoniosa. Mais do que nunca, a função educativa do Museu, defendida por este seminário, precisa ser enriquecida com sua faceta informativa suficientemente atrativa para competir com outros meios que estão inseridos na sociedade.

Na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972, discutiu-se o papel dos Museus na América Latina, analisando os problemas do meio rural, urbano, do desenvolvimento técnico-científico e da Educação permanente, tomando consciência da importância dessas propostas para o futuro da sociedade na América latina. Essa tomada de consciência é vista como a condição essencial para a integração do Museu na sociedade.

Um dos mais importantes resultados a que chegou a Mesa Redonda foi a definição e proposição de um novo conceito de ação dos Museus, o **Museu integral** destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio natural e cultural.

Realizado em outubro de 1984, em Quebec, o Seminário Regional Unesco, teve como meta afirmar a função social do Museu e o caráter global de suas intervenções. Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais dos grupos, a nova Museologia (Museologia Comunitária) interessa-se, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos do futuro. Conclusões: este movimento torna-se de certa forma um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento crítico e do seu desejo de criação.

O Museu deseja assim, manifestar-se de uma forma global, tendo preocupação de ordem científica, cultural, social e econômica. Utiliza todos os recursos da Museografia (coleta, conservação, difusão etc.) transformando-os em instrumentos adaptados a cada meio e atendendo a projetos específicos.

A Declaração de Caracas, fruto do Seminário de Estudos Museológicos, realizado no período de 16 de janeiro a 6 de fevereiro de 1992, teve como finalidade fazer um balanço da situação dos museus na América Latina. Estudou-se o perfil das mudanças político-sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas na América Latina nos últimos 20 anos e a transformação conceitual e operacional ocorrida nas instituições museológicas. Efetuou-se a releitura do documento de Santiago e sua atualização.

Os museus tendem a se situar e descobrir o seu espaço no território social em que estão inseridos. O monólogo transforma-se um diálogo. A função pedagógica afirmada no Seminário promovido pela Unesco em 1958 transforma-se em missão comprometida, não mais com a sociedade em termos vagos, mas com a sociedade em que estão inseridos. Levo a classificação da função do Museu não mais como um papel a ser desempenhado, mas sim como uma ação completa, comprometida com os acontecimentos das realidades locais, envolvidas nestas realidades, como instrumentos de desenvolvimento. Em outras palavras, há a transformação do Museu Integral em Museu integrado à vida de uma comunidade. Essa é a idéia central das discussões em torno do Museu e da Museologia, realizadas nos eventos mencionados. Ao refletir sobre o processo de institucionalização do Museu do IBC, tais idéias serão consideradas no âmbito das discussões.

A Museologia sustenta o discurso segundo o qual o mais importante a ser preservado é a informação, ou seja, o elemento não tangível, que dá sentido a preservação. É sob essa ótica que analiso alguns aspectos que me chamaram atenção na dissertação de Mestrado da Museóloga Karla Estelita Godoy, que tem por tema A Museologia diante do virtual. Tendo em vista às necessidades sensoriais da comunidade do IBC, como o virtual poderá ser explorado?

“Sujeito, objeto, realidade e Museu são os quatro elementos presentes na Museologia que estarão sendo questionados em relação à temática do virtual.” (Godoy, 1998, p. 38).

Dentro da realidade desta comunidade coloco a seguinte situação: um objeto exposto numa vitrine sem que o cego possa tocá-lo, em que se diferencia do objeto na tela de um computador? Para tentarmos responder a questão creio ser necessário alguns esclarecimentos. Usualmente o termo virtual é compreendido como o contrário de real e como a ausência de algo tangível.

O filósofo Gilles Deleuze é um dos que estabelecem definições a respeito do termo. Em *Diferença e Repetição* o autor afirma que o virtual não se opõe ao real (...)

“O virtual possui uma plena realidade enquanto virtual”. (Deleuze: 1988, 334).

Deleuze tenta demonstrar que o virtual tem que ser definido como uma estrita parte do objeto real, como se este fosse dividido e não apenas constituísse todas as questões do objeto. Refletindo sobre esses aspectos penso na possibilidade de virtualização do acervo do Museu do IBC, como um mecanismo para a pesquisa, sobretudo pensando nos diferentes graus de acuidade visual de integrantes desta comunidade. Isso porque dispomos de sofisticados programas em nível de informática acessíveis ao deficiente visual. Um objeto poderá ser visto sob diferentes ângulos em diferentes proporções, fornecendo, assim, uma visão detalhada do objeto.

O Museu é definido pelo ICOM como uma Instituição permanente que adquire, estuda, preserva e expõe, para fins de educação, evidências materiais do homem, como construtor de valores individuais e coletivos no conjunto das sociedades.²⁶ Esta definição, na realidade, não mais abarca todo sentido que hoje a palavra Museu possui. Como todo conceito, a noção de significados para além das visões tradicionais ficou limitada a quatro paredes.²⁷ Se não fosse assim, como definiríamos o Museu comunitário, o Museu de vizinhança e o ecomuseu? Como definir os chamados Museus virtuais? Percebo que a própria noção de museu vem sendo afetada pelo novo, assim como o próprio entendimento do que vem a ser uma instituição.

No mundo moderno, os museus são instituições que colecionam, salvam e preservam aquilo que foi lançado aos “estragos” da modernização. No entanto, o passado se constrói à luz do discurso do presente. Para Huyssen, no mundo moderno nada escapa à lógica da Musealização. Neste sentido, os Museus parecem funcionar como “pontes” que permitem uma negociação e articulação entre o passado e o presente.²⁸

²⁶ Definição encontrada em diferentes publicações do Comitê Internacional de Museus.

²⁷ Rangel, P. M. *A Formação do Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Memória Social e Documento sob orientação da Profa. Icléia T. M. Costa. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 2000, 85p.

²⁸ Huyssen, Andréas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 224.

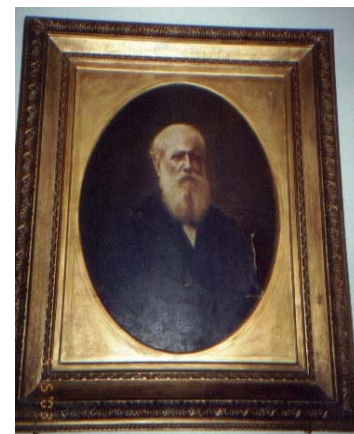
A comunidade do Instituto há décadas vem reunindo evidências materiais que constituem na visão do grupo fragmentos de sua memória circunscritos no espaço desta Instituição. O Instituto elegeu um espaço de Memória, que tem por finalidade manter a coesão destes indivíduos. Pode este espaço ser considerado um Museu?

Para responder esta questão é preciso estudar esses movimentos em torno da construção da Memória desta comunidade em diferentes momentos. Com a ajuda do Prof. Antônio dos Santos, ex-diretor do IBC (42 anos vividos neste Educandário), esclareci alguns pontos obscuros para mim, por não haver relatos escritos neste sentido.

Estava eu investigando se o interesse do grupo pela consolidação do seu Museu era um fato do tempo presente. Pergunto ao Prof. Antônio porque chegou ao “Museu” um conjunto de Mobiliário, Telas e bustos dos fundadores do IBC no mês de março de 2003, já que não encontrava nada que comprovasse a entrada desses artefatos na Instituição.

Ele me relatou que, quando ingressou no IBC em 1950 encontrou uma sala, uma espécie de depósito, contendo esses bens materiais e outros que não nos chegaram às mãos até o presente momento, que compunham o IBC desde sua fundação (1854) no Bairro da Saúde. No mesmo momento relatou-me que, em meio a esses bens materiais, havia utensílios domésticos que nada tinham de (in)comum com os demais. Segundo ele, vassouras, máquinas Braille, mapas geográficos, peixes no aquário etc. se amontoavam disputando espaço neste compartimento.

Pergunto a ele se as telas que chegaram são também originais da fundação do IBC, como o são o mobiliário e outros objetos já classificados desde então. Ele me relata o seguinte: O Instituto, como outras repartições públicas do meado do séc XIX, era obrigado a ter em seu gabinete telas alusivas à família Imperial. O IBC possuía Tela do Imperador Pedro II, Princesa Isabel, Conde d’Eu, Ministro Luiz Pedrosa do Couto Ferraz. Com a proclamação da República essas telas foram recolhidas pelo governo provisório. Em 1922, com as comemorações pelo Centenário da Independência, o País resgata o culto aos



*Tela a óleo
D. Pedro II*



*Tela a óleo
Benjamin Constant*

primórdios períodos da história nacional relativos ao Império. Então o IBC compra uma Tela retratando o Imperador D. Pedro II e do Ministro do Império Luiz Pedrosa do Couto Ferraz, objetivando “resgatar” a Memória da Instituição. Já havia a Tela de Benjamin Constant e de Cláudio Luiz da Costa. As Telas de Conde d’Eu e Princesa Isabel se perderam ao longo do tempo. A República também proibiu o culto religioso nas repartições. O IBC doa seu acervo sacro à Igreja de S. Rafael, santo protetor dos cegos.²⁹

Na década de 70 o diretor Renato Gama Malcher, objetivando armazenar o mobiliário e as telas em local mais arejado, destina uma sala do Instituto para esse fim. Este local, por determinação da direção geral, teria a função de preservar a memória da Instituição e dos seus usuários. Este acervo não era disponibilizado ao público.

Sucessivas direções passaram pelo IBC e novos deslocamentos foram feitos. Em 1992 todo esse acervo foi dispersado. Muita coisa só existe na memória do grupo. No ano de 1995 o pesquisador Francisco Mendes, ao montar elementos para o lançamento da Revista Benjamin Constant, que tratou em seu 1º exemplar da História da Instituição, reúne uma coletânea de documentos institucionais, desejando reorganizar o “Museu”.

Por ocasião das comemorações dos 190 anos de Louis Braille (1999) o Instituto, em parceria com a Escola de Museologia da UNIRIO, organiza uma exposição temporária. Os bens materiais preservados pelo IBC para compor o acervo de seu Museu mais uma vez são deslocados.

Em 2001 fui chamada para montar uma exposição temporária alusiva aos 147 anos de História do IBC. O mesmo acontece em 2002. Neste tempo cresce no seio da comunidade a busca de fragmentos que possam compor o quadro de construção da memória desta Instituição, aí incluída a sua comunidade.

Até que ponto devo trabalhar com a idéia de um Museu pré-existente?

²⁹ Não disponho, até o momento, de outras fontes documentais. Oportunamente serão verificados registros eventualmente existentes em arquivos da Instituição e da própria Igreja a quem foi doado o acervo.

A doutora em Ciência de Informação, Icléia Thiesen Magalhães Costa fornece em seu ensaio *“Memória Institucional e Representação: Da Árvore ao Rizoma”* esclarecimento quanto a natureza da Instituição que, neste momento, desejo aprofundar os parâmetros de discussão.

“Quando uma ação qualquer é dotada de finalidade já se encontra no terreno da Instituição, no campo das forças. Por isso é necessário distinguir as funções puras das forças, e as funções finalizadas. As funções puras das forças (incitar, suscitar, extrair), nos regimes de enunciados, no campo das visibilidades; as funções finalizadas já no campo das Instituições (tratar, educar, governar, ensinar, vigiar, punir)” (Costa: 1998, 109).

Como museóloga penso ser adequado trabalhar com um conceito de Museu existente na Memória do grupo e ainda em processo de consolidação.

Durante quatro meses estudei e classifiquei 386 peças que foram enviadas para análise, objetivando compor o acervo permanente do Museu do Instituto. Há cerca de 25 peças que ainda não consegui classificar por desconhecer a natureza do objeto, bem como a sua pertinência para a memória do grupo.

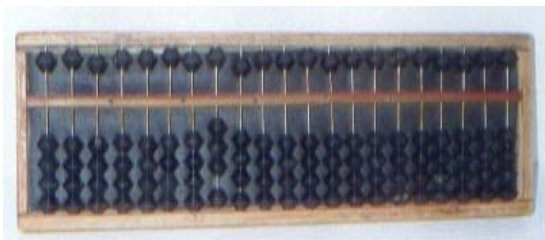
Os registros documentais constam de livros de matrículas (1854-1968) e um livro do Centenário do Jornal do Comércio (1827-1927), encontrando-se em processo de análise de seus respectivos conteúdos. O acervo fotográfico existente no IBC e localizado na sala que hoje abriga o Museu consta de 4 álbuns com aproximadamente 200 fotografias, necessitando de restauração.

Este acervo consta de um conjunto de mobiliário do séc XIX que pertence ao Instituto desde sua fundação (1854), bustos e telas de seus fundadores e objetos destinados à educação dos deficientes visuais (máquinas datilográficas, regletes³⁰ para a escrita manual, cubarítmos³¹ e sorobãs³² para cálculos matemáticos em diferentes momentos da trajetória Institucional do IBC).³³ A seguir, exemplares das 386 peças que compõem o acervo do Museu.

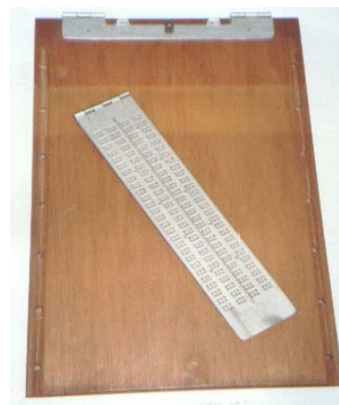
³⁰ Reglete: Objeto tiflotécnico para a escrita manual Braille. Confeccionada em madeira, bronze, alumínio ou plástico.

³¹ Cubarítmo: Objeto confeccionado em madeira, em forma de uma caixa retangular dividida em linhas e colunas. No seu interior cubos com numeração no sistema Braille. Com a função de executar cálculos matemáticos foi substituído pelo Sorobã.

³² Sorobã: Objeto tiflotécnico, sendo uma adaptação do ábaco para cálculos matemáticos.



Sorobã para cálculo matemático



Reglete para escrita manual

Braille

5.1 – Quando Conhecer não é Ver

A nova museologia trabalha com o conceito de Museu integrado à realidade da comunidade em que está inserido. Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de consolidação e institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant, instituição há 150 anos destinada à Educação de Cegos no Brasil. Considerando suas características próprias, a comunidade deste Instituto pretende ter um Museu adaptado às suas necessidades sensoriais. Neste sentido o estudo dessas necessidades lançará as bases para a construção do 1º Museu tiflológico do Brasil.

Surge então uma questão para ser estudada: O que é conhecer sem ver? Ao discutir a construção da memória deste grupo e as suas relações com os artefatos materiais que compõem o acervo deste Museu sinto-me desafiada. Como expor este acervo de modo adequado às necessidades desta comunidade? Como dar funcionalidade social a esse acervo? Essas questões me levam a estudar as potencialidades do corpo dos deficientes visuais. O que é **ver** na concepção deste grupo?

Venho pesquisando o visível e o não visível. Uma entrevista de um fotógrafo cego, realizada pela repórter do jornal O Globo, Daniela Name, em 27/08/03 durante uma palestra no IBC me chamou atenção. Evgen Bavcar, de origem franco-eslovena, fotógrafo e filósofo em visita ao Brasil para inaugurar exposição de fotos na Funarte, concede palestra no auditório do Instituto Benjamin Constant versando sobre o visível.

(...) *“vivemos numa ditadura ocular em que a visão domina os outros sentidos. Não quero ser escravo das imagens alheias”* diz ele tentando fugir do interesse “exótico” pelo seu trabalho. Fala do preconceito enfrentado, inclusive dos próprios fotógrafos, pelo fato de ser cego.

Fala de sua participação no filme “Janela da Alma” de Jardim e Carvalho para colocar seus pontos de vista. Discute a dificuldade de refletirmos sobre as imagens num mundo em que somos bombardeados por uma enxurrada delas.

“Quanto mais imagem recebemos, mais esquecemos. Estamos passivos diante das imagens. No fundo somos todos cegos porque não existe mais a imagem autêntica”.

Bavcar trabalha a imagem filosoficamente: *“A primeira câmara escura de que se tem notícia está no Mito da Caverna em Platão.”*

Fotografa no escuro, usando lanternas, lampiões e canetas especiais para contornar corpos e objetos. O que Bavcar deseja é que a fotografia volte a ser o que seu próprio nome diz: uma escrita da luz.

Evgen Bavcar perdeu a visão aos 11 anos e desde os 17 anos se interessa pela fotografia. Revelou que associa o Brasil à cor vermelha porque um dia leu que, quando os portugueses aqui chegaram, criaram um corante vermelho a partir do Pau-Brasil.

“Para mim o Brasil é vermelho. O vermelho foi a última cor que vi na saia de uma garota. Isso faz parte das minhas memórias. Por isso gosto tanto do Brasil.”

Julguei importante colocar alguns aspectos do conhecer sem ver, discutindo os preceitos de Marilena Chauí e Merleau-Ponty em *Fenomenologia da Percepção*.

Alguns autores afirmam que o saber depende da visão. Para eles, os olhos são as razões pelas quais o objeto (como se nos olhasse) se faz presente em nós.

Faço menção às palavras de Giordano Bruno do livro dedicado aos olhos *“Heróicos Furores”* onde coloca dois significados distintos: o ver concreto ou a faculdade de ver, e a própria ação de ver. Escreve o diálogo entre o coração e os olhos, onde o coração se queixa do fogo que o consome, acusando os olhos como o causador disso.

(...) “Os olhos apreendem as aparências e as propõem ao coração; elas se tornam então, para o coração, objeto de desejo e esse desejo se transmite aos olhos; espalha sobre os olhos e seu humor. Assim, primeiro a cognição emite a faculdade afetiva, que por sua vez emite a cognição.” (pág. 18)

Em “*Janela da Alma, Espelho do Mundo*” Marilena Chauí retoma o significado do uso cotidiano da palavra ver e seus derivados. Mostra que revelam um enfoque realista do mundo. Falamos em ver, rever “*porque cremos nas palavras e nela cremos em nossos olhos; cremos que as coisas e os outros existem porque os vemos porque existem.*” (Chauí: 1981, 32)

Em sua explanação, Chauí mostra que, desde o seu nascimento, a Filosofia fez uma cisão do olhar; ou a visão depende das coisas (causas ativas do ver) ou depende dos olhos (que fazem as coisas serem vistas). A tradição de Demócrito, Epicuro e Lucrecio refletem a 1ª alternativa, tornando-se mais tarde conhecida como teoria Perceptiva. A tradição nascida em Empédocles (Pitagóricos e Neoplatônicos) decide-se pela 2ª alternativa, denominada de teoria emissiva, na qual os olhos iluminam as coisas para fazê-las visíveis. Aristóteles, coincidindo a teoria perceptiva e a emissiva, afirmava que o sentido da vida é potencialidade do olho agindo sobre o meio.

“O objeto da visão é o visível, e o visível é a superfície colorida e também um certo tipo de coisa.” (Aristóteles *apud* Chauí: 1981, 42).

Isso contudo não modificou o curso da Filosofia, quanto a essa cisão. Conviveram e convivem: o Realismo, que crê na percepção como coincidência entre sujeito e coisa; o Idealismo, que crê na percepção como síntese operada pelo sujeito; o Empirismo, que procura explicar a percepção como síntese passiva das sensações; o Intelectualismo, que pela reflexão busca objetivar a sensação, fazendo-a aparecer como matéria do conhecimento.

Há uma passagem de ponto de vista: passa-se da experiência de ver, para a explicação racional desta experiência.

Do ponto de vista do racionalismo é interessante discutir o que Descartes entoa aos olhos:

“O olho, pelo qual a beleza do universo é revelada a nossa contemplação, é de tal excelência que todo aquele que se resignasse a sua perda privar-se-ia de conhecer todas as obras da natureza, cuja vista faz a alma feliz na prisão do corpo, graças aos olhos que lhe representam a infinita variedade de criação.” (Descartes *apud* Chauí: 1988, 54);

Galileu assume uma concepção semelhante ao afirmar que o Telescópio tem a propriedade de fazer ver o que não existe, modificando luminosidades, movimentos, grandezas. É considerado um instrumento de precisão, pois a verdadeira visão é proporcionada pela geometria da luz e das lentes e, com isso, o Telescópio prova que os olhos não sabem ver.

Essas afirmações de Descartes, Galileu e outros falam de um paradigma da visão para o saber. Porém, o modelo não é propriamente do olhar, mas, de uma teoria sobre o olhar, que serve, por um lado, como suporte para o conhecimento, enquanto representação; de outro, como correção intelectual das ilusões visuais, para que se possa aproveitar o que é visto e trabalhado pelo intelecto. Surge a pergunta: quem é o sujeito do olhar? Se estes responderiam: o intelecto, o entendimento, a consciência, como poder constituinte do objeto enquanto significação.

Boss critica o olho do racionalismo clássico que “examina, compara, esquadriha, mede, analisa e separa”. Considera-se rodeado por um conjunto de coisas e não em uma situação que os sujeitos se reconhecem uns aos outros. O olhar não seria apenas comparável à luz que entra e sai pelas pupilas como sensação e impressão, mas também propriedades dinâmicas de **energia** e **calor** graças às relações de afeto e de vontade. (Boss: 1976, 40)

Boss, refere-se à contribuição do Marxismo e da Psicanálise, evidenciando que o olhar não se parece com esse foco de luz permanente do pensamento clássico que dá a segurança à própria visão da natureza e da sociedade. Apresenta dois filósofos de tendências diferentes que buscam caminhos para um outro modelo de ver: Simone Weil em sua *“Pedagogia do Olhar”* e Merleau ponty com seu olhar “fenomenológico”.

Simone Weil enfatiza a força da atenção propondo uma educação da atenção para desenvolver um olhar atento, profundo e despojado, que deve vencer a angústia da pressa.

Para Simone Weil a unidade do homem espírito e mundo será uma reconquista que depende do olhar que perfure a opacidade.

Merlau-Ponty com seu “olhar fenomenológico” tentou levar até o fim a crítica ao dualismo clássico, atento às zonas ambíguas da Percepção. Para isso retoma o mundo vivido, onde o olhar e o visível se implicam mutuamente.

Em “L’Oeil et Esprit”, Merlau-Ponty, faz uma fenomenologia do olhar. Inicia o ensaio afirmando “A ciência manipula as coisas e renuncia a habilitá-las”. Para Ponty imerso no visível pelo seu corpo é que o vidente se aproxima do que vê pelo seu olhar. Empréstado seu corpo ao mundo é que o pintor transforma o mundo em pintura. Abre-se ao mundo ao invés de apropriar-se dele. Vidente e visível, o corpo próprio de cada um está no mundo.

Merlau Ponty volta-se para a totalidade do ser e fala do sensível, do tátil, do audível, do visível. Porém, ao descrever a percepção, o faz em geral a partir da visão; em o Olho e o Espírito discute o visível e o invisível. Para ele ver é ter a distância. O olhar apalpa as coisas, repousa sobre elas, viaja no meio delas, mas delas não se apropria. “Resume” e ultrapassa os outros sentidos.

Penso que já está claro que pensar não é ver. No entanto, busco amparo teórico que explique as possibilidades de aprendizagem dos deficientes visuais. Como se dá o conhecimento na ausência da visão?

Encontrei fundamentos para minha pesquisa em Fenomenologia da percepção. Ponty fala de conteúdos particulares ou a especificidade e as formas de percepção ou generalidades; os conteúdos são os dados sensoriais (visão, tato, audição) e a forma a organização total desses dados, a que é fornecida pela função simbólica. Há uma dialética entre conteúdo e forma, pois não se pode organizar nada se não houver dados.

Os dados sensoriais, fundamento da consciência e da ação, através da dialética entre a forma e o conteúdo, são retomados pela consciência e recebem dela um sentido original. Desse modo, entre o corpo e a consciência não existem relações de dependência, mas de implicações recíprocas.

Para compreender o indivíduo e sua maneira de relacionar-se no mundo que o cerca, há sempre que considerar sua estrutura própria que exprime ao mesmo tempo sua generalidade e especificidade.

No caso dos deficientes visuais eles têm possibilidade de organizar os dados, como qualquer pessoa que está aberta para o mundo, de seu modo próprio de perceber e de relacionar-se. O que não se pode desconhecer é que o deficiente visual tem uma dialética diferente devido ao conteúdo (que não é visual) e a sua organização, cuja especificidade é a de referir-se ao tátil, audível, olfativo. É dessa dialética entre o específico e o geral que se pode definir a estrutura própria do deficiente visual.

Merleau-Ponty diz que ao caminhar o homem leva consigo o mundo, o mundo vai com ele pois está organizado por ele mesmo. É no corpo que o significado se manifesta. No gesto, no ato corporal está a consciência, que ele denomina consciência encarnada, termo utilizado ao invés de consciência, que posteriormente é substituído por consciência intencional e mais tarde simplesmente por corpo.

Os sentidos (visual, tátil, auditivo) se traduzem uns aos outros sem necessidade de intérprete, ao fazerem do corpo o sujeito da percepção. Cada órgão dos sentidos interroga o objeto a sua maneira. A visão não é nada sem um certo uso do olhar, ou seja, a maneira que o sujeito dirige e passeia seu olhar é diferente da mão explorando tatilmente. Os sentimentos são desta forma distintos uns dos outros e da própria inteligência. Pois cada um traz consigo uma estrutura do ser que não é transponível.

Dispor de todos os órgãos dos sentidos é diferente de contar com a ausência de um deles, uma vez que muda o modo próprio de estar no mundo e de relacionar-se. Isso assinala para mim a importância de aprofundar meus conhecimentos acerca da percepção dos deficientes visuais.

Sem negar o valor e a contribuição das ciências, Merleau Ponty introduz questionamentos que levam a outros caminhos às ciências do homem. Elogia o Empirismo quando este chama atenção para o fenômeno e o critica quando transforma tudo em acontecimento, sem referir-se ao sujeito, mas sim a uma consciência impessoal. Elogia o

intelectualismo (racionalismo) quando este enfatiza um sujeito que unifica o conhecimento. Critica-o mostrando que esse sujeito não é o da experiência vivida, mas do pensamento.

O Empirismo trata a percepção como um assunto do mundo físico. O intelectualismo não fala dos sentidos, está voltado para a consciência – um lugar fora do mundo para perceber os acontecimentos. A referência ao mundo se dá através de uma simples mudança de estilo, onde se acrescenta a cada termo a palavra **consciência de**. Tanto o Empirismo, como o intelectualismo, ignoram o sujeito da percepção.

Merleau Ponty propõe um caminho diferente. Sua característica marcante, que o diferencia das duas correntes filosóficas, é a ênfase dada ao corpo. A experiência perceptiva (que é corporal) não surge da associação que vem dos órgãos dos sentidos (tal como é vista pelos Empiristas), mas sim da relação dinâmica do corpo como um sistema de forças no mundo. Assim, o corpo não é mais visto como um amontoado de órgãos, mas, fonte de sentidos e o sujeito da percepção não é entendido como consciência e sim corpo.

5.2 – A Arte de ver com as mãos e a construção de uma Identidade



Museu IBC - vitrines

Uma porta se abre para penetrarmos no campo das representações coletivas de uma comunidade, cuja história remete-nos ao ano de 1854, Segundo Reinado, com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant.

Um espaço surgiu para então preservar uma memória. Que memória? Como essa memória é articulada ao longo do tempo? Visitantes dessa comunidade conduzem-nos neste lugar, caracterizado de museu do Instituto Benjamin Constant. Ao penetrar neste museu, um grupo de 10 alunos, acompanhado pelo seu professor da cadeira de História, ambos deficientes visuais, procuram orientar-se no espaço, dirigindo sua mão à frente do corpo. Procuram o perímetro da sala, que são as paredes internas que compõem este espaço. Esta visita, bem como outras de mesma natureza fazem parte do Projeto Memória IBC, tendo em vista as comemorações do 150 anos do Instituto.

Dirijo-me ao grupo de visitantes cegos e de baixa visão, julgando importante fornecer-lhes algumas orientações relativas à disposição dos objetos, bem como de sua história. Trata-se de uma visita guiada.

Este museu ocupa atualmente uma sala do departamento pedagógico e foi cenograficamente organizado em três núcleos. Ao entrarmos, à frente, nos deparamos com o 1º núcleo, que remetemos à 2ª metade do séc. XIX. À esquerda da porta de entrada meus visitantes se deparam com o primeiro objeto, que é uma tela à óleo de Luiz Pedrosa do Couto Ferraz, ministro do 2º Reinado. A etiqueta localizada abaixo do objeto fornece no Sistema Braille e sistema comum as dimensões dessa tela. Um aluno cego, ao deslizar sua mão sobre a etiqueta em questão, manifestou desejo de ser introduzido para o interior do objeto. Suas mãos não podem traduzir as informações ali contidas. Trata-se de uma imagem, e, como imagem uma representação percebida visualmente. Como penetrar neste universo não visual?



Para um vidente parece a primeira vista um mundo fora das representações reais. O que é para o cego o conceito de cor, por exemplo?

Ao descrever uma coisa qualquer para um deficiente visual é necessário considerarmos alguns aspectos, se se trata de um cego de nascença ou não ou se possui baixa visão.

Estamos agora na parte da exposição referente ao 2º Império. Nele há duas cadeiras pertencentes ao Imperador D.Pedro II e à Imperatriz Thereza Christina. Sobre elas tela de D.Pedro II. À direita tela de Luiz Pedrosa do Couto Ferraz; à esquerda, busto em mármore de José Francisco Xavier Sigaud; neste núcleo, há um texto fazendo menção à presença do jovem José Alvarez de Azevedo com o Imperador D.Pedro II; o grupo neste momento concentra sua atenção nos aspectos intrínsecos dos objetos. Um aluno desliza cuidadosamente suas mãos na cadeira do Imperador fazendo uma distinção da cadeira da Imperatriz que não possui braços. Há neste momento, oportunidade de conversarmos sobre questões de indumentária feminina no séc. XIX. Ao lerem a etiqueta relativa à tela do imperador quiseram saber como ele estava sendo representado: Menino, jovem, senhor?



*Cadeira da
Imperatriz
Thereza Christina*

Antes de começar a descrição do objeto focado, mencionei a trajetória individual de Pedro II, discutindo aspectos de sua juventude. Em seguida começo a descrição da tela. Quem já enxergou busca em sua memória uma referência. Quem nunca enxergou cria uma referência tomando como base suas experiências enquanto pessoa no mundo. Não nos cabe julgar se essas referências são capazes de corresponder literalmente à realidade enfocada, até porque o conceito de real é bastante subjetivo.

O grupo agora se depara com um relógio monumental que acompanha gerações no IBC. Aos poucos, as mãos vão explorando o objeto, dando forma e sentido.

Estamos em frente à mesa de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, 3º diretor deste Instituto. Todos os objetos passam a ser explorados tatilmente. Sobre a mesa havia o primeiro livro de matrícula do IBC. Não há exemplar no Sistema Braille. Este livro data de 1854 e sofreu recentemente um



processo de restauração. Atrás da mesa esta localizada a cadeira usada pelo 1º diretor do Instituto José Francisco Xavier Sigaud. As mãos examinam o espaço e, aos poucos, o grupo começa a ganhar uma independência em termos de locomoção no museu. Neste Núcleo da exposição intitulado “Gabinete Benjamin Constant” discute-se o papel de Benjamin Constant enquanto diretor deste Instituto. Há uma tela retratando-o que se encontra em processo de restauração. Os alunos concentram sua atenção na maquete do IBC, objeto de fácil manipulação.

Na parte central da sala há quatro vitrines dispostas em forma de U. Vamos percorrer agora a parte da exposição dos objetos tiflotécnicos. Trata-se da história da educação dos portadores de deficiência visual no País. A primeira vitrine contém em seu interior álbuns de fotografias em numero de quatro. Há etiquetas em Braille e em Sistema Comum, sendo permitido ao visitante deslocar os documentos. Os cegos costumam munir-se de um guia vidente para descrever as fotografias.

A segunda vitrine contém em seu interior na parte inferior documentos institucionais escritos sem exemplares em Braille. Para efeito de preservação destes documentos não está sendo permitida a manipulação, havendo, no entanto, na vitrine, a localização dos mesmos. Todos os objetos possuem etiquetas no Sistema Braille, o que no meu entendimento fornece ao cego uma independência na busca de conhecimento. Na parte superior dessa mesma vitrine

começamos a expor os objetos tiflotécnicos. Primeiro, as regletes, que são objetos para a escrita Manual Braille com uso do punção através da perfuração do papel. Neste Núcleo, encontra-se um busto em gesso de Louis Braille, idealizador dessa forma de representação escrita, bem como um texto discutindo a evolução do Sistema Braille no mundo. Uma aluna parece



estar mergulhada no tempo da invenção do Sistema Braille por ter Louis Braille apenas 16 anos quando idealizou este sistema. Suas mãos deslizam sobre o objeto procurando reter todas as impressões cabíveis ao tato. Prosseguindo, chegamos à vitrine das máquinas datilográficas Braille. São provenientes de diversos países e são constituídas em sua parte central por seis

teclas separadas – três do lado direito e três do lado esquerdo – tendo, no centro, uma tecla para produzir o espaço entre uma palavra e outra.



Inglaterra – década de 50

Os alunos têm a oportunidade de observar a evolução dessa tecnologia, sobretudo quando se deparam com as máquinas para Impressão dos primeiros livros impressos em Braille cuja importação, da Alemanha data do séc. XIX. A impressão dos livros em Braille utilizava processos manuais, o que restringia o número de exemplares produzidos. Antes da importação das máquinas de estereotipia todo o material disponível no Sistema Braille vinha importado da França.

Atualmente o processo de impressão é computadorizado mas a impressora ainda é importada. Essa parte da exposição chama muita atenção dos visitantes em geral.



Dinamarca – década de 50

Completando o U chega a vez de se explorar as chapas de aço, cubarítmos e sorobãs que são instrumentos utilizados para cálculos matemáticos. As chapas de aço são constituídas por uma caixa retangular de madeira, possuindo em seu interior uma chapa quadriculada vazada. Como acessória uma caixinha pequena contendo na forma de um T peças numéricas para serem encaixadas na esquadilha vazada. Antecedeu ao Cubarítmo que é um aperfeiçoamento desse objeto. Utilizado no Brasil até a década de 60 é considerado pelos pedagogos como mais didático que o sorobã. São em sua maioria, constituídos por uma caixa quadrada, tendo sua face superior dividida em linhas horizontais e verticais, formando quadrados pequenos. Há um orifício central que abre a caixa, onde ficam armazenados cubos numéricos em Sistema Braille. O objetivo deste objeto é dar ao cego a noção de como as operações matemáticas são utilizadas no Sistema Comum. Os alunos dessa geração só tem essas referências no museu porque esses objetos não são mais utilizados para cálculos matemáticos, embora os educadores os achem ainda muito úteis. O fascínio é geral. O mais fascinante é, talvez, a capacidade dos objetos de nos transportar no tempo. É o dinamismo intrínseco contido no bem material que tem a função de documentar algo, que passa a ser passível de uma profunda análise. O professor que utilizou em sua infância o Cubarítmo para o aprendizado da matemática relembra com saudade da época e aproveita a oportunidade para transmitir aos alunos a técnica de uso do referido objeto. Então, esse objeto sem

funcionalidade no uso cotidiano desta comunidade ganha vida. Desta vitrine, o objeto rapidamente identificado para o aprendizado da matemática é o Sorobã, que é uma adaptação do ábaco da cultura oriental. Os objetos ficam expostos fora da vitrine para permitir a manipulação tátil. As etiquetas fixam-se a frente de cada objeto, discriminando-o em Sistema Braille e Comum.

Saindo do Núcleo das vitrines em forma de U, andamos em L e chegamos à “Galeria de seus Diretores”, um quadro fixado na parede contendo a foto dos diretores do Instituto desde 1854. Na parte superior da foto há o nome da pessoa e o período de permanência na direção. O quadro possui quatro linhas e dez colunas. Para permitir a leitura de cada item no Sistema Braille o quadro foi fixado à 1,20cm do referencial chão e a etiqueta colocada na parte inferior das fotografias.

Estamos agora no painel do visitante. Os alunos se preparam para deixar uma mensagem. Todos desejam deixar uma forma de registro.

O Museu possui um acervo de 386 peças, incluindo acervo documental escrito e um acervo fotográfico de 200 fotografias. Atualmente o grande desafio da Instituição tem sido preservar o acervo em questão tornando-o cada vez mais próximo dos anseios de sua comunidade, bem como torná-lo acessível a outras comunidades.

O Sociólogo Marco Aurélio Santana enfatiza em seu ensaio “Memória, Cidade e Cidadania” a importância da Memória na constituição de um indivíduo.

“Embora se efetive de forma subjetiva, o movimento ou o trabalho da memória se utiliza, em alguns momentos, de objetos concretos para seus sustentáculos. É a partir desses objetos que toda uma experiência é retomada, é construída e reconstruída, indicando o agente que ele mesmo havia atribuído em algum momento aquele objeto.” (Santana: 2000, 45).

Na atualidade os Museus, com o objetivo de colocar a informação cada vez mais disponível, vêm criando suas web. Trata-se de virtualizar o acervo e colocá-lo a disposição de todos.

Vários programas existentes no mercado vêm possibilitando o deficiente visual a ter acesso ao mundo digital. No Brasil todos os softwares surgiram a partir da criação do Dosvox, um programa de viva voz idealizado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ na década de 90. O Virtual Vision também de fabricação nacional é um programa desenvolvido para permitir ao deficiente visual navegar no universo Windows. Foi lançado o Virtual Vision 2.5 que foi na versão 5.0 corrigindo algumas falhas, tendo em vista as necessidades do usuário. A versão 2.5 do Virtual Vision não lia legendas e nem descrevia imagens o que de certo modo limitava o acesso à rede. Há também um programa importado o JAWS que é considerado um sofisticado Software para pessoas com deficiência visual.

Afinal, o que é tecnologia assistiva? São equipamentos, serviços, estratégias e práticas criadas e aplicadas para melhorar a vida do deficiente. O termo é recente mas a tecnologia assistiva não. Na história, as mais diversas sociedades já criaram e adaptaram ferramentas para auxiliar pessoas com necessidades específicas.

Em sua entrevista a Museóloga professora Liana Ocampo fez a seguinte observação com relação à questão do virtual na Museologia e de modo específico para o Museu do Instituto Benjamin Constant:

“... você vê todos os detalhes do acervo virtualmente. Pode-se entrar no Louvre e no Metropolitan virtualmente. Agora isso falado para o cego teria que ser diferente porque ele não tem a imagem visual, mas, poderia ter uma imagem descritiva. No entanto, terá que ser uma descrição muito bem feita. Agora, esse Museu não seria só de cego, seria uma descrição para todos, mostrando a evolução das máquinas Braille por exemplo.”

O professor e Museólogo José Mauro Matheus Loureiro pensa que o virtual coloca-nos diante de uma questão teórica e conceitual e enfatiza:

“Quando você fala na Museologia de museu virtual está falando das novas tecnologias da informação e comunicação... No caso dos deficientes visuais não sei como seria. É importante aprender com ele.” (Entrevista realizada em 3 de maio de 2004)

A professora Liana discute alguns aspectos desse Museu dentro da ótica da Nova Museologia.

“Esse Museu para mim não teria uma importância só dentro da comunidade do Instituto. Para mim esse Museu deveria ser muito mais amplo para atingir a toda comunidade da Urca... Tenho a impressão de ter lido num desses estatutos antigos que se previa a criação desse Museu. Agora, acho que dentro da nova Museologia que um Museu restrito somente ao Benjamin Constant, a sua comunidade, incluindo os profissionais que se dedicam a essa causa, familiares mais próximos, não estaria dentro de uma postura bem mais ampla. O Museu teria que ser aberto a toda comunidade para mostrar, não só a comunidade da Urca, mas, de todo Rio de Janeiro, o que os cegos são capazes... A primeira coisa para se pensar é na estrutura filosófica, qual seria a proposta desse Museu, dos objetivos, até para rotular. Museu do Benjamin Constant ou da Comunidade da Urca? Será que toda comunidade da Urca sabe como são os cegos? Acho que esse Museu deveria trazer para o Instituto essa comunidade, derrubar barreiras e preconceitos. Depois, trabalhar o acervo para mostrar a história do Instituto, dividir em etapas. Discutir a forma que a sociedade vê o cego hoje... Se projetaria esse Museu para todo mundo. Usaria inclusive a cor.”

Então, pergunto a Liana o que mudou nos Museus de um modo geral em relação aos cegos.

“Olha, na época da minha dissertação de Mestrado – Os cegos no museu, na década de 80, entrevistei também funcionários, museólogos, professores que trabalhavam no Museu, eu sinto que mudou alguma coisa. O depoimento que tive deles acredito que hoje seriam diferentes. E, me falavam: Os cegos correm? Outros diziam: Quando chegarem os cegos aqui no Museu temos que ter um psicólogo para nos prestar ajuda... Outra reclamação é que depois que os cegos apalpavam as estátuas ficam com as mãos sujas. Aí, eles mesmos pediam para lavar as mãos. Depois, o Museu Histórico colocou as etiquetas dos canhões em Braille. Papel para ser manuseado não deve ser usado. Teria que ser em placa... Isso partiu da visita dos cegos neste Museu... Todo museu pode ter toque. Eu visitei museus que diziam: Toque-me, estava pedindo a etiqueta da peça, dependendo do acervo. No Museu do Índio, do Folclore tem réplicas... eu fui a congressos internacionais, eu vi usarem Thermorform para reproduzir as pinturas para os cegos verem. O Museu de Arte Contemporânea na Flórida é um museu muito bom... Eles reproduzem a mesma pintura em relevo. Você toca e, ao lado encontra a descrição em Braille... Há também técnicas para mostrar as pinturas para cegos na França... Agora, eles não têm nada de rotulador, de toque... A maioria dos museus europeus são muito tradicionais... Os museus norte-americanos são mais abertos ao toque, são mais interativos.”

O Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo desenvolve o projeto “O Museu e a Pessoa Deficiente”, da Divisão de Educação do MAC/USP. É um programa permanente de atendimento ao público portador de deficiências sensoriais, motoras, mentais e

portadores de distúrbios emocionais em exposições especialmente concebidas e adaptadas para receber esse público, que, de forma não somente visual, mas também sensorial, poderá apreciar e apalpar as obras de arte.

Estas exposições, denominadas “O Toque Revelador” são compostas por uma seleção de obras de aço pertencentes ao acervo do Museu, organizados seguindo um “percurso tátil” que permite tanto a exploração sensorial das obras tridimensionais originais, como também das reproduções visuais-táteis em relevo, elaboradas a partir das obras originais. Complementam estas exposições uma museografia adaptada principalmente ao acesso dos portadores de deficiências visuais e motoras, contendo textos, etiquetas e catálogos em tinta e em Braille.

O Professor José Mauro enfatiza a importância de trabalhar junto com o deficiente para conhecer o que de fato pode vir a ser um bom trabalho em termos de acessibilidade.

“Eu só enxergo a Museologia como campo multidisciplinar. Então eu, na época que fui chamado para montar a exposição Os 190 anos de Nascimento de Louis Braille, a primeira coisa que fiz foi ter do meu lado um deficiente visual. Ele é que vai me dizer o que é bom para ele... Isso é fundamental... Na época em que estive no Museu do IBC pudemos ver que ele é um lugar de memória mas, que não se aproveitava dele todo o potencial existente. Tanto é verdade, você pegava assim, alguns aspectos, como vitrines para a exposição, eram todas da década de 30 e 40. Não sei como está lá agora. Era uma coisa periférica em relação a Instituição... É muito difícil definir o papel de alguma coisa dentro de uma Instituição sem uma pesquisa aprofundada... Museu do Instituto ou da Comunidade da Urca? Uma questão muito perigosa! Primeiro porque ninguém define ao certo o que é comunidade... Ah! A gente diz assim: Museu pertence à sociedade. Qual Museu no Brasil, estou me referindo aos grandes museus que pertençam a um grupo ou segmento social? A quem pertence o Museu do Instituto Benjamin Constant? Pertence ao Governo, ao Instituto etc. Gostaríamos nós que pertencesse a sociedade, a comunidade da Urca, mas, para isso também seria necessário que tivessem participação neste processo.”

Na visão da Professora Ana Leite o Museu do Instituto Benjamin Constant tem um importante papel no processo de inclusão educacional hoje em processo de discussão.

“Teria que ser um Museu dentro dessa nova concepção, aberto com foco na educação. Um museu que pudesse estar fazendo esta questão virtual On-line, estar aberto para o mundo, digitalizando tudo que existe, ele tem muita coisa rara, disponibilizar este acervo via rede.

Fazer com que os professores pudessem estar indo de forma mais sistemática dando orientação.”

Os objetos materiais se constituem em testemunhos concretos de uma época, e, sendo estes, suportes de informação, são, em última análise, considerados documentos, que, nada mais são do que traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens. Desse modo, funcionam, os artefatos materiais, como veículo de qualificação social.

“Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc... O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados...”

(Meneses, Ulpiano T. 1998, p.91)

Tendo em vista tais aspectos, podemos então dizer que os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia. Para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário considerá-los nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de onde foram ou fazem parte. Não se trata, no entanto, de recompor um cenário material, mas sim, de entender os artefatos no contexto de sua interação social. Isso porque, mais que representações de trajetórias pessoais funcionam, ainda, como veículos de construção de subjetividades. Não existe objeto sem atributo de valor, neutros, melhor dizendo.

A identidade dos bens materiais são oriundas do meio onde se encontram inseridos, fruto de escolhas individuais e coletivas. Ao refletir sobre o papel do Museu do Instituto Benjamin Constant, seu acervo e sua trajetória, é importante não deixarmos de discutir a pluralidade da relação homem/objeto e realidade que, constituem-se em questões chaves quando o assunto se refere a consolidação de um museu.

A doutora Cláudia Dutra, Secretária de Educação Especial, em entrevista realizada em 06/12/2004, fez importantes colocações acerca da importância desse Museu tendo em vista a relevância de seu acervo para a história da Educação especial no Brasil.

“A função básica do museu é adquirir, preservar, pesquisar e comunicar para atender as finalidades de estudo, educação, lazer e entretenimento... Portanto, o museu é um dispositivo para a inclusão social e a cidadania. A comunidade organiza esses elementos a partir de

concepções, valores “elegendo” aquilo que deseja preservar como memória coletiva... Entendo que memória coletiva é o que o grupo social escolheu para preservar como lembrança da comunidade, não há exatamente uma espontaneidade neste movimento, mas um trabalho de construção, elaboração, recorte; ela é gerada individualmente e se torna coletiva no folclore, nas instituições e em outras formas de materializar escolas, ideologias e linguagem... O Museu do IBC, tem sem dúvida, um papel primordial num processo de construção de uma sociedade inclusiva, onde acessibilidade é um conceito chave para a cidadania e tem condições de ser referência nacional para imprimir um conceito democrático em relação aos museus, mostrando que é possível termos em nosso país museus com acessibilidade para pessoas com deficiência visual, além de permitir o acesso ao conhecimento do patrimônio referente à história da educação de pessoas cegas no Brasil.”

O papel social a ser desempenhado por esse museu torna-se a cada momento mais evidente no discurso dos especialistas. Ainda em entrevista a Secretária Cláudia Dutra nos informa que:

“O Ministério da Cultura por meio do IPHAN definiu uma política de museus com diretrizes voltadas para a gestão, formação, informatização, democratização e acesso dos bens materiais. O decreto da acessibilidade regulamentou as leis n.º 10.048 e 10.098, e trata na seção VI da acessibilidade aos bens culturais imóveis. A busca de eliminação, redução ou superação de barreiras... O Programa Nacional de Acessibilidade – PNA, sob a coordenação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, integrará os planos plurianuais (art. 64)... A Instrução Normativa n.º 1 de 25 de novembro de 2003 do IFHAN estabelece diretrizes, critérios e recomendações... Para a Instrução Normativa, estabelece, entre um conjunto de determinações, as organizações representativas de pessoas com deficiência para o desenvolvimento de ações para a acessibilidade.”

Acessibilidade é termo bastante amplo e vem sendo objeto de discussão na sociedade, considerando a questão das diferenças. O que se espera do Museu do Instituto Benjamin Constant na ótica da inclusão social? Até que ponto é inclusor se utilizar o termo museu tiflológico para designar o Museu do Instituto?

“Como um termo que se refere à educação de pessoas cegas, no contexto do museu traduz um conceito de acessibilidade e fruição dos bens culturais por todos. A postura democrática pressupõe um reconhecimento da diversidade e o entendimento de que todos os espaços culturais devam buscar condições de acessibilidade para todas as pessoas, e também uma redefinição desses espaços... A postura filosófica é uma definição posta pelos agentes, pela comunidade que dá vida à instituição, seus alunos, ex-alunos, familiares... O Museu do IBC,

compreendido enquanto prática social da sua comunidade deve estar a serviço da sociedade, comprometido com a gestão participativa e como o desenvolvimento de programas e ações, que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional de inclusão social.”

É muito abrangente a função do Museu do Instituto Benjamin Constant. Suas ações não devem se limitar ao Instituto, porque o IBC, enquanto Centro de Referência Nacional em questões relativas à deficiência visual, assumiu a responsabilidade de transmitir um determinado conhecimento a outras instituições. O Museu é o resultado de todo um trabalho realizado na busca da inclusão da pessoa portadora de deficiência. Todas as técnicas ligadas ao aprendizado de pessoas com deficiência visual encontram-se associadas e ligadas aos profissionais desta instituição de ensino. Ele é muito importante!

O Museu do Instituto Benjamin Constant em meio a todo o processo de inclusão das diferenças, destaca-se, neste momento, como veículo de comunicação com outras instituições de mesma natureza, abrindo outros espaços, à acessibilidade a bens culturais por pessoas cegas e de baixa visão. A esse Museu cabe gerar novas formas de compreensão, de como a sociedade vê o deficiente visual.

A possibilidade de a partir da efetiva consolidação de um espaço físico permanente para abrigar o Museu do IBC, torna-se possível no seio de sua comunidade a implementação de outras estruturas ligadas a ele, tipo, espaço para projeção de filmes, bibliotecas, café etc. Constituindo-se num “corredor cultural” do Instituto.

Esse espaço sem dúvida trará uma espécie de reorganização não só do espaço físico desta Instituição, como também de toda uma estrutura ideológica. É o Instituto se mostrando para a sociedade, permitindo que as pessoas tenham a oportunidade de aprender com as diferenças. O próximo item discute a organização deste Museu sob estrutura e postura ideológica.

5.3- O Museu do IBC: institucionalizando o toque, a percepção e o conhecimento

Órgão pertencente ao Ministério da Educação, o Instituto Benjamin Constant institucionaliza um museu em suas dependências conforme seu regimento interno que data de 07/12/98. Há mais de quarenta anos o museu funciona como um espaço de memória que, em seus primeiros anos de existência, mais parecia uma coleção particular. Em que reside a diferença entre uma coleção e um museu?

De forma muito restrita, posso dizer que, ao se pensar numa estrutura institucional de museu, deve haver compromisso não só pela guarda e pela preservação de seu patrimônio cultural, mas sobretudo pela responsabilidade social de disponibilizar o acervo, através das exposições permanentes a um público.

Pensar o processo de consolidação desse museu é indispensável para discutirmos a sua trajetória. A postura filosófica veio sofrendo alteração inclusive no que se refere à construção de sua coleção. Inicialmente pode ser que houvesse a pretensão de se instituir um museu de história natural tátil em meio a uma parte destinada a contar história do Instituto Benjamin Constant. Um acervo misto com muito pouco espaço para explorar aspectos tão complexos que necessitam ser explorados adequadamente. O museu dentro de uma Instituição de Educação de Cegos mais parecia um museu para “videntes”, ou seja, não refletia a identidade da comunidade que sempre reivindicou um museu mais próximo de suas realidades, sobretudo sensoriais. Neste sentido, ele vem tentando se abrir, primeiro para a comunidade do IBC e, para fora dela, buscando meios de congregar expectativas.

O museu do Instituto Benjamin Constant, através de seus artefatos, idealizado para preservar na memória coletiva da comunidade elementos de sua história, pode ser compreendido como primeiro Museu Tiflológico do Brasil?

É muito complicado hoje afirmar que este museu é para cegos no sentido restrito do termo. Isso porque o museu assume um compromisso com a sociedade como um todo. Ideologicamente, pode-se dizer sim, que é um museu que se propõe a contar a história da 1ª Instituição de Cegos, sem contudo se limitar a ela. Para não limitar sua atuação à comunidade do Instituto, é indispensável sua acomodação em um espaço compatível com as funções que

lhes são delegadas, principalmente, no que tange à acessibilidade de portadores de deficiência visual.

Analisando a etnografia e uso do espaço físico ocupado pelo Instituto, pude verificar que há uma área desocupada por encontrar-se sem condições estruturais. Corresponde ao 3º andar da parte mais antiga da construção do prédio. Ao sair do elevador depara-se com um vasto saguão que abriga uma sacada, a qual fornece uma vista magnífica da baía de Guanabara. Na varanda, há duas salas, do lado direito e esquerdo. Em uma delas funcionou o Instituto Vila-Lobos. Duas escadas dão acesso a esse saguão que divide o 3º andar em lado direito e esquerdo. Ao sair do elevador, do lado direito de quem sai dele avista-se um corredor em forma de L com muitas salas e banheiros desativados. O pé direito mede 8m. A proposta da atual direção do IBC é deslocar o Museu para esse espaço. Como projetar esse espaço?

A primeira coisa que se deve pensar, vale enfatizar, é na acessibilidade. Por tratar-se de um museu dentro de uma instituição de deficientes visuais a questão da cenografia concentra esforços para manter uma maior comunicação com seus usuários.

O corredor que dá acesso às salas é constituído por janelas à direita. À esquerda três portas que dão acesso a uma longa sala sem divisória.

Voltemos à questão da projeção do corredor de acesso. Se do lado direito há janelas e do esquerdo as portas de acesso às salas, em número de três, alguns procedimentos fazem-se necessários, para viabilizar o acesso de portadores de necessidades especiais.

Deficientes visuais usam bengala de detecção de espaço para sua locomoção. Ao fixar na parede objetos tipo orelhões, extintores de incêndio, bebedouros etc, deve-se pensar no vácuo produzido pelo espaço vazio, considerando a altura da fixação do objeto. A bengala do cego pode identificar esse espaço abaixo do objeto sem nenhum empecilho para seu deslocamento. Logo, virá de encontro com o objeto, podendo, neste caso provocar um pequeno acidente. Um procedimento para essa questão é preencher esses espaços vazios com vasos de plantas que ajudam inclusive a ornamentar o espaço, e latas de lixo.

Uma outra questão para ser discutida diz respeito ao uso de tapetes em corredor de acesso. Os tapetes muito grossos dificultam o deslocamento de pessoas em cadeiras de rodas e

portadores de deficiência visual pelo uso de bengalas. De um modo geral eles devem ser evitados sempre que possível. Se se optar pelo uso, por razões estéticas, o uso deve se restringir aos tapetes finos. Uma outra solução também é colocar painéis de um material duro sobre o tapete, formando um caminho. Os painéis devem ter no mínimo 91cm de largura e, serem presos uns aos outros e ao chão para não se separarem, para que as pessoas não tropecem em suas pontas. Pode-se, ainda, retirar o pedaço do tapete de uma largura de 91cm, ao lado de uma parede, e, substituí-lo por uma cobertura de vinil. Este “caminho” é excelente para pessoas cegas se orientarem no espaço.

Pensemos agora na estrutura desse museu. Como projetá-lo?

A sala abrange uma superfície de planta retangular livre, sem divisórias, havendo janelas do lado esquerdo, de quem entra. O pé direito possui em média 8m, conforme já vimos.

Considerando a necessidade de atender as pessoas com deficiência visual, não recomendo o revestimento das paredes por tecidos, tapetes ou outros procedimentos que possam influir na acústica do ambiente.

Tendo em vista a filosofia do Museu, que se propõe a congregar um acervo para a educação dos cegos, proponho à área de visitação da sala, que corresponde a um grande retângulo, em quatro núcleos podendo os mesmos serem subdivididos entre si. Dividir não só o acervo no interior da sala, mas projetando espaços delineados por divisórias.

O uso de cores diferentes para elaboração dos núcleos e sub-núcleos se constituem num grande artifício de orientação espacial para videntes e portadores de deficiência visual com pequenos resíduos.

Vejamos agora a disposição dos núcleos:

- Núcleo 1 → Sala nossa História

Este núcleo trabalha as questões históricas relacionadas ao Instituto Benjamin Constant do séc.XIX ao XXI, concentrando nele telas à óleo de seus fundadores, mobiliário pertencente ao IBC desde sua fundação, etc. Pode por razões didáticas ser subdividido em três

partes: 1- O IBC no séc.XIX; 2- Benjamin Constant: 20 anos de história; 3- O IBC no séc.XX e XXI: Desafios e perspectivas – principais aspectos da cegueira e de sua prevenção com os avanços da medicina. Discutir-se, as pesquisas médicas realizadas até então por profissionais da área, colocando, essas informações a serviço da sociedade como um todo.

Existe uma área de conforto visual compreendida entre 1,17m e 1,70m considerando uma altura média de 1,65m para fixação de telas, rótulos e textos. No entanto, tendo em vista visitantes em cadeira de rodas e portadores de deficiência visual que fazem uso de leitura de textos e etiquetas em Braille essa zona de “conforto” fica em torno de 1,37m. Em média os textos são impressos na letra 16 para viabilizar a leitura de portadores de deficiência visual. O texto em Braille fixado a 1,37m em relação ao referencial chão permite uma leitura mais agradável.

O padrão de letra varia de acordo com a acuidade visual. Em média para acuidade inferior a 20% há necessidade de aumento do padrão de letra 16 e o fundo para fixação precisa ser contrastante e o local bem iluminado.

Para o 1º núcleo utilizar a cor pérola e variações do rosa parece manter um equilíbrio entre os núcleos.

O núcleo 2, também subdividido, diz respeito à exposição de objetos tiflotécnicos utilizados para a educação de cegos. São as regletes, máquinas datilográficas Braille, instrumentos para cálculos matemáticos, mapas etc. Todos esses objetos ficam expostos em vitrines. Como acondicioná-los adequadamente e ao mesmo tempo permitir aos cegos o seu conhecimento?

Vamos pensar primeiro no tipo de vitrine. Elas devem permitir que pessoas baixas ou em cadeira de rodas vejam o objeto nela contido. Montadas no chão, freqüentemente têm lados sólidos e, podem ser vistas somente de cima. Por isso, elas não devem exceder a altura de 91cm. Sugiro uma abertura lateral para permitir aos deficientes visuais o toque sempre que possível nos objetos. Quando assim não for possível, construir-se-ão réplicas. As etiquetas com informações sobre a peça, embora possam ser fixadas no interior das vitrines na vertical, quando fixadas, na parte externa, facilitam a localização do objeto para pessoas cegas.

As vitrines quando fixadas no chão devem manter uma distância de 91cm entre si para não provocar um congestionamento e permitir ao mesmo o deslocamento tranquilo de pessoas em cadeira de rodas.

Neste 2º núcleo, podemos explorar através da evolução da Educação Especial no Brasil, o seu próprio processo de industrialização. Pensando em viabilizar o aprendizado de geometria para os educandos cegos do IBC, julgo procedente sugerir, a confecção das vitrines em forma de figuras planas, cubos, triângulos, círculos etc.

O núcleo subdividido em sub-núcleos, em variações da cor azul, poderá ainda explorar a evolução do Sistema Braille no mundo, tentando, sempre que possível, torná-lo acessível ao público vidente.

O núcleo 3 – caracterizado sala de maquetes, tem por objetivo permitir de modo especial que os portadores de deficiência visual percebam aspectos estruturais de monumentos históricos através do tato. Para esse compartimento há várias possibilidades de cor. A preocupação inicialmente é explorar os principais monumentos históricos inseridos na cidade do Rio de Janeiro. Em cada sub-núcleo, descrição do monumento enfocado, em Braille e em sistema comum.

O 4º núcleo tem por objetivo abrigar exposições temporárias, de temática variada que contribua para o intercâmbio de outras instituições de mesmo gênero.

É muito importante projetar um pequeno espaço para abrigar a reserva técnica do museu. Neste espaço o acervo receberá cuidados especializados.

Em todos os núcleos, os sensores eletrônicos podem desempenhar um importante papel num acessório na independência ou deslocamento de pessoas cegas.

O sistema de refrigeração artificial não deve ser à base de ventiladores. Os de pé podem comprometer a locomoção de deficientes visuais e, os fixos na parede danificam as instalações elétricas. Os de teto são inviáveis pela altura do pé direito. O ideal é refrigerar o ambiente com ar condicionado.

Parece uma utopia dar a luz a quem não tem luz. O recurso de iluminação precisa ser cuidadosamente estudado para a perfeita harmonia do ambiente. Sugiro dois padrões de iluminação: um principal, autônomo, seria uma luz para contemplar; outro, secundário, porém complementar, que tem a função de trânsito “para mirar”. Para criar a luz de trânsito é necessário definir o território e instalar um sistema estrutural circular de 100mm de diâmetro. Este sistema de luz para “mirar” recorre fielmente todas as áreas do museu, colocado de forma dupla e paralela entre si. Se constitui num sistema trifásico independentemente entre si. A fluorescência nos permite criar nas salas a luz para “contemplar” as zonas expositoras tendo por base a projetores. Divide-se, então, a sala em subzonas, a uma distância aproximada de 1,50m. A fonte de luz que incorpora esses projetores equipados com transformador elétrico são lâmpadas incandescentes halógenas com potencial de 100w. Uma característica importante desse sistema consiste na incorporação de acessórios para filtrar a radiação UVA e UVB.

Importante ressaltar que cada área do Museu congrega uma categoria de acervo. Para o compartimento relativo às maquetes, por exemplo, o sistema de iluminação precisa valorizar a textura dos materiais que serão percebidos tatilmente pelas pessoas cegas.

Já a parte relativa à cultura material dos portadores de deficiência visual, acervo tiflológico exposto em vitrine, necessita de projetores florescentes com filtros, 25-129 para lâmpada halógena 100w/12v. Se constituir numa área de grande controle de temperatura, umidade e iluminação em virtude de material bibliográfico em Braille exposto em vitrine. Para esse tipo de acervo recomenda-se iluminação com projetores florescentes (26 58w).

Não poderia deixar de pensar na necessidade de condicionar um espaço para os visitantes descansarem. Por não dispor de um mega espaço para a implementação desse Museu, sugiro que o saguão de acesso ao 3º andar desempenhe essa função.

Os sensores dotados de voz permitem maior independência de pessoas cegas no que tange a sua locomoção, sobretudo quando esta cegueira se manifesta na idade adulta.

Conjuntamente a essa estrutura penso que os museus precisam abrir seus espaços para tais discussões. Neste sentido, o Museu do Instituto Benjamin Constant pode prestar a

Museologia brasileira uma grande contribuição, sobretudo em seus aspectos multidisciplinares.

Esse projeto é viável. Os recursos materiais necessários para sua implementação podem ser adquiridos por meio de projetos, direcionados ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e, outros, empresários e órgãos governamentais ligados à educação. Faz-se, necessário acrescentar planilha orçamentária ao projeto, devidamente estruturada.

Tem-se um modelo de um museu desse gênero na Espanha, mas as condições orçamentárias do Instituto Benjamin Constant não viabilizam uma espécie de cópia, o que de certo modo o torna mais acessível ao cego brasileiro, que poderá trabalhar as expectativas da realidade nacional, tornando inclusive mais em conta, considerando o custo para manutenção.

6.- “A cegueira é colorida”³⁴

Pensar numa cegueira colorida pode parecer à primeira vista um absurdo, sobretudo para aqueles que possuem a visão física. Sugiro neste momento ao leitor se permitir penetrar no campo das representações dos deficientes visuais. Sei que não é uma tarefa fácil tentar enxergar o mundo através dos olhos de indivíduos que não vêem. A primeira coisa que possivelmente passa na cabeça é uma ausência de luz, uma vida mergulhada na escuridão. Imagina-se uma total melancolia porque acredita-se que o cego precisa perceber a realidade que o cerca dentro da ótica dos videntes. Mas, como definir realidade? O termo suscita uma série de definições.

Fechemos os olhos por alguns instantes e, tentemos deter nossa atenção no espaço em que nos encontramos. Como percebemos esse lugar? Concentremos nossa imaginação nas formas dos objetos que compõem esse lugar através do toque; prestemos atenção nos odores que percebemos e a que eles nos remetem. O que somos capazes de ouvir?

³⁴ “A Cegueira é Colorida”, foram palavras pronunciadas pelo entrevistado Edson Ribeiro Lemos em sua entrevista, sete meses antes de seu falecimento, ao exteriorizar o que pensa acerca da cegueira; suas palavras foram escolhidas para intitular as considerações finais, constituindo-se numa homenagem a toda comunidade do Instituto Benjamin Constant que tão bravamente enfrenta as dificuldades impostas pela ausência da visão.

Na verdade todos os órgãos interrogam e interagem com o meio em que nos encontramos inseridos. Muitas vezes, não conseguimos interagir com outros órgãos porque nos encontramos submetidos a uma espécie de *ditadura* ocular que de alguma forma ofusca os outros sentidos.

Penso que o colorido da cegueira a que faço referência não reside necessariamente em aspectos físicos e, sim, ao processo dinâmico do intelecto na busca do conhecimento. É essa busca que move os indivíduos na transformação da realidade. A realidade para o cego é oriunda da sua subjetividade, da sua forma de interagir com o meio. Essa “liberdade” de criação confere à cegueira física um lirismo quase indescritível, talvez só vivenciada de fato pelos cegos. Definitivamente, isso foi a coisa mais importante que aprendi durante o tempo em que estive no Instituto.

Discutir o processo de institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant nos permitiu penetrar na memória de uma comunidade, cuja História nos remete ao ano de 1854 com a então fundação do Imperial Instituto dos Jovens Cegos, primeira Instituição destinada à Educação de Cegos no Brasil.

Esta pesquisa se constitui num estudo exploratório não havendo hipóteses a serem testadas ou respondidas. No entanto, algumas questões norteiam as discussões em torno do processo de institucionalização do Museu do IBC.

O trabalho de campo desenvolvido nesta Instituição, tendo como ferramenta metodológica a história oral temática, muito contribuiu para o aprofundamento de questões relativas ao papel deste Museu nesta comunidade, a função do Instituto no contexto da Educação Especial e, o processo de inclusão do portador de deficiência visual nas instituições museológicas e na rede de ensino regular.

Foram entrevistadas 14 pessoas oriundas do Instituto Benjamin Constant, ex-alunos e atuais professores, alunos e professores inativos.

No decorrer das entrevistas, quando perguntados com relação ao papel do IBC em suas vidas, todos de formas diferentes em seus discursos, porém complementares, expressaram uma função centralizadora no que diz respeito a Educação e profissionalização do deficiente

visual. Tal aspecto chama atenção para uma possível segregação do grupo. Tal segregação à primeira vista poderia nos remeter ao seu próprio passado institucional onde indivíduos ficavam separados da sociedade maior por um determinado período de tempo, convivendo somente com os seus pares. No entanto, o depoimento de um jovem de 15 anos ao fazer suas colocações a cerca do processo de inclusão educacional já nos primeiros seriados, coloca-nos diante de aspectos mais complexos da questão. Por que um jovem de 15 anos estaria defendendo a escola especial como o mais eficiente veículo de inclusão social do cego de modo mais específico?

O referido jovem relatou em sua entrevista, no desenvolvimento do trabalho de campo, uma experiência negativa vivida por ele na rede de ensino regular, antes de ingressar no Instituto Benjamin Constant. O mesmo jovem ao falar do papel do Museu do IBC faz restrições quanto ao acesso do público externo ao Instituto objetivando uma maior privacidade por parte de seus membros; uma jovem professora e ex-aluna acha que seriam bom para o Instituto possuir um museu aberto para o público em geral, para divulgar as políticas educacionais em torno do deficiente visual, inclusive em termos de turismo; onze entrevistados mostraram-se receptivos a idéia de terem um museu relativo a sua história plenamente adaptado às necessidades sensoriais desta comunidade, aberto ao público em geral; no entanto, discutem a realidade institucional no presente momento em seus discursos, aspectos como falta de mão-de-obra qualificada, bem como a questão orçamentária, inviabilizando a implementação de ações de caráter museológico que permitam atingir um contingente maior de indivíduos.

Um entrevistado mostrou-se contra a possibilidade do Instituto institucionalizar um museu em suas dependências. Embora possa representar um percentual quase inexpressivo em termos quantitativos, o teor de suas reflexões coloca-nos diante de questões muito complexas que vão desde a identidade dessa instituição à sua própria atuação nos seus 150 anos de existência. Foram cinquenta anos vividos como aluno e posteriormente professor no Instituto que permitiram a esse indivíduo fazer algumas colocações. No seu entendimento não é função do Instituto ter um museu; sua função é de ser escola especializada e um museu poderia desvincular o Instituto de seus objetivos básicos que dizem respeito à educação da pessoa cega. As “coisas históricas”, palavras usadas por ele no decorrer da entrevista, deveriam compor o acervo do Museu Nacional. O Instituto não teria condições humanas e materiais para possuir devidamente um museu. Ao tentarmos discutir o processo de institucionalização

tais aspectos tornam-se indispensáveis do ponto de vista técnico. Quais são os meios que o Instituto dispõe e busca para então efetivamente consolidar esse Museu?

Os quatorze entrevistados ao relatarem as atividades do museu identificaram lacunas em sua estrutura ideológica que os mesmos tentam discutir considerando os parâmetros institucionais referentes a cada momento da história do Instituto Benjamin Constant. Palavras como, o Museu sempre foi muito afastado inclusive de nós mesmos, porque no nível de compreensão deles o Instituto enquanto escola não tinha o Museu como prioridade em suas ações. Então, esse Museu durante anos ficou condicionado a preservar um determinado acervo, ficando restrito o acesso a essas informações.

O Instituto, dentro da ótica da educação especial, foi sempre caracterizado como centro de referência nacional, e, quando se discute a questão da inclusão educacional na rede de ensino regular, discute-se, conjuntamente, a identidade do IBC enquanto escola especial. Dois dos quatorze entrevistados tiveram dificuldade de definir uma identidade para o Instituto hoje, devido a tantas transformações que passa a Instituição. Na visão deles o Instituto ainda está se buscando, construindo uma identidade; uma vez que identidade é um processo em constante construção, estando sujeito às transformações. Essas transformações são vistas de certa forma como elementos desarticuladores da identidade do IBC que no decorrer dos depoimentos foi caracterizada como a instituição responsável pelo conhecimento da arte de educar indivíduos portadores de deficiência visual. Verifica-se um desdobramento das funções do IBC ao longo do tempo no que diz respeito ao nível de deficiências assistidas; assiste-se por exemplo, hoje, alunos com prognóstico de deficiências múltiplas, surdo-cego, cego com algum tipo de deficiência mental ou motora.

A realidade é que a sociedade muda e o Instituto como organismo dessa sociedade precisa adequar-se às mudanças.

Acredito que muitas transformações com relação ao atendimento dos portadores de deficiência visual nas classes de ensino regular são provenientes do próprio trabalho do IBC, objetivando, dentre outros aspectos, a inclusão social do cego.

Essas questões levam os técnicos na área de educação e museólogos a pensarem este Museu com função pedagógica dentro da filosofia da inclusão educacional, onde o Museu

abriria suas portas à comunidade em geral, funcionando como um veículo de comunicação da Instituição. Questões como a profissionalização, formação acadêmica, bem como causas e prevenção da cegueira, deveriam ser objetos de discussão do Museu que retrata a história e preserva a memória da primeira instituição de cegos do Brasil. Enquanto os técnicos idealizam um museu que abranja um universo voltado para fora do IBC, indivíduos desta comunidade ainda o vêem com funções limitadas a este Instituto. Talvez esse aspecto esteja dificultando uma ação museológica, que vem se refletindo ao longo dos anos em uma falta de recursos, inclusive material, fato que inviabiliza um trabalho mais consistente no que diz respeito às necessidades sensoriais desta comunidade.

No que se refere à museologia brasileira, de forma específica, nos últimos 20 anos, os museus brasileiros vêm buscando abrir cada vez mais seus espaços para os portadores de necessidades especiais, fato declarado pelos quatorze entrevistados deficientes visuais, embora advertam que ainda há muita coisa para se fazer em termos de acessibilidade em todos os níveis, inclusive no que diz respeito à produção de material em Sistema Braille. Os técnicos também percebem algumas tentativas, mas admitem que são quase imperceptíveis frente às necessidades. Vários são os fatores que contribuem para um atraso neste sentido, como falta de incentivos governamentais, falta de preparo profissional dentre muitos outros.

Com relação à atuação do Instituto enquanto escola especial, uma entrevistada, mestre em educação, não defende a manutenção do ensino fundamental dentro do IBC. No seu entendimento a função que cabe ao Instituto hoje é distribuir recursos no que tange aos materiais especializados e conjuntamente formar profissionais para atuarem nas escolas, funcionando como um centro de pesquisa, investindo sobretudo na qualificação profissional.

Para os quatorze entrevistados da comunidade do IBC a prioridade do Instituto escola é a forma de continuar garantindo a inclusão social do cego nos diversos segmentos da sociedade.

A questão é muito complexa, no entanto, como pensar por exemplo, num Instituto centro de pesquisa não possuindo uma escola? Formar profissionais baseados em que experiências cotidianas? No meu entendimento a manutenção do ensino fundamental no IBC é ponto chave para a formação de profissionais que necessitam do material humano, para então se especializarem. No entanto, as políticas educacionais é que não podem se limitar ao

Instituto. Os cursos de formação de professores existentes há mais de quarenta anos no IBC deveriam, através de convênios institucionais, ser periodicamente ministrados em universidades públicas, objetivando preparar um número maior de profissionais.

No decorrer das entrevistas mantive um certo grau de afastamento, me limitando ao máximo fazer qualquer comentário acerca das narrativas dos entrevistados que compõem o 2º capítulo intitulado – Narrativas Comunitárias do Instituto Benjamin Constant: identidades e memórias. Foi a forma que encontrei para manter um distanciamento do tema em questão, entendendo que o fato de ser também um membro daquela comunidade, visto ser ex-aluna do IBC, poderia de alguma forma contribuir para a “distorção” das fontes. Além do mais, a história oral tem dois momentos distintos: o momento do entrevistador falar e o momento do entrevistado, sendo suas narrativas objeto central da pesquisa.

O Instituto nunca possuiu ensino secundário. Aqueles que desejavam prosseguir academicamente tinham que se integrar na rede regular de ensino, após terem recebido toda uma bagagem oriunda da escola especial, sobretudo no que diz respeito ao uso do Sistema Braille. Outros aspectos foram sistematicamente levantados pelos entrevistados, como questões ligadas à locomoção do cego e atividades ligadas a sua vida diária, como acender o fogo, atravessar uma rua, lavar sua roupa etc. Estará a escola regular preparada para se deparar com essas questões? Poderá o cego aprender a viver como cego sem antes frequentar o grupo de seus pares?

A questão é complexa, sobretudo porque o Brasil não conseguiu resolver a questão de educação como um todo. Creio estarmos vivenciando uma quebra de paradigma de todo processo da educação, onde questiona-se uma educação padronizada para todos, desconsiderando a individualidade de cada ser.

A questão da inclusão das minorias desencadeou uma discussão mais ampla, em torno das diferenças, que por sua vez coloca em evidência a função dos centros de educação especial.

O trabalho de campo desenvolvido na comunidade do Instituto Benjamin Constant há um ano, com o apoio metodológico da História Oral temática permitiu que pessoas dessa comunidade fossem ouvidas e, registrássemos para as gerações futuras, as experiências

vividas no decorrer de suas trajetórias no Instituto Benjamin Constant. Muito embora não tivesse a prévia intenção de fazer História de vida desses indivíduos, no decorrer das entrevistas muitos aspectos da história de vida dos entrevistados misturam-se às de linhas de base que consistiam em discutir o processo de institucionalização do Museu deste Instituto, bem como analisar o papel deste Museu no contexto social. Qual a postura filosófica deste Museu? É um Museu restrito ao Instituto ou extensivo a toda comunidade?

Para estudarmos a trajetória da inserção deste Museu foi indispensável analisarmos os relatos orais de integrantes de sua comunidade, pois as fontes documentais escritas eram insuficientes neste sentido. Foram realizadas 14 entrevistas com membros dessa comunidade, no total foram realizadas, como anteriormente explicado, 18 entrevistas: ex-aluno, aluno, professor ativo e inativo de faixa etária compreendida de 76 à 15 anos de idade. Neste sentido, foram ouvidas pessoas de diferentes gerações que buscam consolidar um museu para preservar uma memória, a memória deste grupo. Esse Museu inserido nesta comunidade há mais de 40 anos vem articulando a memória em diferentes contextos da História institucional do Instituto Benjamin Constant. Para alguns dos entrevistados este museu poderá articular com outros seguimentos da sociedade, o que é efetivamente o Instituto Benjamin Constant, um Educandário, não um hospital como muitos ainda julgam.

Não seria possível pensar este Museu sem antes levar em conta o que se pretende assistir.

Há décadas a Comunidade do Instituto vem reunindo evidências da cultura material do grupo em um espaço configurado como museu. Ao longo do tempo a postura filosófica deste Museu vem sofrendo modificações, inclusive em termos de adaptação para usuários portadores de deficiência visual.

Durante anos o Museu manteve um certo grau de isolamento inclusive do próprio grupo que lhe deu origem. As visitas a este espaço eram limitadas às festividades comemorativas do aniversário do Instituto. O Museu funcionava dentro de uma metodologia que mais caracterizava um museu para videntes. O toque era limitado. Mas, como limitar o toque em uma Instituição de Educação de Cegos?

Em “A Arte de ver com as mãos e a construção de uma identidade” tive a oportunidade de fazer algumas considerações sobre a arte de conhecer através do tato, colocando a situação do acervo exposto e as suas múltiplas especificidades. Hoje, o Museu não mais possui um acervo de História natural. Seu acervo diz respeito a evolução da educação de cegos no Brasil. Trata-se de um museu tiflológico em termos de constituição de acervo. No entanto, um museu restrito ao público do Instituto estará fora dos princípios ideológicos da “Nova Museologia” muito discutidos pelos especialistas no decorrer das entrevistas.

Instituído no estatuto interno de 1998 este Museu ainda não possui um espaço definitivo na Instituição compatível com as funções que são delegadas.

A terceira parte do terceiro capítulo teve por objetivo discutir aspectos da consolidação desse Museu, propondo uma postura filosófica que congregue as expectativas da comunidade, bem como chamar a atenção para a questão da acessibilidade, no sentido amplo do termo, dos portadores de deficiência visual nas instituições museológicas. De que maneira a institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant poderá contribuir para o processo de inclusão da sociedade como um todo neste espaço consolidado?

Far-se-ão necessários estudos futuros no que diz respeito a organização de espaços públicos tendo em vista as necessidades sensoriais de portadores de deficiência visual. Muita coisa vem sendo feita sem, contudo, considerar as reais expectativas de seus usuários. Neste sentido, a institucionalização de um museu no seio de uma instituição de Educação de Cegos, pode abrir espaço para uma abrangência às questões ligadas ao deficiente em si, sobretudo em relação às necessidades sensoriais de crianças cegas, muito pouco exploradas pelas instituições museológicas até então. A função do Museu do Instituto Benjamin Constant não deverá se restringir a preservação e a articulação da memória de sua comunidade, mas num sentido mais amplo, caracteriza-se como uma “célula mãe” do conhecimento, tendo a função de produzir novas células.

7. Referências bibliográficas e outras fontes documentais

- ALVAREZ, J. L. *Sociedade, Estado y patrimonio cultural*. Madrid: Espasa Calpe, 1992.
- AMADO, J, Ferreira, M. Usos e Abusos da história Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. *A Reorganização e percepção dos deficientes visuais e sua implicação para a aprendizagem*. São Paulo: FEUSP, 1985.
- ARANTES, A. A. *Produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARJONA, M. *Patrimonio cultural y identidad*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1986.
- AZEVEDO, M. *O Rio de Janeiro: sua História, Monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Coleção Vieira Fazenda. 3ª ed. Brasileira: rio de Janeiro, 1969.
- BARBUY, H. A Cultura e o patrimônio cultural nos textos constitucionais brasileiros. *Revista de Museologia*, 1 (1), 1989, pp. 24-27.
- BASDEVANT, D. *Cent monuments racontent l'histoire de France*. France: Hatier, s.d.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e História da cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENJAMIN, W. *Rua de Mão Única*. Obras Escolhidas vol. 2. S. Paulo: Brasiliense, 1987, p. 243.
- BERLO, K. D. *O Processo da comunicação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.
- BOSS, M. Encontro com Boss. Dasein-Sanalyse. São Paulo: *Revista da ABE*, 1976.
- BOSI, V. Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 22, 1987, pp. 138-144.
- BOURDIEU, P. *A Economia das trocas simbólicas*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Choses Dites*. Paris: Minuit, 1987.
- _____. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1980.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno de ensaios – estudo de Museologia*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- BRECHT, Bertolt. *Poemas 1913 – 1956*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAMARGO, A. Os usos da História Oral e da História de Vida: Trabalhando com elites Políticas. Vol. 27 n.º 1 pp. 5-28. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- CAMPILONGO, F. C. *Representação política*. São Paulo: Ática, 1988.

- CANCLINI, G. N. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTRO, R. S. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1981.
- CHAUI, M. *Da realidade sem mistério ao mistério do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981 – Janela da Alma, Espelho do Mundo.
- _____. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHOAY, F. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, 1992.
- COSTA, Icléia T. & Jô Gondar (org.) *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.
- COSTA, Icléia T. *Memória Institucional do IBGE: Um estudo exploratório-metodológico*. Dissertação apresentada ao Curso de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- COSTA, Icléia T. *Memória Institucional do IBGE: Em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: CDDI, 1992.
- _____. *Memória Institucional e Representação: Da Árvore ao Rizoma* in: *Memória, Representações e Relações Interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: Intercom NUSEG, 1998.
- _____. *Fragmentos Discursivos de Bairros do Rio de Janeiro – Urca: Entrevistas*. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 1998.
- COSTA, M. L. A Defesa do patrimônio cultural móvel. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 22, 1987, pp. 145-153.
- COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. *Novos Estudos* 35, março 1994, pp. 38-52.
- CRAPANZANO, Vincent. *Hermes Dilemma: The Making of Subversion in Ethnographic Description*. *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Janes Clifford and George E. Marcus ed. Berkeley, Los Angeles, London. University of California Press, 1986.
- DA MATTA, Roberto da. *Relativando – Uma Introdução à Antropologia Social*. Parte III. Trabalho de Campo pp.143-173. Petrópolis
- Departamento do Patrimônio Histórico / Secretaria Municipal de Cultura / Prefeitura do Município de São Paulo. *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, 1992.
- DESVALLÉES, A. A Museologia e os museus: mudanças de conceito. Rio de Janeiro: SPAHN – Pró-Memória, *Cadernos Museológicos* nº 1, 1989.

- FENTRESS, J., WICKHAM, C. *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa : Teorema, 1992.
- FINKELKRANT, A. *La Défaite de la Pensée*. Paris: Gallimard, 1987.
- FONSECA, L. Maria Cecília. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1987.
- FUMAROLI, M. *L'Etat cultural essais sur une religion moderne*. Paris: Fallois, 1991.
- FURTADO. C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: Nota sobre a Briga de Galos Balinesa. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____ A interpretação das culturas 1ª Parte – uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. p.13-41. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GLÉNISSEON, J. *O objeto material da pesquisa*. in: Iniciação aos estudos históricos. S. Paulo: Difusão Européia do livro, 1961. p. 137 – 166.
- GODOY. Karla Estelita. *A Museologia diante do Virtual: Repensando os elementos conceituais e a memória a partir das novas tecnologias informáticas*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 1998, 115p.
- GOFFMAN, E. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- _____. E. Manicômios, prisões e conventos. 2ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- GONÇALVES, J. R. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, 2 (1), 1988, pp. 264-276.
- HALBWACKS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértica, 1990.
- HAMMERSLEY, M, Atkinson, P. *Ethnography – Principles and practice* Cap 3. Access, Cap 4 field relations, cap. 5 insider accounts: listening and asking questions e cap. 7. Recording and organizing data. Second edition. London / New York: Routledge, 2001.
- HOBBSWAN, E e RANGER, T. A invenção das Tradições. Introdução pp. 9-23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUYSEN, Andréas. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, P. 224.
- JEUDY, H. P. *Memórias do Social*. Lisboa: Ed. Ensaio e Teoria, 1990.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

- LEMOS, C. *O que é patrimônio histórico*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEVI, G. Usos da biografia in Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. Usos e Abusos da História Oral. pp. 167-182. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. *Museus de Arte no Ciberespaço: uma abordagem conceitual*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- LOVISOLO, H. A Memória e a formação dos homens. Estudos Históricos pp. 16-28. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- MEIHY, J. C. Sebe Bom, Siqueira, S. Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro – História Oral – Urca. A fabricação de um “lugar ideal”. A saudade como tradição Forjada, pp. 111-127. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 1998.
- MELO, B. *Luz de minha vida*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 1955.
- MENDRAS, H. *Princípios de Sociologia – uma iniciação à análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MENESES, U. B. de. *Memória e Cultura Material: Documentos pessoais no espaço público*. Estudos históricos, v. 21.
- MERLEAU PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Freitas bastos, 1971.
- _____ . *O Olho e o espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Pensadores)
- MICHAUD, G. *Identités collectives et relations interculturelles*. Paris: PUF, 1978.
- MIRANDA-ROSA, A .F. *Sociologia do Direito – O fenômeno jurídico como fato social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- MOTTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985.
- NOVAES, A . De olhos vendados in: *O Olhar*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.
- OLIVEIRA, F. *A Morte da memória nacional*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PIAGET, J. *A Formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- PINHEIRO, L.V. R. Prefácio in: COSTA, I.T.M. Memória Institucional IBGE: *Em busca de um referencial teórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, n. 10 pp. 200-215. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.
- QUEIROZ, M. I. Ferreira de. Relatos Oraís: do “indisível” ao “dizível” in Olga Von Simson. Experimentos com História de vida (Itália e Brasil) pp. 14-42. São Paulo: São Paulo: Vértice, 1988.

- RANGEL, P. M. *A Formação do Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: Uni-Rio, 2000, 85 p.
- RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments*. Paris: Seuil, 1984.
- RODRIGUES, A. *Psicologia social*. 6^a ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- SANTANA, Marco Aurélio. Memória, Cidade e Cidadania in: COSTA, I. T. M; JONDAR, J. (orgs) *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.
- SANTOS, Maria Teresa T. M. *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. 2^a ed., Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- SHREINER, K. *Um resumo para a Museologia e seus aspectos multidisciplinares*. Muwop, 1980.
- SWALLOW, R. W. Piaget's theory and the visually handicapped learner. the new outlook for the blind, v. 70, pág. 273-280, 1976.
- THOMPSON, P. A Entrevista. In: - *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Acervo documental escrito – Acervo Museu do Museu do Instituto Benjamin Constant

- Artigo do Jornal do Comércio de 18 de setembro de 1854;
- Artigo do Jornal do Comércio de 29 de junho de 1872;
- Doc. 016 – Arquivo Nacional E52-1853;
- Doc. 0461 – Arquivo Nacional E52-1857;
- 1^o livro de Matrícula dos alunos do Imperial Instituto dos Meninos Cegos;
- História cronológica do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, 1857 em 3 volumes por Dr. Cláudio Luiz da Costa;
- Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Benjamin Constant. Cópia do Dossiê de Documentos Históricos do IBC, p. 1-208. Rio de Janeiro: IBC, 1968;
- Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Benjamin Constant. Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 1995.
- Ministério da Educação. Instituto Benjamin Constant. Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro: IBC, 2004.
- S. Castellano – Série fotografias do interior. Rio de Janeiro: IBAC, 1995.
- Kossatz, P. – Série fotografias aéreas IBC e seu entorno. Rio de Janeiro: IBC, 2000.

ANEXO I

Roteiro de Entrevista com funcionários, ex-funcionários e ex-alunos do IBC.

1- Dados Gerais do Entrevistado:

Nome:

Ano de Admissão na Instituição:

Função:

Ativo ou Inativo?

2- Esclarecimentos do Entrevistador ao Entrevistado:

O objetivo desta pesquisa é analisar e discutir o processo de consolidação e Institucionalização do Museu do Instituto Benjamin Constant estudando as relações existentes entre os usuários desta Instituição, através dos artefatos materiais produzidos e armazenados pelo grupo ao longo do tempo, discutindo, sua pertinência para a Memória Coletiva desta comunidade e suas relações com a Memória Institucional deste Instituto. Pretende ainda, a pesquisa, discutir, o papel social deste Museu para os portadores de deficiência visual no Brasil, considerando as necessidades sensoriais deste público alvo. Tendo em vista esses aspectos, este trabalho deverá nortear as linhas-mestras para a consolidação do 1º Museu tiflológico do Brasil.

3- Questões:

1. Em que contexto se deu o seu contato com o Instituto Benjamin Constant?
2. Como você vê o papel desta Instituição ao longo do tempo?
3. Para você, qual é a importância do IBC?
4. O “Museu” deste Instituto vem ao longo do tempo construindo uma forma de representação coletiva desta comunidade. Você conhece tais representações?
5. Qual a função deste Museu no Instituto?

6. Qual a importância do Museu para a memória dos grupos inseridos na comunidade do Instituto Benjamin Constant?
7. Conhece o acervo existente no IBC? No seu universo de compreensão qual a pertinência deste acervo para a memória do grupo de portadores de deficiência visual?
8. O que você entende por Identidade Coletiva?
9. Qual a Identidade do IBC?
10. O que é Museu e qual o papel desta Instituição (Museu) no contexto das sociedades?
11. O que você entende por inclusão da pessoa portadora de deficiência?
12. Em termos de museus brasileiros quais aspectos desenvolvidos até então, permitem acesso à informação aos portadores de deficiência visual? De que forma, este Museu em processo de consolidação pode contribuir para uma discussão a esse nível?
13. No contexto da inclusão, como você vê o papel do Instituto?
14. Considerando a Identidade desta Instituição que visa assistir pessoas deficientes visuais ao longo de 149 anos de existência, o que é conhecer sem ver?
15. No seu entendimento, o que deve ser preservado no Museu do IBC?

ANEXO 2

Roteiro de Entrevista

Especialista

- 1- Na sua visão qual o papel do IBC no seio desta comunidade?
- 2- Em linhas gerais, qual foi a sua impressão com relação a pertinência do acervo?
- 3- Pensando nas necessidades sensoriais desta comunidade, se você fosse projetar esse Museu, como você o imaginaria?
- 4- A questão do virtual é hoje amplamente discutida na Museologia. O que você compreende por virtual e, como o virtual pode contribuir na relação sujeito/objeto e realidade nesta comunidade de modo específico?
- 5- A nível de Museologia brasileira o que vem sendo feito para permitir acesso dos portadores de deficiência?
- 6- O que você entende por inclusão da pessoa portadora de deficiência?